



PROFEPT

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

CAMPUS CERES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA

**A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO
ESCOLAR:
estudo de caso no Instituto Federal Goiano**

DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA

**A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO
ESCOLAR:
estudo de caso no Instituto Federal Goiano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Ceres do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

Coorientadora: Dra. Léia Adriana da Silva Santiago

Ceres-GO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

C837p Costa, Danyla Martins Rezende da.
A perspectiva do discente e os fatores de evasão escolar: estudo de caso no Instituto Federal Goiano / Danyla Martins Rezende da Costa. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2021.
173 f. : il. color.

Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho.
Coorientadora. Dra. Léia Adriana da Silva Santiago.
Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2021.

1. Evasão escolar. 2. Permanência e êxito. 3. Educação Profissional e Tecnológica I. Carvalho, Marco Antônio de. II. Santiago, Léia Adriana da Silva. III. Instituto Federal Goiano. IV. Título.

CDU 377

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: <u>Guia em formato e-Book</u> | |

Nome Completo do Autor: **Danyla Martins Rezende da Costa**

Matrícula: **20192043310076**

Título do Trabalho: **A perspectiva do discente e os fatores de evasão escolar: estudo de caso no Instituto Federal Goiano**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos-GO, 29 / 11 / 2021.
Local Data

Danyla Martins Rezende da Costa

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Leila Adriana Santiago

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 54/2021 - DREPG-CE/NPG-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO ESCOLAR: ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Autora: Danyla Martins Rezende da Costa
Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Co-orientadora: Prof^a. Dra. Léia Adriana da Silva Santiago

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO, em 27 de outubro de 2021.

Prof.^a Dr.^a Léia Adriana da Silva Santiago
Presidente da Banca e Co-orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Posse

Prof.^a. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Prof. Dr. Marcelo Ferreira Tete
Avaliador Externo
Universidade Federal de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- MARCELO FERREIRA TETE, MARCELO FERREIRA TETE - Professor Avaliador de Banca - Universidade Federal de Goiás (01567601000143), em 09/11/2021 11:07:29.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/11/2021 23:41:57.
- Léia Adriana da Silva Santiago, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/11/2021 20:58:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 321237
Código de Autenticação: a08cb55f5f



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 55/2021 - DREPG-CE/NPG-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

Autora: Danyla Martins Rezende da Costa
Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Co-orientadora: Prof^a. Dra. Léia Adriana da Silva Santiago

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 27 de outubro de 2021.

Prof.^a Dr.^a Léia Adriana da Silva Santiago
Presidente da Banca e Co-orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Posse

Prof^a. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Prof. Dr. Marcelo Ferreira Tete
Avaliador Externo
Universidade Federal de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- MARCELO FERREIRA TETE, MARCELO FERREIRA TETE - Professor Avaliador de Banca - Universidade Federal de Goiás (01567601000143), em 09/11/2021 11:08:26.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/11/2021 23:40:15.
- Lela Adriana da Silva Santiago, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/11/2021 21:00:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 321242

Código de Autenticação: f7869ba6b8



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

Dedico este trabalho a duas pessoas especiais e fundamentais para a realização desta conquista: à minha filha, razão pela qual me faz querer ser o melhor exemplo para ela, e ao meu esposo por estar sempre ao meu lado me apoiando, me incentivando e me dando todo o suporte necessário. Enfim, sem vocês eu não teria conseguido alcançar esse sonho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me permitido chegar até aqui.

A minha filha Álika e ao meu esposo Woska, por todo carinho, compreensão, força e apoio incondicional nessa trajetória.

A todos os meus familiares e amigos, que me apoiaram e torceram por mim.

Ao meu orientador, Dr. Marco Antônio de Carvalho, por sua dedicação, disposição, paciência e principalmente por todo o conhecimento compartilhado.

Aos membros da banca, pela disponibilidade em participarem e pelas importantes contribuições dadas a esta pesquisa.

Aos colegas de turma, pelo companheirismo, amizade e cuidado uns com os outros, especialmente as minhas amigas Luana e Mirian, pelos momentos compartilhados de angústia, inquietações, ansiedade, medo e até mesmo de desespero, mas também de experiências, de crescimento pessoal, profissional e de realizações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pelo conhecimento compartilhado.

Aos participantes deste estudo, pela disposição e colaboração com minha pesquisa.

Ao Instituto Federal Goiano, em especial ao Campus Ceres e ao Campus Morrinhos, por toda contribuição e apoio com a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com esta pesquisa.

Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta.

-Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal Goiano e objetivou identificar quais as motivações e expectativas dos estudantes ao ingressarem na instituição, bem como verificar junto aos estudantes evadidos quais os fatores que os levaram a abandonarem o curso. O estudo utilizou-se de uma abordagem metodológica de natureza quali-quantitativa, do tipo estudo de caso. Os sujeitos participantes foram os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado, ingressantes no ano de 2020, dos cursos de: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, ofertados pelo Campus Ceres; e dos cursos de: Agropecuária, Alimentos e Informática, ofertados pelo Campus Morrinhos, bem como os estudantes evadidos no primeiro ano de 2018 e 2019 desses respectivos cursos e *campi*. Além destes, também foram incluídos os membros das Comissões Locais de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A análise das informações coletadas foi realizada visando a interpretação dos dados, a fim de subsidiar as considerações do estudo. Os resultados da pesquisa com os estudantes ingressantes, de modo geral, foram semelhantes nos dois *campi* quanto às motivações para a escolha da instituição. Para os estudantes ingressantes, as principais motivações se deram em virtude do ensino médio gratuito de qualidade, pela pretensão de preparar para ingressar em um curso superior e pela influência da família e/ou de amigos. No que tange à pesquisa com os estudantes evadidos, os resultados foram similares. Os principais fatores apontados para a escolha foram o renome e tradição da instituição na região e pela disponibilidade de refeitório gratuito aos estudantes. A respeito da escolha do curso, verificou-se que, tanto para os estudantes ingressantes quanto para os evadidos, a identificação com a área técnica do curso foi o fator principal indicado, seguidas das perspectivas de mercado de trabalho. No quesito expectativas, nota-se que os estudantes ingressantes possuem expectativas altas em relação à instituição, ao curso escolhido e em relação ao mercado de trabalho. A pesquisa com estudantes evadidos evidenciou que são vários os motivos que os levaram a evadirem da instituição, e os fatores estão relacionados aos aspectos individuais, internos e externos à instituição. Na análise dos grupos focais realizados com as Comissões Locais de Permanência e Êxito foi possível perceber que, ambas as comissões, vêm desenvolvendo e implementando ações no combate à evasão escolar. Entretanto, notamos que algumas ações precisam ser aprimoradas e outras carecem ainda de serem implementadas, a fim de proporcionar uma maior efetividade na mitigação da evasão. Neste sentido, o produto educacional desenvolvido em decorrência desta pesquisa tem como objetivo subsidiar a execução dos trabalhos das Comissões de Permanência e Êxito e propor ações para minimização da ocorrência desse fenômeno na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, seja no Instituto Federal Goiano ou em outras instituições que compõem a rede de Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Evasão escolar. Permanência e êxito. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The present thesis was developed in the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), offered by Instituto Federal Goiano and aimed to identify the motivations and expectations of students when entering the institution, as well as verifying with the evaded students which factors led them to drop out of the course. The study used a qualitative and quantitative methodological approach of case study type. The participants were students from the first year of Integrated High School (freshmen), entering in 2020, from the courses: Agriculture, Computing for Internet and Environment, offered by Campus Ceres; Agriculture, Foods and Computing, offered by Campus Morrinhos, as well as students who dropped out in the first year of 2018 and 2019 from these respective courses and campuses. In addition to these, members of Comissões Locais de Permanência e Êxito of Campus Ceres and Campus Morrinhos were also included. The methodological procedures used were bibliographical, documental, and field research. The analysis of the collected information was performed aiming the interpretation of the data in order to support the study's considerations. The results of the research with freshmen students were, in general, similar in the two campuses regarding the motivations for choosing the institution. For freshmen students, the main motivations were due to quality free high school education, with the intention to prepare themselves to enter a higher education course and the influence of family and/or friends. Concerning the research with dropout students, the results were similar. The main factors mentioned for the choice were the institution's reputation and tradition in the region and the availability of a free cafeteria for students. Regarding the choice of the course, it was found that, for both freshman and dropout students, identification with the technical area of the course was the main factor indicated, followed by the perspectives of the labor market. In terms of expectation, it is noticed that freshmen have high expectations in relation to the institution, the chosen course and the labor market. The research with dropout students showed that there are several reasons that led to the drop out of the institution, and the factors are related to aspects that are individual, internal and external to the institution. In the analysis of the focus groups carried out with Comissões Locais de Permanência e Êxito, it was possible to notice that both commissions have been developing and implementing actions in combating school dropout. However, we noticed that some actions must be improved, and others still need to be implemented in order to provide greater effectiveness in mitigating the evasion. In this regard, the educational product developed as a result of this research aims to support the implementation of the work of the Comissões de Permanência e Êxito and propose actions to minimize the occurrence of this phenomenon in the Technical Professional Educational of a High School Level, whether at Instituto Federal Goiano or in other institutions which compose the Professional and Technological Education network.

Keywords: School dropout. Permanence and success. Professional and Technological Education.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – Motivos da escolha do Instituto Federal Goiano apontados pelos ingressantes...	67
Gráfico 2 – Motivos da escolha do curso apontados pelos ingressantes	69
Gráfico 3 – Expectativas dos ingressantes em relação ao Instituto Federal Goiano	70
Gráfico 4 – Expectativas dos ingressantes em relação ao curso escolhido	71
Gráfico 5 – Expectativas dos ingressantes em relação ao mercado de trabalho, considerando o curso escolhido.....	72
Gráfico 6 – Expectativas dos ingressantes em seguir na área do curso escolhido (estudando ou trabalhando)	73
Gráfico 7 – Motivos da escolha do Instituto Federal Goiano apontados pelos evadidos.....	77
Gráfico 8 – Motivos da escolha do curso apontados pelos evadidos	78
Gráfico 9 – Motivos da evasão escolar apontados pelos evadidos (fatores individuais).....	79
Gráfico 10 – Motivos da evasão escolar apontados pelos evadidos (fatores internos e externos)	80
Gráfico 11 – Indicação de dificuldade dos evadidos em assimilar o conteúdo	82
Gráfico 12 – A quem o evadido recorreu para buscar auxílio em relação as suas dificuldades	83
Gráfico 13 – De quem partiu a decisão de saída do IF Goiano	85
Gráfico 14 – A quem do <i>campus</i> foi informado acerca da decisão de evadir	86
Gráfico 15 – Realização de abordagem, por parte da instituição, no convencimento para não evadirem	87
Gráfico 16 – Avaliação da estrutura física do IF Goiano e das condições necessárias para a realização das aulas.....	88
Gráfico 17 – Avaliação quanto ao trabalho desempenhado pelos professores.....	90
Gráfico 18 – Possibilidade de indicação a outrem do curso que abandonou no IF Goiano	91
Gráfico 19 – Arrependimento no abandono do curso.....	92
Gráfico 20 – Atitudes dos evadidos em relação à continuidade dos estudos, após terem deixado o IF Goiano	94
Gráfico 21 – Ações que poderiam contribuir para a manutenção dos evadidos estudando no IF Goiano	95
Figura 1 – Capa do produto educacional.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo entre os dados que constam no relatório de auditoria do TCU e os dados mais recentes que constam na Plataforma Nilo Peçanha.....	44
Tabela 2 – Comparativo da taxa de evasão no EMI correspondentes aos dois <i>campi</i>	55
Tabela 3 – Tamanho da amostra em relação ao quantitativo de estudantes ingressantes no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	60
Tabela 4 – Tamanho da amostra em relação ao quantitativo de estudantes evadidos no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	61
Tabela 5 – Taxas de evasão no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	– Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD	– Catálogo de Teses e Dissertações da Capes
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	– <i>Creative Commons</i>
CEB	– Câmara de Educação Básica
CEFET	– Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	– Comitê de Ética em Pesquisa
CF	– Constituição Federal
CNE	– Conselho Nacional de Educação
CNS	– Conselho Nacional de Saúde
COVID-19	– Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
CPE	– Comissão de Permanência e Êxito
DAE	– Diretoria de Assistência Estudantil
DIREN	– Diretoria de Ensino
EaD	– Ensino a Distância
EAFCe	– Escola Agrotécnica Federal de Ceres
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
EMI	– Ensino Médio Integrado
EPT	– Educação Profissional e Tecnológica
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FUNDEF	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GAE	– Gerência de Assistência ao Educando
IFBA	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFCE	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

IFES	– Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	– Instituição Federal de Ensino Tecnológica
IF	– Instituto Federal
IF Goiano	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFMS	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFNMG	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IFPR	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRJ	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRO	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRS	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IFSP	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
MTB	– Ministério do Trabalho e Emprego
NAP	– Núcleo de Apoio Pedagógico
NAPNE	– Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NEABI	– Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NEPEDS	– Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero
PAE	– Política de Assistência Estudantil
PEPE	– Plano Estratégico de Permanência e Êxito
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	– Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	– Plano Nacional de Educação
PNP	– Plataforma Nilo Peçanha
PPP	– Projeto Político Pedagógico
PROEP	– Programa de Expansão da Educação Profissional

ProfEPT	– Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SciELO	– Biblioteca Eletrônica Científica Online
SISTEC	– Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	– Sistema Unificado de Administração Pública
TALE	– Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	– Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TCU	– Tribunal de Contas da União
UNED	– Unidade de Ensino Descentralizada
UTFPR	– Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O CONTEXTO DA EPT E A EVASÃO ESCOLAR	19
2.1 Educação Profissional e Tecnológica: das escolas de aprendizes artífices aos institutos federais de educação	19
2.2 A formação integrada	30
2.3 Evasão escolar: aspectos conceituais e estruturais	36
2.3.1 Evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica	42
2.3.2 O que dizem os estudos sobre evasão na Educação Profissional	45
2.3.3 Ações de enfrentamento à evasão escolar no IF Goiano	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1 Abordagem e tipo da pesquisa	56
3.2 <i>Lócus</i> e sujeitos da pesquisa	57
3.2.1 Campus Ceres	57
3.2.2 Campus Morrinhos	58
3.2.3 Sujeitos da pesquisa	58
3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados	59
3.3.1 Procedimentos de coleta de dados	59
3.3.2 Abordagem aos sujeitos	62
3.3.3 Análise de dados	63
3.4 Aspectos éticos	64
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66
4.1 A percepção dos estudantes ingressantes quanto à motivação e expectativa com o curso e a instituição	66
4.2 A percepção dos estudantes evadidos quanto às motivações pela escolha do curso, da instituição e as causas da evasão escolar	75
4.3 A perspectiva dos membros participantes da comissão de permanência e êxito	96
5 PRODUTO EDUCACIONAL	110
5.1 Descrição do produto educacional	111
5.2 Aplicação e avaliação do produto educacional	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115

REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Pais/Responsáveis)	136
APÊNDICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – Estudante menor de idade)	138
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Estudante maior de idade e servidor)	140
APÊNDICE D - Questionário Aplicado aos Estudantes Ingressantes	142
APÊNDICE E - Questionário Aplicado aos Estudantes Evadidos	144
APÊNDICE F - Roteiro do Grupo Focal Realizado com os Membros da Comissão Local de Permanência e Êxito	148
ANEXO A - Ações Administrativas e Pedagógicas Desenvolvidas em Cada <i>Campi</i> no Enfrentamento à Evasão Escolar	149
ANEXO B - Parecer Consubstanciado do CEP	158
ANEXO C - Portarias de Nomeação das Comissões de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos	166

1 INTRODUÇÃO

Ao observar a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, nota-se que a educação é um direito de todos, a qual se configura como um meio importante e necessário para que os cidadãos possam transformar a realidade em que estão inseridos, em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, pode-se dizer que a educação é o instrumento fundamental capaz de contribuir para a transformação social do cidadão e na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Como dizia Paulo Freire (2000, p. 67): “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Nesse sentido, a educação, além de ser um direito de todos, passa a ser um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, como preconizado em lei. Em consonância a isso, o art. 206, inciso I, da CF de 1988, expressa a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Na mesma direção, a LDB de 1996 reafirma a educação como direito de cidadania e dever do Estado, e define a forma de organização da educação brasileira, bem como suas obrigações na efetivação e garantia desse direito (BRASIL, 1996).

Lenskij (2006) afirma que, além da CF de 1988 e da LDB de 1996, o direito à educação está regulamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 –, no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – e, ainda, na Lei que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) – Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Para a autora:

Estes são os principais documentos que compõem o ordenamento jurídico da Educação brasileira. São os instrumentos legais e normativos, mais abrangentes que orientam as práticas escolares no sentido de garantir a permanência na escola, como conteúdo e como princípio do direito à educação. Poder-se-ia dizer que, tal como foi construído pelos constituintes legisladores, o Direito à Educação é apenas mais um dos instrumentos de proteção à infância/adolescência, mas, talvez, o principal deles (LENSKIJ, 2006, p. 68-69).

Tal aspecto também é observado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012), em que afirma, no Capítulo III, que uma das finalidades da avaliação da Educação Profissional

Técnica de Nível Médio é “promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional” (BRASIL, 2012c).

Diante disso, verifica-se que a garantia do acesso, permanência e êxito escolar é um direito legal expresso na legislação brasileira, contudo, para a materialização desse direito, o sistema de ensino¹ ainda precisa superar inúmeros desafios quanto a essa questão, e um deles é a evasão escolar. Conforme aponta Queiroz (2002), a evasão escolar não se limita apenas a algumas instituições de ensino, pois se trata de uma problemática que abrange todo o sistema educacional e tem ocupado espaço nas discussões e nas pesquisas no cenário educacional brasileiro. A evasão escolar está presente nas várias redes que fazem parte do sistema nacional de educação, inclusive na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A ocorrência da evasão escolar gera, aos estudantes que abandonam os estudos, prejuízos de ordens acadêmica, econômica e social.

Portanto, a evasão escolar se configura como uma problemática a ser enfrentada pelas instituições de ensino. Há de se destacar que, alinhada às dificuldades de acesso, esse fenômeno se torna um complicador para o êxito escolar. Como afirma Meira (2015), na prática, a universalização da educação básica ainda não é garantida para todos, sendo que as dificuldades de acesso e permanência, que não são problemáticas contemporâneas, são óbices reais do sistema educacional brasileiro, evidenciando situações de desigualdade, de exclusão e do agravamento de questões sociais. Lenskij (2006, p. 123) destaca que “o direito à educação e o direito à permanência na escola implicam, de um lado, na existência de alguém que os exija – fatores subjetivos – e, de outro, a existência de condições objetivas de realização”.

Para a consagração legal do direito à educação, bem como da permanência e êxito escolar do estudante, torna-se cada vez mais necessário a implantação de políticas públicas que se concretizem de fato na prática. Daí a importância dos movimentos sociais e das associações de pais e mestres na reivindicação das condições objetivas para a materialização desses direitos, conforme já apontado nas pesquisas de Lenskij (2006), Maldaner (2016), Machado e Ganzeli (2018), Girotto (2019), dentre outros. Nesse sentido, conforme argumentado por Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1070), é “possível e necessário plantar – e cuidar para que

¹ O termo ‘sistema’ denota conjunto de elementos, isto é, a reunião de várias unidades formando um todo. Daí a assimilação do conceito de sistema educacional a conjunto de unidades escolares ou de rede de instituições de ensino. Assim, normalmente quando se fala em ‘sistema público de ensino’, o que está em causa é o conjunto das instituições públicas de ensino; quando se fala em ‘sistema particular de ensino’, trata-se da rede de escolas particulares; ao se falar em ‘sistema superior de ensino’, ‘sistema de ensino profissional’, ‘sistema de ensino primário’, igualmente a referência são as redes de escolas superiores, profissionais ou primárias e assim por diante (SAVIANI, 2008, p. 3).

cresçam – as sementes da formação humana integral, politécnica, unitária, aproveitando-nos das contradições do sistema capital”.

No Brasil, as pesquisas a respeito da evasão começaram a surgir com maior frequência a partir da década de 1990, com a instituição da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, cujo objetivo era desenvolver um estudo no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) acerca do desempenho dessas instituições, com relação aos índices de diplomação, retenção e evasão de seus cursos de graduação (VELOSO; ALMEIDA, 2001; SANTOS JUNIOR; REAL, 2017).

Partindo para o contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a problemática da evasão escolar se tornou alvo de estudos mais recentemente, a partir da criação dos Institutos Federais, que se deu por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em decorrência disso, a expansão da Rede Federal no país resultou na ampliação da oferta de educação profissional em diferentes níveis e modalidades de ensino e, conseqüentemente, no aumento do número de vagas. Em 2002, havia 140 escolas técnicas federais em todo o país, instaladas em 120 municípios. Esse número saltou para 354 *campi* até o final de 2010, contemplando 321 municípios. Em 2014, chegou a 514 *campi* localizados em 512 municípios (GARCIA; DORSA; OLIVEIRA, 2018).

Na atualidade, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 38 Institutos Federais (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Enfim, totaliza 661 unidades em 587 municípios (BRASIL, 2019a). Todavia, apesar dos avanços na ampliação das vagas e, evidentemente, do acesso à educação, essas instituições ainda enfrentam o problema da evasão, que não deve ser negligenciado, seja pelos gestores dessas instituições, pelo poder público ou mesmo pela própria sociedade.

À luz de tal realidade contemporânea, foram surgindo vários autores de pesquisas que tratam da temática da evasão escolar na educação profissional, como: Machado (2009), Dore e Lüscher (2011), Araújo (2013), Bastos (2013), Neves (2014), Souza (2014), Meira (2015), Muniz (2015), Dourado (2016), Castro (2017), Silva (2017), Carvalho (2018), Silvas (2018), entre outros. Tais estudos investigaram as causas que levam à evasão, no sentido de compreender os fatores associados a esse fenômeno e propor medidas de enfrentamento.

Tratando-se de educação profissional técnica de nível médio, especialmente na modalidade de cursos integrados, as pesquisas a respeito da evasão escolar ainda são bem

reduzidas, se comparadas às outras modalidades de ensino, o que vem a se tornar um obstáculo na compreensão teórica dos fatos e na busca de estratégias de enfrentamento.

Considerando que o ensino médio integrado à educação profissional é uma modalidade de ensino prioritária nos Institutos Federais (BRASIL, 2008), torna-se imprescindível a realização de estudos e pesquisas para aprofundar os conhecimentos sobre os motivos e as causas do abandono escolar nessa modalidade de ensino. Modalidade essa em que a proposta de formação integrada se apresenta como uma possibilidade de romper com a dualidade entre formação geral e formação específica, além da superação da dissociação entre ciência e trabalho, entre cultura e técnica, no sentido de promover uma formação mais qualificada para além do mundo do trabalho, por meio da educação omnilateral, humana e integral (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Dessa forma, o interesse pela escolha do tema partiu de minha inquietação enquanto servidora lotada na Unidade de Registros Escolares de Ensino Profissional Técnico de Nível Médio², no Campus Morrinhos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), onde pude perceber a existência de uma taxa significativa de evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pela instituição. Não obstante, tenho observado que a incidência desse fenômeno acontece com maior frequência no primeiro ano do curso, ou seja, à medida que os semestres vão avançando, ocorre a diminuição gradativa no número de estudantes nas respectivas turmas.

Portanto, essa pesquisa se justifica pela necessidade de contribuir com a discussão da evasão escolar na modalidade de ensino médio integrado, bem como auxiliar preventivamente para o diagnóstico desse evento e propor melhorias no enfrentamento da problemática em questão. Nessa direção, esta pesquisa pretende responder ao seguinte problema: o que motiva os estudantes a ingressarem no Instituto Federal Goiano, na modalidade de ensino técnico integrado ao ensino médio, e quais fatores corroboram para o abandono do curso?

Com a finalidade de se obter resposta a essa indagação, surgem outros questionamentos, tais como: quais ações e medidas têm sido implementadas pelo Instituto Federal Goiano, em especial, pelo Campus Ceres e Campus Morrinhos, com base no Plano Estratégico de

² Compete à Unidade de Registros Escolares de Ensino Profissional Técnico de Nível Médio: atender ao corpo discente dos cursos profissionais técnico de nível médio, em todas as modalidades ofertadas pelo campus; proceder à efetivação das inscrições, matrículas e transferência dos cursos; responsabilizar-se pela guarda, sigilo e atualização dos arquivos pertinentes à secretaria; elaborar e manter atualizadas as estatísticas sobre a vida acadêmica dos discentes; assinar diplomas e certificados, bem como abrir e encerrar os termos referentes a todos os atos acadêmicos; montar processos para registro de diplomas; organizar e emitir dados necessários para relatórios de acompanhamento; emitir documentos solicitados por meio de requerimento próprio; manter organizada a documentação dos ex-alunos; desempenhar outras atividades correlatas e/ou afins designadas pelo Núcleo de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2016, p. 30).

Permanência e Êxito, no sentido de mitigar a evasão escolar? Existem diferenças entre os fatores que ocasionam a evasão escolar entre os estudantes nesses dois *campi*?

Para tal, a presente pesquisa objetivou identificar quais são as motivações e expectativas dos estudantes ingressantes dos primeiros anos – dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Ceres e do Campus Morrinhos –, bem como verificar, junto aos estudantes evadidos, quais são os fatores que os levaram a abandonar o curso. E, como objetivos específicos, destacam-se:

a - identificar os discentes matriculados no ano de 2020 e suas motivações e expectativas para com a instituição e o curso escolhido;

b - identificar os discentes evadidos nos anos de 2018 e 2019 e quais os fatores e motivos que os levaram ao abandono do curso;

c - verificar como funciona a Comissão de Permanência e Êxito, em ambos os *campi*, e quais foram as ações implementadas por essas comissões, a fim de contribuir para a permanência e êxito dos estudantes;

d - elaborar e propor um produto educacional que possa ser utilizado institucionalmente para minimizar a evasão escolar.

A escolha dos dois *campi* se justificou pelo fato de eles terem sido criados em épocas próximas – Campus Ceres em 1993, e Campus Morrinhos em 1997 –, e, depois, transformados em *campi* do Instituto Federal Goiano, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa lei integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos, mais a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe), todos provenientes de antigas escolas agrícolas (BRASIL, 2018a). Um outro ponto em comum que motivou a escolha desses *campi* se refere à localização em zona rural. Além disso, a princípio, ambos possuem disponibilidade de refeitório aos estudantes e oferecem serviços de apoio à saúde (médico, enfermeiro, psicólogo, odontólogo e nutricionista).

Vale destacar que o Instituto Federal Goiano é uma instituição com estrutura física privilegiada e que conta com um quadro de professores em sua maioria mestres e doutores, ou seja, é uma realidade bem diferente, se comparada às demais escolas públicas brasileiras. Em razão disso, necessita de um olhar diferenciado sobre os motivos que ocasionam a evasão escolar de seus estudantes.

Esta pesquisa se encontra estruturada da seguinte forma: inicialmente, abordamos as informações introdutórias a respeito do assunto pesquisado, no capítulo 1, o que inclui a problemática da pesquisa, a justificativa, os objetivos, a delimitação da pesquisa e sua estrutura.

Na sequência, no capítulo 2, apresentamos a fundamentação teórica necessária à interpretação dos resultados obtidos. No capítulo 3, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do estudo. No capítulo 4, apresentamos as análises e discussões dos resultados. Já no capítulo 5, discorremos sobre a construção, aplicação e avaliação do produto educacional desenvolvido no decorrer desta pesquisa. Por fim, nas considerações finais (capítulo 6), são apresentadas as conclusões desta pesquisa, seguidas das referências bibliográficas, apêndices e anexos.

2 O CONTEXTO DA EPT E A EVASÃO ESCOLAR

Este capítulo tem como objetivo fundamentar as categorias teóricas da pesquisa desenvolvida e fornecer subsídios para a análise dos resultados encontrados. Primeiramente, será abordado um breve percurso histórico da educação profissional e tecnológica, desde a criação das escolas de aprendizes artífices, até a institucionalização dos institutos federais de educação. Em seguida, serão apresentados os princípios da formação integrada, embasando-se em alguns autores, tais como: Ramos (2008, 2010), Pacheco (2011), Ciavatta (2012), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Araújo e Frigotto (2015), Moura, Lima Filho e Silva (2015). Logo após, a problemática da evasão escolar no contexto da EPT será tratada. Por fim, serão apresentadas as ações de enfrentamento à evasão escolar, no âmbito específico do Instituto Federal Goiano.

2.1 Educação Profissional e Tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação

A Educação Profissional no Brasil passou por várias mudanças, desde que foi instituída no início do século XX, marcando nossa sociedade ao longo de sua trajetória e sendo influenciada pelos avanços tecnológicos, pelas mudanças no processo produtivo que demandaram novas orientações educacionais ao longo dos anos e pelas posições políticas que afetaram a totalidade do processo educacional, bem como de toda a sociedade, entre outros fatores.

Nos primórdios da educação profissional, houve forte influência das transformações ocorridas na economia brasileira, com o fim da escravidão e devido ao processo de industrialização, sob a perspectiva de melhores condições de vida, porém, sob a estirpe dos conflitos sociais. Em 1909, o então presidente Nilo Peçanha criou, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, instalando 19 delas nas capitais brasileiras, destinadas a atender aos pobres e humildes na oferta de ensino profissional, primário, gratuito e vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa iniciativa tinha como propósito consolidar uma política de preparação de operários para o exercício profissional dentro desses três ramos da economia (MOURA, 2007).

De acordo com esse decreto de criação, tais escolas deveriam não somente habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna, com o indispensável preparo técnico e intelectual, mas fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastariam da ociosidade ignorante, da

escola do vício e do crime (BRASIL, 1909). Sobre o surgimento da educação profissional no Brasil, Moura (2007, p. 6) ressalta que o objetivo era “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes”. Para o autor, essas escolas surgiram dentro de uma perspectiva assistencialista, com o propósito de oferecer à população pobre uma qualificação para retirá-los da marginalidade e formar mão de obra para atender às necessidades das atividades produtivas e fabris – atividades desvalorizadas historicamente pelo preconceito com o trabalho manual.

Para Manfredi (2016, p. 61), a finalidade dessas instituições era “a formação de operários e contramestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em ofícios de trabalhos manuais ou mecânicos”, e, segundo Kuenzer (1997) apud Gomes (2013, p. 63), essas escolas destinavam “a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional [...]”.

Conforme relatado por Moura (2007), o percurso histórico da educação profissional no Brasil está, desde seu início, marcado pela dualidade, ou seja, uma formação de caráter propedêutico, intelectualizada e descolada de ações instrumentais, direcionada para os filhos das elites, tendo como objetivo a condução da sociedade e uma educação técnica, unilateral aos filhos das classes sociais mais baixas, com o propósito de formar mão de obra para o atendimento do mercado capitalista. Outro ponto importante a ser destacado sobre as Escolas de Aprendizizes Artífices diz respeito a sua estrutura e funcionamento, em que, segundo Cunha (2000),

Essas escolas formavam, desde sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação específica que as distinguia das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedades laicas), por governos estaduais, e diferenciava-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios, currículos e metodologia didática próprios; alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar (CUNHA, 2000, p. 94).

Para Manfredi (2016), apesar da iniciativa do governo para instituir o ensino profissional no Brasil, a localização dessas escolas se deu mais por um critério político do que econômico. A autora destaca que, nesse momento histórico, o processo de industrialização ainda acontecia de forma lenta – com exceção de São Paulo. Praticamente todos os outros estados não contavam com um parque industrial desenvolvido e mantinham suas atividades manufatureiras

concentradas em outras cidades. Com isso, “as escolas constituíam eficiente mecanismo de ‘presença’ e de barganha política do governo federal, nos Estados, junto as oligarquias locais” (MANFREDI, 2016, p. 61). Ainda de acordo com a autora, os ofícios ofertados eram de marcenaria, alfaiataria e sapataria direcionados mais para o ensino artesanal do que manufatureiro – exceto em São Paulo, por conta do processo de industrialização. Enfim, nota-se que existia um distanciamento da proposta de criação dessas escolas, que era ofertar formação industrial.

Um fator negativo relacionado às Escolas de Aprendizes Artífices era, conforme afirma Fonseca (1986 apud CAIRES; OLIVEIRA, 2016), as precárias condições de funcionamento das oficinas, tais como: edifícios inadequados, falta de professores e mestres especializados, o baixo nível cultural dos alunos. Esses obstáculos ocasionaram um alto índice de evasão nessas escolas, levando todo o sistema à decadência. Cunha (2000) destaca que, em 33 anos de existência das Escolas de Aprendizes Artífices, passaram cerca de 141 mil alunos, o que se traduz em uma média de 4.300 por ano. Todavia, o autor ressalta que, “[...] no último ano de funcionamento dessas escolas (1942), havia estabelecimentos com um número diminuto de alunos. Apenas duas delas tinham um corpo discente de ordem de quatro centenas de alunos. Sete escolas tinham menos de 200 alunos, duas com menos de 100” (CUNHA, 2000, p. 96).

As décadas de 1930 e 1940 constituíram-se, de acordo com Moura (2007), em um período de grandes mudanças políticas, econômicas e educacionais. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, exceto o ensino agrícola, que permaneceu sob os olhares do Ministério da Agricultura por força dos interesses das oligarquias ruralistas, permanecendo assim até a década de 1967 (CARVALHO, 2015). Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, foi promulgada uma nova Constituição Federal Brasileira, sendo a primeira a abordar a definição de escolas vocacionais e pré-vocacionais, conforme expresso em seu artigo 129:

Art. 129 - A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937, Art. 129).

Mesmo com esse novo ordenamento jurídico, Moura (2007, p. 8) afirma que “[...] eram escolas pobres para os pobres e destinavam-se a preparar os filhos dos operários ou de seus associados para os ofícios, cujos cursos deveriam ser desenvolvidos com a colaboração dos sindicatos e das indústrias”. Nesse contexto histórico de mudanças, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tendo como objetivo o ensino profissional em todos os ramos e graus (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Durante a década de 1940, com o processo de industrialização e modernização das relações de produção brasileira se intensificando, houve um aumento na demanda por trabalhador capacitado, com maior escolarização para atuar na indústria, no comércio e na prestação de serviços. A fim de garantir mão de obra para atender às demandas do desenvolvimento econômico do país, foi promovida uma intensa mudança na educação. Com o objetivo de estruturar tanto a educação básica quanto a profissional, foram criadas as Leis Orgânicas da Educação Nacional, o que ficou conhecido como “Reforma Capanema”, em homenagem ao então ministro da educação da época, Gustavo Capanema (MOURA, 2007).

Com isso, instituíram-se, por meio de um conjunto de decretos, leis específicas para o ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942), comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943), primário (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro 1946), normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946) e agrícola (Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946).

Ainda na década de 1940, mais precisamente em 1942, o Sistema “S” foi criado. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942; e, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) instituído pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. O objetivo era formar mão de obra que estava sendo demandada naquela época.

Moura (2007) ressalta que os decretos-lei promulgados pela Reforma Capanema evidenciaram a importância da educação, especialmente a educação profissional. No entanto, na prática, esses decretos acabaram reafirmando a dualidade, “pois o acesso ao ensino superior, via processo seletivo, continuava ocorrendo em função do domínio dos conteúdos gerais, das letras, das ciências e das humanidades, assumidos como únicos conhecimentos válidos para a formação da classe dirigente” (KUENZER, 1997, apud MOURA, 2007, p. 9). Assim, após a Reforma Capanema, a educação brasileira estava estruturada em dois níveis: educação básica e educação superior. A educação básica dividida em um curso primário, com duração de cinco anos, e um secundário, subdividido em: ginásial, de duração de quatro anos, e colegial, de três

anos. Com relação ao ensino profissionalizante, parte final do secundário era composto pelos cursos: normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Todos com o mesmo nível e duração do colegial, porém, não isso habilitava para o acesso ao nível superior (MOURA, 2007). Dessa forma, a Reforma Capanema contribuiu para o aumento da desigualdade social do país e para manter os interesses de uma minoria que detinha o poder.

Uma nova transformação ocorreu em 1942, quando os Liceus Profissionais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas, equiparando o ensino profissional e técnico ao nível médio (BRASIL, 1942). E, a partir de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas se transformam em autarquias denominadas de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão, intensificando a formação de técnicos, devido ao processo de industrialização (BRASIL, 1959). Com relação ao ensino agrícola, somente a partir do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, que essas escolas fazendas foram transferidas para o Ministério da Educação e Cultura, passando a atuar como Escolas Agrícolas (GARCIA, 2017).

Com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, após o fim do Estado Novo – ocorrido em 1945 –, surgiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961. Essa Lei foi fruto do embate político-ideológico de grupos que possuíam interesses divergentes quanto à finalidade da educação. Assim, após treze anos de tramitação, resultou na manutenção de duas redes de ensino: a oficial e a particular, ambas financiadas pelo Estado (GARCIA, 2017). Para Moura (2007), a primeira LDB de 1961 não superou a dualidade na educação. O que se observa é a oficialização dessa dualidade, pois os currículos destinados ao colegial eram privilegiados de conteúdos exigidos nos processos seletivos para o ingresso no ensino superior, ao passo que, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos tinham como propósito apenas a formação imediata para o trabalho. Ainda segundo o autor, a primeira LDB estruturou a educação brasileira em três graus:

Educação de grau primário, igual para todos os estudantes e obrigatória a partir dos 7 anos de idade, composta de: escola pré-primária para crianças menores de 7 anos; curso primário com 4 séries anuais, seguido do exame de admissão ao ginásial, para crianças de 7 a 10 anos. Educação de grau médio, composta de dois ciclos: ginásial (11 aos 14 anos); e colegial (15 aos 17 anos), ambos abrangendo cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o primário e pré-primário, sendo os dois últimos de caráter profissionalizante e o primeiro de cunho propedêutico. Educação de grau superior, acessível a todos os concluintes da educação de grau médio, mediante habilitação em concurso de habilitação (MOURA, 2007, p. 11).

Moura (2007) ressalta, ainda, que, apesar da LDB de 1961 possibilitar ao aluno egresso do ensino profissionalizante o acesso ao ensino superior, na prática, essa Lei não acabou com a

dualidade na educação brasileira, pois os processos seletivos para o nível superior continuavam privilegiando os conteúdos como os de ciências, letras e artes, os quais eram destinados às elites, enquanto que, para os estudantes da classe trabalhadora, esses conteúdos eram voltados apenas para o atendimento das necessidades do mundo do trabalho.

No início da década de 1970, ainda no período ditatorial, a educação brasileira passou por uma nova fase de mudanças que, segundo Garcia (2017), foi mais uma medida técnica para resolver problemas políticos. O autor ressalta que, na época, houve uma pressão por parte de setores da população, os quais reivindicavam por mudanças na estrutura organizacional das universidades, sendo o aumento de vagas nos cursos superiores um dos pontos cobrados. Porém, para o governo, “o aumento de vagas no ensino superior, resultaria em um maior número de profissionais que deveriam ser absorvidos pelo mercado e, como o mercado se mostrava saturado, o governo teria que, artificialmente, criar novas vagas, o que decorreria de mais gastos aos seus cofres” (GARCIA, 2017, p. 113).

Em decorrência desse impasse, o governo optou por uma proposta política, que reestruturou o ensino primário e secundário, implantando, assim, a profissionalização compulsória do ensino de 2º grau, por meio da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa Lei ficou conhecida como a segunda LDB e tinha como uma de suas finalidades conter a procura por vagas no ensino superior. Com esse novo ordenamento da educação, todas as escolas públicas e privadas deveriam oferecer Educação Profissionalizante, com predominância da formação profissional sobre a educação geral, ficando explícito que a educação teria a intenção de preparar para o trabalho (GARCIA, 2017).

Todavia, Moura (2007) ressalta que, na prática, a compulsoriedade se restringiu apenas no setor público de ensino, pois, as escolas privadas continuaram a ofertar um ensino propedêutico visando a atender à classe burguesa. Para Germano (1990), a reforma em questão fortaleceu o processo de expansão do setor privado da educação, ocasionando, assim, a proliferação dos cursinhos voltados para os vestibulares. Caires e Oliveira (2016) afirmam, sobre a obrigatoriedade da profissionalização, que:

[...] apenas, as escolas técnicas e agrícolas da Rede Federal conseguiram ministrar o ensino profissionalizante com qualidade, certamente, em função da experiência que já possuíam, do fato de contarem com um corpo docente qualificado e, sobretudo, da existência de condições adequadas de infraestrutura, destacadamente, no que tange às oficinas e aos laboratórios. Nas demais escolas públicas, estaduais e municipais, a profissionalização não se concretizou devido à carência de professores da área profissional e à inexistência ou deficiência de locais para a realização das aulas práticas (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 81-82).

Em decorrência disso, a implantação do ensino de 2º grau profissionalizante e compulsório para todos fracassou, sendo revogado em 1982, voltando a concepção de escola dual (propedêutica e profissionalizante), vigente antes de 1971.

Com a promulgação da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, a qual transforma as Escolas Técnicas Federais (Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), foi atribuída a essas instituições a formação de engenheiros de operação e tecnólogos (BRASIL, 1978). Depois, com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, ocorreu a transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, mediante decreto específico para cada instituição (BRASIL, 1994).

No início dos anos de 1990, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Educação Profissional passou por uma profunda reforma. Tal reforma foi realizada para adaptar a Educação Profissional aos interesses do capital, sob a influência dos organismos internacionais e condizentes com a proposta neoliberal da época, capitaneada pelo Banco Mundial. Nesse contexto histórico, o governo via na educação, determinada pela economia, o elemento estratégico para o atendimento das demandas do mercado de trabalho, que exigia flexibilidade, qualidade e produtividade (GARCIA, 2017).

Em 1996, foi promulgada a terceira LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que se encontra ainda vigente. Mais uma vez, a educação continua organizada de forma dual, de acordo com Moura (2007):

O texto é minimalista e ambíguo em geral e, em particular, no que se refere a essa relação – ensino médio e educação profissional. Assim, o ensino médio está no Capítulo II que é destinado à educação básica, constituindo-se em sua última etapa. Enquanto isso, a educação profissional está em capítulo distinto (Capítulo III), constituído por três pequenos artigos. Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (MOURA, 2007, p. 15-16).

Com a aprovação de uma nova LDB, o governo federal dessa época colocou em prática o Programa de Reforma do Ensino Profissionalizante, por meio do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Esse Decreto acabava com a equivalência entre o ensino médio e ensino profissionalizante, extinguindo os cursos técnicos de nível médio e reforçando a dualidade estrutural entre formação básica e formação técnica. Por meio desse decreto, a educação

profissional passou a ser composta por três níveis: básico (independentemente do nível de escolarização; destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores), técnico (concomitante ou sequencial, destinado aos egressos ou alunos de ensino médio) e tecnológico (nível superior destinado aos egressos do ensino médio e técnico). Em decorrência dessa nova estrutura, a oferta dos cursos integrados foi inviabilizada (MOURA, 2007).

O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) foi outra medida adotada pelo governo FHC para implementar a Reforma da Educação Profissional. Para tal, o governo federal realizou um acordo de empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que envolvia o valor total de 500 milhões de dólares, sendo 25% do MEC, 25% do MTB e 50% do BID. No intuito de convencer (ou melhor, forçar) a adesão, por parte dos dirigentes das instituições, o governo promoveu profundos cortes no orçamento das Instituições Federais de Ensino Tecnológicas (chamadas à época por IFET) e, com isso, sinalizou recursos do PROEP às instituições que aderissem à supracitada reforma. Tais recursos eram repassados às instituições mediante a aprovação de projetos que estivessem de acordo com os objetivos gerais da reforma, impostas perversamente pelo BID (GARCIA, 2017).

Garcia (2017) destaca, ainda, que, com a redefinição da educação profissional pelo PROEP, o ensino regular foi retirado de forma definitiva de sua estrutura, acentuando mais uma vez, a separação entre o ensino médio e a educação profissional. Segundo Moura (2007, p. 17), “[...] a função do PROEP era reestruturar a Rede desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais e comunitárias na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional [...]”.

Por traz do discurso do governo FHC, de democratização e modernização da educação profissional, havia os objetivos (que foram alcançados com relativo sucesso) de redução dos gastos públicos com educação e a separação da formação propedêutica e profissional. As IFET que não aderiram ao PROEP sofreram as seguintes consequências: precarização das estruturadas das instituições, desmonte do ensino médio pela falta de professores, diminuição de matrículas, limitação de recursos de custeio e o distanciamento dos setores populares; ficando, assim, a reforma da educação profissional do governo FHC marcada como um retrocesso da educação brasileira (GARCIA, 2017).

A partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme ressaltado por Moura (2007), houve uma nova chance de integração entre ensino médio e educação profissional. Em 2004, foi revogado o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, e, substitutivo a ele, foi publicado o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Cabe mencionar que tal decreto fazia parte do projeto de LDB, proposto pelo deputado federal Octávio Elísio logo após a

Constituição de 1988, no qual tinha como proposta a educação politécnica que proporcionasse aos estudantes o domínio dos fundamentos científicos das diversas técnicas utilizadas no processo de produção moderna, conforme defendido pelo Professor Dermeval Saviani (MOURA, 2007).

Após 8 anos de tramitação do projeto proposto para a nova LDB, o texto foi substituído pela proposta do relator Darcy Ribeiro, a qual deu origem à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Assim, não deixa de ser um retorno aos embates entre os grupos de profissionais da educação que defendem um ensino universalizante, gratuito, laico e de qualidade para todos de um lado. E, do outro, os privatistas e confessionais, que defendem uma educação que forme o indivíduo para atender às necessidades da sociedade e do mercado capitalista, isso é, ofertar uma formação, no sentido de se adaptar ao mundo social, para servir a essa sociedade e não para transformá-la. Embate esse recorrente desde os anos 1930, com os Pioneiros da Educação Nova, tais como: Anízio Teixeira, Fernando Azevedo e outros. Enfim, a inclusão do ensino integrado não foi uma dádiva que caiu do céu, mas fruto de muita luta, que ainda se faz e se fará presente onde educação como prioridade não sai dos discursos pré-eleitorais e legislações de caráter dúbio.

Mediante esse novo decreto (Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004), que incluiu novamente o ensino integrado no texto legal, as instituições de ensino da rede federal, além de continuar a ofertar os cursos técnicos nas modalidades concomitante e subsequente, passam a contar com a possibilidade de integrar a educação profissional e o ensino médio. Segundo Moura (2007, p. 20), “[...] agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção”. Conforme afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012):

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 43).

Durante os mandatos do governo Lula (2003-2010), apesar de algumas políticas implementadas no ensino dar continuidade à política marcada pelo viés neoliberal de governos anteriores, também houve importantes avanços e conquistas para a educação brasileira, especialmente para a educação profissional. Além da expansão da Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica, iniciada no governo Lula, uma série de outros programas marcaram sua gestão. Segundo Manfredi (2016):

A política educacional da gestão Lula também se diferenciou por se mover dentro de uma perspectiva de inclusão social e da educação profissional como um direito. [...] Referimo-nos de modo especial às políticas públicas de educação no campo, nas comunidades indígenas, comunidades quilombolas, e outros grupos minoritários, aos projetos específicos de profissionalização para as mulheres e portadores de necessidades especiais. Além disso, como política pública, há também elementos de diferenciação em relação à política anterior, no que diz respeito ao estabelecimento de prioridades, montante de recursos destinados Educação Profissional e a criação de fóruns específicos para o monitoramento e reformulação da política da educação profissional, ampliando as possibilidades de controle e intervenção da sociedade civil (MANFREDI, 2016, p. 448-449).

Contudo, Manfredi (2016, p. 449) deixa claro que “quando se passa para o plano das práticas, da implementação das ações e programas e da gestão da política, observou-se a persistência de vários nós críticos e limites”. A esse respeito, Maldaner (2016, p. 103-104) aponta que “de fato houve no Brasil continuidade das reformas conservadoras sem mudanças estruturais” e ressalta, ainda, que, “embora tenha havido avanços significativos no plano social, mormente para o grande contingente da população até então mantido na indigência, o circuito das estruturas que produzem a desigualdade não foi rompido”.

Quase cem anos após o surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices, que culminou no marco inicial da Rede Federal, o governo Lula promulgou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a qual criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições atuam em diversos níveis e modalidades de ensino (isso é: educação superior, básica e profissional), de forma pluricurricular e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica de forma gratuita. Nesse sentido, essas instituições visam a formar e qualificar cidadãos para atuarem nos diversos setores da economia, com foco no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação superior (BRASIL, 2008).

Conforme já exposto anteriormente, e de acordo Moura (2007), desde o início, a educação profissional sempre esteve marcada pela dualidade estrutural entre educação básica e profissional. Portanto, a institucionalização dos Institutos Federais trouxe oportunidade de romper com esse quadro histórico da educação brasileira, de formar profissionais simplesmente adaptados para o mercado de trabalho. Conforme ressaltam Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2009):

Não se trata, nesta ótica, de preparar o cidadão ou a cidadã para servir aos exclusivos interesses do mercado, como foi a tônica ao longo da história da educação profissional, mas de qualificá-los e elevar o seu grau de escolarização, capitais imprescindíveis à efetiva participação na consolidação democrática do país (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2009, p. 2).

No documento intitulado “Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica”, Pacheco (2011) afirma que:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (PACHECO, 2011, p. 15).

Pacheco (2011) destaca, também, que:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal (PACHECO, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva, o objetivo dos Institutos Federais deve ser visto para além de preparar profissionais para o mundo do trabalho, devendo promover uma formação sob a ótica emancipatória, no sentido de formar cidadãos autônomos, críticos, conscientes, participativos, capazes de compreender a realidade social, econômica, política, bem como proporcionar a transformação social do indivíduo, especialmente, dos desfavorecidos socioeconomicamente, por meio da integração entre educação, trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Além disso, de acordo com Freire (1992):

Não importa em que sociedade estejamos, em que mundo nos encontremos, não é possível formar engenheiros ou pedreiros, físicos ou enfermeiras, dentistas ou torneiros, educadores ou mecânicos, agricultores ou filósofos, pecuaristas ou biólogos sem uma compreensão de nós mesmos enquanto seres históricos, políticos e culturais; sem uma compreensão de como a sociedade funciona. E isto o treinamento supostamente apenas técnico não dá (FREIRE, 1992, p. 69).

Em suma, a criação dos Institutos Federais faz parte de uma política pública cuja proposta visa contribuir para uma realidade mais digna e justa. Percebe-se, com tudo isso aqui exposto, que os Institutos Federais trouxeram avanços significativos para a educação, bem como para os locais onde se instalaram, sobretudo, no que diz respeito a uma educação mais próxima da formação integral. Entretanto, convém ressaltar que há desafios ainda a serem superados, no sentido de se concretizar, de fato, a tão sonhada educação politécnica, omnilateral e emancipatória. Dentre esses desafios, podemos citar os ideais mercadológicos, meritocráticos e liberais, que ainda estão impregnados no sistema de ensino e, não menos importante, a mitigação da evasão escolar.

2.2 A formação integrada

Uma das finalidades dos Institutos Federais é, conforme consta no inciso I do artigo 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008). Os IFs devem garantir o mínimo de 50% das suas vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, majoritariamente, na forma integrada. Sob este aspecto, Ramos (2010) diz que:

Não se trata de somar os currículos e/ou as cargas horárias referentes ao ensino médio e às habilitações profissionais, mas sim de relacionar, internamente à organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, conhecimentos gerais e específicos; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia (RAMOS, 2010, p. 51-52).

Síntese do ensino médio e ensino técnico de nível médio, Machado (2006) assevera que a formação integrada é, em um único curso, uma oportunidade para as escolas:

[...] renovar e inovar processos de ensino-aprendizagem a partir da concepção e implementação de currículos de qualidade superior. Isto é, propostas e projetos pedagógicos comprometidos com a articulação criativa das dimensões do fazer, do pensar e do sentir como base da formação de personalidades críticas e transformadoras; que promovam o despertar do olhar crítico, a arte de problematizar e de deslindar os dilemas apresentados por situações ambivalentes ou por contradições e que favoreçam o processo afirmativo da própria identidade dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, alunos e professores (MACHADO, 2006, p. 51-52).

Para Pacheco (2011), essa proposta de formação integrada:

[...] além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e

fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica (PACHECO, 2011, p. 26).

O Ensino Médio Integrado (EMI) é uma modalidade de ensino que visa à integração entre formação geral e formação profissional, no intuito de superar o dualismo estrutural da educação brasileira historicamente imposto aos estudantes dos segmentos da classe que vivem do trabalho. Essa, em que para os filhos da classe trabalhadora é destinada uma instrução para formar mão de obra a fim de atender às necessidades do mercado capitalista, enquanto para os filhos da classe burguesa, é ofertado um ensino propedêutico que lhes dê base para prosseguir nos estudos. Essa questão da divisão da educação em relação à classe social a que o indivíduo pertença denota em perversidade da classe dominante, sendo abordada por Ciavatta (2012) como:

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2012, p. 85).

Nesse sentido, Ciavatta (2012, p. 84) acrescenta que, para a concretização da formação integrada o essencial é que “a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior”. A autora conclui que a formação, nessa perspectiva, compromete-se em “formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2012, p. 86). Compartilhando do mesmo entendimento, Araújo e Frigotto (2015, p. 62) pontuam que “[...] o ensino médio integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada [...]”.

A concepção de ensino médio integrado é idealizada na perspectiva gramsciana de uma escola unitária, comum a todos os indivíduos sem distinção de classes. Uma escola que promova tanto a formação geral e humana quanto a formação profissional, tendo o trabalho como princípio educativo, no qual trabalho e educação estejam em uma relação estreitamente

interligados. Nas palavras de Gramsci (1982, p. 118), “[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”. Gramsci (1982), ressalta, ainda, que:

[...] O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora (GRAMSCI, 1982, p. 124).

Pensar em uma educação integrada é pensar nela como sendo unitária, na perspectiva de Ramos (2008, p. 2), e “pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. Dessa forma, uma educação dessa natureza precisa ser politécnica, “que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas” (RAMOS, 2008, p. 2). Ainda para a autora, o conceito de integração contempla três sentidos que se complementam: 1º) a formação omnilateral; 2º) a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica; e 3º) a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

O primeiro sentido atribuído à integração é filosófico e se refere à concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. Para Ramos (2008), o trabalho é compreendido sob dois aspectos: como realização humana e como prática econômica. No sentido da realização humana, o trabalho corresponde à ação humana de interação com a realidade para a satisfação de necessidades e produção de liberdade. Já em relação ao sentido econômico, para a mesma autora, dá-se pela venda e compra da força de trabalho e está ligado à profissionalização como uma forma de se preparar para uma profissão (conseguir um emprego) e garantir a sobrevivência.

A ciência está relacionada aos conhecimentos produzidos pela sociedade, por meio da ação humana, ou seja, pelo trabalho, e esses conhecimentos legitimados como válidos permitem explicar a realidade, bem como intervir sobre ela. Nesse sentido, trabalho e ciência formam uma unidade, pois a ação humana é produtora de conhecimentos. Outra dimensão é a cultura que corresponde aos valores éticos, estéticos e às normas que orientam e regulam a conduta em sociedade. Ademais, afirma Ramos (2008):

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social (RAMOS, 2008, p. 3).

No segundo sentido da integração, a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica, o ensino técnico é visto como:

[...] uma experiência na qual os jovens, ao se relacionarem com a técnica e a tecnologia – ciência materializada em força produtiva – apreendem o significado formativo do trabalho [...]. Não defendemos, com isto, uma formação profissional em detrimento da formação geral, mas uma formação profissional que possibilite aos sujeitos jovens e adultos se apropriarem de conhecimentos que estructure sua inserção na vida produtiva dignamente [...] (RAMOS, 2008, p. 10).

Ramos (2008) ressalta, ainda, que a educação integrada possibilita, aos sujeitos da classe trabalhadora, o acesso tanto à educação básica quanto à formação profissional ainda na etapa final da educação básica, já que eles não podem, muitas vezes, esperar a conclusão de seus estudos para, depois, inserir-se em uma atividade econômica.

No terceiro sentido da integração, a integração entre conhecimentos gerais e específicos como totalidade visa à superação do currículo dualista e fragmentado, em que a formação geral englobaria a teoria, enquanto a formação técnica estaria direcionada à prática, não havendo, assim, integração entre esses conhecimentos. Desse modo, a proposta de integração que Ramos (2008) defende é:

[...] possibilitar às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica. Sob essa perspectiva, os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem (RAMOS, 2008, p. 16).

Na mesma senda, Frigotto (2012, p. 76) aponta que “O ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida”. Segundo o autor, dominar tanto as técnicas como as ciências é condição prévia para que os sujeitos se constituam como seres emancipados, criativos e críticos da realidade onde vivem e capazes de agir sobre ela. Além de ser uma condição para compreender e atuar com as novas bases técnico-científicas do processo produtivo.

Saviani (2007, p. 160) defende uma educação fundamentada nos preceitos da educação politécnica. Segundo ele, politecnicidade significa “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”. Para o autor, uma educação nessa perspectiva é organizada com base no trabalho. Assim, o ensino politécnico deve nortear a organização do ensino médio e propiciar “aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos” (SAVIANI, 2007, p. 161).

Ainda segundo Saviani (2007), o educando que recebe esse tipo de formação adquire uma compreensão não apenas teórica, mas, também, prática da organização do trabalho, bem como do funcionamento da sociedade. Ademais, o referido autor esclarece que a relação entre educação e trabalho no ensino médio deve ser explícita e direta:

[...] O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo (SAVIANI, 2007, p. 160).

Corroborando das mesmas ideias, Simões (2007) afirma que o ensino técnico preferencialmente integrado ao ensino médio:

[...] representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social em que estão inseridos. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e da cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção a politecnicidade como configuração da educação média de uma sociedade pós-capitalista (SIMÕES, 2007, p. 84).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 36) expõem que, sob a perspectiva da educação politécnica, “o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral”.

Entretanto, apesar dos aspectos aqui elencados, a prática não condiz, na maioria das vezes, com a teoria. Sabemos que muitos são os desafios a serem superados para a concretização do ensino médio integrado, que vêm desde a implementação da respectiva política pública. Um desses desafios diz respeito à implementação dessa integração, de fato, que muitas vezes não chega até o “chão da escola”. Nessa direção, Maldaner (2016, p. 71) aponta que “O EMI está em implementação desde 2005, porém os professores não tiveram formação para compreender a sua concepção. Há na verdade uma justaposição entre conhecimentos técnicos específicos das áreas profissionais e conhecimentos gerais”. Ainda, segundo o autor, isso se deve pela “falta de formação docente adequada para atuar na EPT e no programa específico” (MALDANER, 2016, p. 192). O autor ainda pontua que,

[...] uma formação docente adequada para a EPT implica conhecimento do mundo do trabalho. Para compreender a política pública e para torná-la efetiva é essencial uma formação docente consistente que implica que o professor conheça e compreenda, de um lado, o sentido ontológico do trabalho e sua centralidade, o que aponta para uma política pública que tenha o trabalho como princípio educativo. Por outro lado, essa formação também se vincula à preparação para o trabalho no sentido mesmo de inserção do egresso no mercado de trabalho. Por isso a necessidade de que o professor tenha conhecimento das características, em especial das mazelas, da sociedade do trabalho. De sorte que o aluno tenha condições de buscar uma inserção crítica e criativa no mercado de trabalho sem se tornar um trabalhador alienado. A EPT contempla estas duas dimensões do trabalho. No entanto, o que se percebe nas políticas de EPT é que elas contemplam uma ou outra visão, e não a integração (MALDANER, 2016, p. 196-197).

Acrescenta, também, que:

A formação de professores para a EPT deve ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos. Deve, por isso, privilegiar uma formação humana mais ampla que vá além daquela que prioriza as relações de mercado. Defendemos que a formação de professores para a EPT, para além da formação técnica no sentido do domínio de conteúdos específicos e formação específica (pedagógica) para se tornar professor, pressupõe um compromisso político para com a classe que vive do próprio trabalho, a classe trabalhadora (MALDANER, 2016, p. 196).

Ao tratar da integração entre ensino médio e ensino técnico, Machado (2006) esclarece que:

[...] para a construção do currículo integrado exige uma mudança de postura pedagógica; do modo de agir não só dos professores como também dos alunos. Significa uma ruptura com um modelo cultural que hierarquiza os conhecimentos e confere menor valor e até conotação negativa àqueles de ordem técnica, associados de forma preconceituosa ao trabalho manual. É preciso uma disposição verdadeira para o rompimento com a fragmentação dos conteúdos, tendo em vista a busca de inter-relações, de uma coerência de

conjunto e a implementação de uma concepção metodológica global. Entender que neste caso, mais até que em outros, o ensino-aprendizagem é um processo complexo e global (MACHADO, 2006, p. 54).

Com relação à implementação do currículo integrado, Machado (2006, p. 55) lembra que “[...] sua concretização e avanços dependem dos progressos dos conhecimentos teóricos, mas, sobretudo, dos níveis de consciência dos sujeitos que a concebem e implementam que se originam e expressam nos avanços concretos obtidos no plano da prática educativa”. Araújo e Costa (2017, p. 13) ressaltam que o ensino médio integrado “[...] ainda é um desafio pedagógico e também político, o que pressupõe a mobilização daqueles educadores que buscam articular as suas ações educativas com um projeto de uma sociedade de iguais”.

Por fim, devemos compreender que a proposta de formação integrada se apresenta como uma nova esperança de contribuir para a formação integral do educando. Isso por meio de uma escola que, ao mesmo tempo que proporciona uma formação para profissionalização (para o mundo do trabalho), também contribua para a formação de um ser humano autônomo, reflexivo, crítico, capaz de pensar e agir para transformar a si mesmo e a sociedade na qual está inserido e, para tal, Cardoso, Hammes e Both (2020, p. 24) argumentam que “[...] não existe um modelo pronto. Todos precisam entender-se como responsáveis por essa construção”.

2.3 Evasão escolar: aspectos conceituais e estruturais

A evasão escolar é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo sistema educacional. É um problema antigo e ainda muito presente na atualidade. A literatura que trata a respeito do tema revela que a evasão escolar é um fenômeno complexo e decorrente de vários fatores que interferem nesse processo de abandono da escola.

A temática tem sido evidenciada nos últimos anos, porém, a maioria dos estudos tem abordado a questão da evasão escolar no ensino fundamental, médio e no ensino superior, enquanto, no campo da educação profissional, os estudos ainda são poucos e recentes. Nessa perspectiva, Dore e Lüscher (2011) afirmam que a escassez de estudos concernentes à evasão na área da educação profissional dificulta a investigação teórica e empírica do problema.

De acordo com Rumberger (2004 apud DORE; LÜSCHER, 2011, p. 776), “entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema”. Dessa forma, a evasão escolar é algo que deve ser mais bem debatido com a sociedade, uma vez que tem impactado negativamente na eficiência do uso de recursos públicos e, principalmente, na formação integral do cidadão.

Com base na literatura, percebemos que, sob o ponto de vista de cada autor, o tema tem sido conceituado com diferentes significados, tais como: evasão, abandono, desistência, exclusão, fracasso, insucesso, entre outros. Para Figueiredo e Salles (2017, p. 357), “quando se trata de evasão, a literatura apresenta um quadro conceitual bastante diverso, com definições que nem sempre dialogam entre si, gerando ambiguidade e/ou limitação às análises”. Posto isso, precisamos antes descrever certos conceitos acerca da evasão, que foram definidos por alguns dos estudiosos deste tema.

O primeiro deles, Queiroz (2002), entende a evasão escolar como sendo o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível de ensino. Já, para Arroyo (2003), os conceitos de “fracasso escolar” (do aluno), “alunos evadidos” e “repetentes” são conceitos importantes no ocultamento do problema. Segundo esse autor, os termos “evasão escolar” e “exclusão da escola” possuem diferenças conceituais:

[...] Falar em evasão sugere que o aluno se evade, deixa um espaço e uma oportunidade que lhe era oferecida por motivos pessoais ou familiares. Ele é o responsável pela evasão e, conseqüentemente, pela ignorância e pelos efeitos sociais que lhe acarretará essa ignorância ao longo da luta pela sobrevivência. [...] em termos de excluídos da escola [...]. Alguém terá que ser responsabilizado por essa exclusão ou por essa negação do saber elementar às classes subalternas (ARROYO, 2003, p. 21-22).

Na perspectiva do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o conceito de evasão é diferente de abandono, isto é, são dois conceitos específicos e diferentes entre si. Evasão significa a saída do aluno da escola e este não mais retorna para o sistema, enquanto o abandono é quando o aluno deixa a escola em determinado ano, mas retorna no ano seguinte (BRASIL, 2012a). Para Friscth e Vitelli (2016), a evasão escolar é entendida como sinônimo de abandono escolar, caracterizada como:

[...] um fenômeno complexo, associado a não concretização de expectativas de pessoas e reflexo de múltiplas causas relacionadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino (FRISCTH; VITELLI, 2016, p. 1).

Diante dessa problemática, Dore e Lüscher (2011) apresentam um conceito mais amplo. Para elas, a evasão escolar está associada a uma diversidade de situações, como: a retenção e repetência, a saída da instituição ou do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, ou até mesmo o abandono e seu posterior retorno à escola. Segundo as autoras, referem-se, também, àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um nível de ensino,

especialmente na educação compulsória, ou ao estudante que concluiu um determinado nível, mas se comporta como um *dropout* (desistente).

Um outro aspecto considerado relevante nas situações de evasão é, de acordo com as autoras supracitadas, o nível escolar em que ela ocorre, pois o abandono da escola é diferente para os níveis fundamental, médio, profissionalizante e superior. Dessa forma, a complexidade desse fenômeno demanda soluções de difícil realização e necessita da participação de diversos agentes sociais. Ademais, propõem que o mais adequado seria a identificação precoce e o acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco. No debate acerca do conceito de evasão escolar, Johann (2012) destaca que:

A evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola (JOHANN, 2012, p. 65).

Não obstante a tudo já exposto, Araújo e Santos (2012) fazem referência a três conceitos: evasão, exclusão e mobilidade. Para elas, evasão significa subterfúgio, fuga, desculpa astuciosa, desvio, esquiva; exclusão é aquele que foi afastado, jogado para do fora do sistema; e mobilidade corresponde à migração do aluno para outro curso. Nessa perspectiva, quando há referência à questão da evasão escolar, há uma diversidade de situações de não-permanência do aluno na escola. As autoras apontam, ainda, que a evasão escolar também é exposta como um fracasso escolar, remetendo à questão da exclusão, ou seja, não consiste em uma escolha do aluno e, para uma análise mais detalhada, devem ser levadas em consideração três perspectivas: do aluno, da escola e da sociedade.

Nessa mesma direção, mas indo um pouco além, Bastos (2014) defende que a evasão escolar não está associada a um único motivo e envolve questões de natureza social, demográfica, administrativa, política, econômica e financeira. Compartilhando desse mesmo entendimento, Silvas (2018) aponta que a evasão é o afastamento definitivo do estudante de determinada oferta educacional, decorrente de múltiplos fatores: sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, e nenhum fator isolado é capaz de explicar por completo esse processo.

Por último, não querendo esgotar o debate concernente à conceituação do termo evasão, no “Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, esse conceito é definido como sendo “[...] a interrupção do aluno no ciclo do curso. Em tal situação, o estudante pode ter abandonado o curso, não ter

realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso [...]” (BRASIL, 2014, p. 20).

Em linhas gerais, como podemos perceber, o termo evasão escolar é amplo e utilizado genericamente pelos estudiosos da temática em questão para se referenciar à saída do aluno da escola antes da conclusão de seus estudos. Como visto anteriormente, apesar da falta de consenso sobre o conceito de evasão, todos admitem que se trata de um processo de exclusão social. Assim, neste estudo, utilizaremos os termos evasão ou abandono como sinônimos para referir à situação de não permanência em uma escola, em particular. Portanto, adotaremos o conceito de evasão, conforme descrito por Silvas (2018), que ainda classifica a evasão escolar em três modalidades:

Evasão do curso: desligamento do curso em função de abandono (não-matricula), transferência ou re-escolha, trancamento e/ou exclusão por norma institucional; Evasão da instituição: desligamento da instituição na qual está matriculado, considerando que o estudante que abandona definitivamente um curso ou uma instituição para ingressar em outra, configurando a situação de transferência externa, o que define a evasão de uma dada instituição, mas não o desligamento do sistema de ensino médio integrado; e, Evasão do sistema: abandono definitivo ou temporário do ensino médio integrado (SILVAS, 2018, p. 35).

Se definir evasão escolar já não é assim tão trivial, compreender suas causas é uma tarefa um tanto mais complexa. De acordo com Dore e Lüscher (2011), identificar as possíveis causas da evasão escolar é algo extremamente difícil, pois envolve um conjunto de fatores que se relacionam e contribuem na decisão de abandonar a escola. Para tal, Queiroz (2002) destaca que vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes na evasão escolar, tais como: a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isso, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional. Esse autor ressalta, também, que os estudiosos têm analisado o fracasso escolar sob duas vertentes: a partir dos fatores externos e internos. Os fatores externos estão relacionados ao trabalho, às desigualdades sociais, à criança e à família, e os fatores internos estão ligados à própria escola, à linguagem e ao professor.

A evasão escolar está associada sob a ótica de duas perspectivas, segundo Rumberger (2004 apud DORE; LÜSCHER, 2011): a individual e a institucional. No tocante aos aspectos individuais, estão relacionados aos próprios estudantes e seu percurso escolar, tais como: os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem o engajamento acadêmico e o engajamento social do estudante. Já aos aspectos institucionais se referem à família – estrutura

familiar, condições econômicas, nível de escolaridade dos pais e a qualidade das relações que os pais mantêm com os filhos, com outras famílias e com a própria escola –; à escola – composição do corpo discente, os recursos e estruturas físicas das escolas e as práticas pedagógicas –; e à comunidade e aos grupos de amigos. Ou seja, todos esses fatores, se não forem adequados ao estudante, podem refletir no seu abandono escolar.

Por sua vez, Bastos (2014) afirma que, para uma análise mais aprofundada da evasão escolar, faz-se necessário compreender, também, os conceitos de fracasso escolar, repetência e abandono, os quais podem vir a culminar no processo de não-permanência do estudante na escola. Para o autor, a repetência e a reprovação são causas da evasão escolar e evidenciadas como fracasso ou insucesso escolar, corroborando, assim, com o pensamento de Machado (2009, p. 36), em que “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola”.

A esse respeito, Dourado (2016, p. 34) diz que o “fracasso escolar refere-se a um conjunto de ações, posturas não só do aluno mais também do professor e da própria instituição que promovem o insucesso do discente”. Nas palavras de Machado (2009, p. 37), “no universo da evasão escolar, diferentes atores desempenham seu papel”, isto é, as causas e as consequências do fracasso escolar não estão somente relacionadas ao aluno. A pesquisadora apresenta inúmeros fatores, entre eles a instituição escolar:

As questões intra-escolares também exercem papel determinante neste contexto e desprezá-las pode levar à culpabilização das crianças e de seus pais pelo fracasso escolar, eximindo a escola de qualquer culpa, uma postura, com certeza, incoerente. O papel da escola é fundamental ou até mesmo determinante, na combinação de fatores que irão definir a trajetória do aluno bem como seu sucesso ou fracasso [...] (MACHADO, p. 42-43).

Vários estudiosos, tais como: Arroyo (2003), Dubet (2003), Fornari (2010), Patto (2010), Bourdieu (2012), Bourdieu e Champagne (2012) buscaram compreender o fracasso escolar como um fenômeno que é decorrente de múltiplas determinações, não estando ligado apenas à condição individual, mas, também, à escola, devendo ser levado em consideração os contextos social, político, econômico e cultural, nos quais o indivíduo está inserido.

Segundo Arroyo (2003), as desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira decorrente da diferença de classes é o principal fator para o fracasso escolar das camadas populares. Para ele:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas

oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 2003, p. 21).

Nesse mesmo sentido, Dubet (2003) enfatiza que:

No final das contas, os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprio do funcionamento da escola, que beneficia os mais beneficiados. Essas estratégias escolares aprofundam as desigualdades e acentuam a exclusão escolar na medida em que mobilizam, junto aos pais, algo que não é só o capital cultural, este entendido como um conjunto de disposições e de capacidades, especialmente linguísticas (DUBET, 2003, p. 36).

Patto (2010) tece, em sua obra intitulada “A produção do fracasso escolar”, uma crítica às teorias que foram surgindo para tentar justificar o fracasso escolar da população de baixa renda, em que imputa a responsabilidade unicamente aos alunos ou suas famílias. Segundo a autora, o chamado fracasso escolar do aluno não está relacionado exclusivamente ao meio sociocultural ao qual o aluno pertence, mas envolve um conjunto de fatores estruturais, institucionais e funcionais intrínsecos ao sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, Fornari (2010) destaca, ao avaliar as questões que envolvem o fracasso escolar, que:

[...] essa responsabilização da criança pelo fracasso na escola tem seu ponto de apoio o pensamento educacional da doutrina liberal, cuja argumentação busca legitimar a sociedade de classe. Esta procura fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social que o envolve (FORNARI, 2010, p. 115).

Para Bourdieu (2012), o capital cultural tem relação direta no desempenho escolar das diferentes classes sociais, sendo cada indivíduo caracterizado pela sua bagagem cultural socialmente construída. Dessa forma, os alunos com um nível socioeconômico mais elevado possuem um capital cultural familiar privilegiado, o que os possibilita maiores chances de êxito escolar, quando comparado aos alunos das classes desfavorecidas socioeconomicamente. Em consequência disso, os mais favorecidos acabam sendo privilegiados e continuam reproduzindo o mesmo comportamento, no sentido de privilegiar os interesses da classe dominante, ao longo de sua trajetória, geração a geração.

Por fim, Bourdieu e Champagne (2012), autores do texto “Os excluídos do interior”, discutem a diferença entre os escolarizados e os excluídos da escola, e apontam que, apesar da ampliação do acesso ao sistema de ensino, isso não significou a superação das desigualdades

sociais. Ou seja, a democratização do ensino é uma aparente impressão de que a escola é igual para todos, porém, continua sendo seletiva e excludente.

Diante do exposto, temos que admitir que a problemática do fracasso escolar é uma questão complexa, até divergente em relação aos pontos de vista de alguns autores, e que incorrem em aspectos associados aos alunos, às suas famílias e ao universo escolar. Ou seja, trata-se de um problema social resultante das diferenças de classes imposta pela sociedade capitalista, que implica na exclusão escolar das camadas mais empobrecidas da sociedade. Portanto, percebe-se a importância de se conhecer os diversos contextos em que ocorre, a fim de compreender como cada um deles influencia nesse processo e, desse modo, desenvolver e implementar estratégias de prevenção ao abandono escolar, em busca de uma educação mais inclusiva, emancipatória, igualitária e de qualidade para todos.

2.3.1 Evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica

No Brasil, a institucionalização dos Institutos Federais faz parte de uma política pública com a proposta de contribuir com uma sociedade menos desigual, oferecendo novas oportunidades de formação e inserção no mundo do trabalho, bem como com a promoção da cidadania, da transformação social no sentido de proporcionar a emancipação dos sujeitos. Conforme consta no artigo 7º, inciso V, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a educação profissional e tecnológica visa a “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008).

Apesar das previsões legais para a interiorização e a democratização do acesso à educação, essas instituições ainda enfrentam problemas quanto à permanência dos estudantes, principalmente dos menos favorecidos, contribuindo, assim, para o aumento das desigualdades sociais. Com isso, a evasão escolar tem se tornado um desafio para as instituições de ensino e seus gestores. Nesse contexto, a evasão escolar na educação profissional é um problema que merece muita atenção, pois traz implicações negativas tanto para o aluno quanto para a sociedade, a instituição e o governo, conforme ressalta Meira (2015),

A evasão escolar pode ocasionar sérias repercussões acadêmicas, sociais e econômicas, acarretando problemas escolares para os alunos e para a sociedade. Também problemas de natureza pedagógica e administrativa para o sistema educacional, assim como, perdas financeiras para as instituições de ensino e para o governo, devido a gastos desnecessários e investimentos desperdiçados com materiais e profissionais para vagas que são preenchidas por alunos que não concluem os cursos (MEIRA, 2015, p. 26).

Um outro aspecto provocado pela evasão é o não cumprimento dos objetivos dos Institutos Federais de romper com a dualidade histórica presente na educação profissional, de formar para além do mundo do trabalho, de proporcionar uma formação de sujeitos autônomos, críticos, pensantes, consciente de sua realidade, ou seja, de promover a emancipação social do indivíduo (por meio de educação omnilateral, humana e integral) para, assim, proporcionar uma sociedade mais justa e com mais oportunidades.

A problemática da evasão escolar na educação profissional e tecnológica foi constatada a partir da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos Institutos Federais, no período de agosto de 2011 a abril de 2012. Um dos objetivos da auditoria foi caracterizar a evasão na rede e apresentar medidas para reduzi-la. O relatório de auditoria apontou que a evasão escolar é um problema presente nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e destacou que os cursos de nível médio ofertados na modalidade de Proeja e Médio Subsequente foram os que apresentaram maiores taxas de evasão (BRASIL, 2012b).

A partir dessa auditoria realizada, em resposta ao Acórdão TCU nº 506/2013, o Ministério da Educação (MEC) instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar um relatório, identificando os índices e as causas do problema da evasão escolar, bem como de criar um manual de orientação para combatê-la. Com isso, no ano de 2014, foi produzido o Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a finalidade de:

Orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo (BRASIL, 2014, p. 4).

Por meio da Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015, os gestores das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica receberam orientações para elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. O documento balizador apresentou uma proposta metodológica constituída de cinco fases: I- Instituição de comissão interna; II- Elaboração de diagnóstico quantitativo; III- Elaboração de diagnóstico qualitativo; IV- Consolidação do plano estratégico; e V- Monitoramento e Avaliação das Ações (BRASIL, 2015).

Mediante tais recomendações, as instituições federais de ensino foram instigadas a elaborar seus respectivos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito (PEPE) dos estudantes, com o objetivo de promover ações sistêmicas e locais para a manutenção da permanência e do êxito de seus estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados, e que possibilitasse o enfrentamento da evasão e retenção.

No sentido de verificar como estava o panorama da evasão nos Institutos Federais, foram confrontados os dados apresentados pela auditoria realizada pelo TCU, com as informações mais recentes que constam na Plataforma Nilo Peçanha³. Esses índices referem-se aos cursos técnicos de nível médio da modalidade de ensino presencial, referentes aos anos de 2017, de 2018 e de 2019.

De acordo com a Tabela 1, mesmo depois da orientação realizada pelo MEC para que as instituições da Rede Federal elaborassem o Plano Estratégico de Permanência e Êxito de seus estudantes, percebe-se que o resultado prático ainda não foi plenamente alcançado. Apesar dos esforços, verifica-se que os dados que constam disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha mostram percentuais maiores de evasão, quando comparamos com os que foram apresentados pela auditoria do TCU, mesmo que esses índices tenham diminuído progressivamente entre os anos de 2017, 2018 e de 2019.

Tabela 1 – Comparativo entre os dados que constam no relatório de auditoria do TCU e os dados mais recentes que constam na Plataforma Nilo Peçanha.

Tipo de oferta	Relatório de auditoria do TCU Dados extraídos do SISTEC	Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha		
	De 2004 até 2011	2017	2018	2019
Proeja	24,0%	23,0%	19,5%	20,0%
Médio subsequente	18,9%	29,0%	23,3%	19,5%
Médio integrado	6,4%	11,2%	9,5%	8,7%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Relatório de auditoria (TCU, 2012b) e Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2017; 2018; 2019).

Dessa forma, é importante que sejam concentrados ainda mais esforços concernentes às estratégias para o controle da evasão dentro dessas instituições de ensino, pois, da forma como está sendo proposta, e até mesmo sendo executada, apesar de percebermos uma redução dos índices, as ações não estão tendo efetividade no sentido de estancar esses índices. Isso transparece que os gestores da maioria das instituições continuam a não dar a devida atenção a

³ A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) (BRASIL, 2017; 2018; 2019).

essa questão. Na maioria delas, o PEPE é tratado como questão meramente burocrática no sentido de que a instituição tão somente cumpra a norma legal. Em algumas delas, o PEPE ainda nem foi finalizado, como apontado por Ramos Neto (2019).

2.3.2 O que dizem os estudos sobre evasão na Educação Profissional

Vários estudos recentes relacionados à evasão na educação profissional têm investigado a respeito dessa temática, na busca de compreender o fenômeno e o que leva o estudante ao abandono, para que, assim, seja possível encontrar soluções no intuito de tratar eficientemente o problema.

As pesquisas de Dore e Lüscher (2011), Fredenhagen *et al.* (2012), Araújo (2013), Bastos (2013), Figueiredo (2013), Silva *et al.* (2013), Bastos (2014), Neves (2014), Novais (2014), Souza (2014), Ferraz (2015), Figueiredo (2015), Meira (2015), Dourado (2016), Veiga (2016), Almeida (2017), Balta (2017), Castro (2017), Figueiredo e Salles (2017), Marques (2017), Silva (2017), Silva, Dias e Silva (2017), Carvalho (2018), Silvas (2018) e Deganut e Silva (2019) apontam uma diversidade de causas que levam o aluno a abandonar a escola, tais como: necessidade de trabalhar, dificuldade de conciliar trabalho e estudo, não identificação para com o curso, falta de conhecimentos anteriores, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, dificuldade de adaptação à metodologia da escola, coincidência do período de provas (Curso Técnico e Ensino Médio), critérios de avaliação pouco flexíveis, método pedagógico pouco dinâmico, professores pouco incentivadores, ausência de flexibilidade de horários, reprovação, sentimento de incapacidade e frustração, ausência de informações sobre o curso, ausência de maturidade, escolha do curso ter sido influenciada pelos pais e amigos, expectativas não atendidas, desmotivação e desinteresse, escola não atrativa, falta de perspectiva de ingresso no mercado de trabalho para a área do curso, falta de motivação para continuar os estudos, interesse pelo ensino médio e desinteresse pela área técnica, excesso de atividades, cansaço por passar o dia todo na escola, ingresso no curso superior, transporte, saúde, filhos, gravidez, problemas familiares e/ou pessoais, dificuldades financeiras, distância da escola, mudança de domicílio, problemas de relacionamento na escola, entre outros.

Diante da gama de fatores elencados nessas diversas pesquisas, verifica-se que a evasão está relacionada a um conjunto de fatores pessoais, internos e externos às instituições. Nesse sentido, Dore e Lüscher (2011) afirmam que:

Do vasto e intrincado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do

estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 777).

Especificamente em relação aos estudos realizados em instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Machado (2009) analisou, em sua pesquisa, os fatores que explicam a evasão nos cursos técnicos de Agropecuária e Informática, que foram realizados concomitantes ao ensino médio na Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes - MG, no período de 2002 a 2006. A autora identificou dois grupos bastante distintos, considerando suas características socioeconômicas e culturais. Com relação aos alunos do curso de Agropecuária, identificou que eles são pertencentes à classe social menos favorecida – a maioria de zona rural ou de cidades do interior – e, por conta disso, trouxeram consigo deficiência no processo formativo, sendo esse um dos principais motivos encontrados como dificultadores da permanência do aluno na escola. Esta pesquisa evidenciou que, tanto para os alunos do curso de Agropecuária quanto para os alunos do curso de Informática, as dificuldades em executar todas as atividades exigidas para a realização do curso foram, aliadas à maneira como a escola realiza o processo de ensino-aprendizagem, indicadas como fatores decisivos na evasão. Uma outra razão apontada pelos alunos do curso de Informática foi a não-identificação para com o curso escolhido, o que vem a ser o maior empecilho para a permanência deles na instituição.

Johann (2012) buscou, em seu estudo sobre a evasão escolar no Campus Passo Fundo do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFRS), investigar as possíveis causas de evasão nos cursos técnicos em Informática e em Mecânica, nas turmas que ingressaram no primeiro e no segundo semestres do ano de 2009. A referida pesquisa concluiu que não são apenas os fatores econômicos que justificam os altos índices de evasão. Um dos principais fatores destacados pelos alunos evadidos, nessa pesquisa, e que compromete a sua permanência nos cursos, foi a incompatibilidade de conciliar os estudos com o trabalho. A autora constatou, ainda, que o número elevado de reprovações nos dois cursos influenciou no processo de evasão, ora observado.

Por meio de pesquisa bibliográfica, Araújo e Santos (2012) abordaram as causas de evasão escolar na educação profissional de nível médio, a partir de três perspectivas: a do aluno (fatores referentes às características individuais); a da escola (fatores internos às instituições); e a da sociedade (fatores externos às instituições). Em se tratando dos fatores internos, a questão principal se deve ao fato de a escola não ser atrativa, o que, aliado a outros fatores internos, acaba resultando em um motivo de exclusão dos alunos. Os fatores externos afetam diretamente a formação e permanência do aluno no ambiente escolar, e envolvem o mercado de trabalho,

abarcando o reconhecimento social da carreira escolhida, a desvalorização da profissão, o desemprego, a empregabilidade no horário escolar, a ausência de políticas públicas consistentes e a efetivação das políticas já existentes.

Bastos (2013) constatou, em sua pesquisa realizada junto aos estudantes evadidos e frequentes dos cursos técnicos da modalidade integrada, de Informática, de Eletromecânica e de Biocombustíveis, ofertados pelo Campus Irecê do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), que 25% dos respondentes evadidos apontaram, como a principal causa para a evasão, a dificuldade na adaptação à metodologia da instituição; seguida das dificuldades em compreender os conteúdos ministrados pelos professores (23%). Outras causas também foram relatadas, tais como: obtenção de certificação de conclusão de curso pelo Enem (13%), mudança de domicílio (10%), dificuldades financeiras da família (8%), falta de afinidade com o curso (7%), habitação fora da cidade (7%) e dificuldade em conciliar trabalho com estudo (7%). Com relação aos estudantes frequentes, o autor ressaltou que 52% afirmaram já terem encontrado alguma dificuldade e que, por algum momento, já pensaram em desistir de estudar na instituição, sendo que a distância da família e o deslocamento até a instituição foram os fatores motivacionais mais citados que dificultariam esses estudantes na permanência na instituição.

Ao realizar um estudo a partir da percepção dos professores do Campus Irecê do Instituto Federal da Bahia (IFBA), sobre as causas da evasão de alunos dos cursos de Biocombustíveis, de Eletromecânica e de Informática, na modalidade integrada ao Ensino Médio, durante os anos de implantação (2011 e 2012), Ferreira (2013) detectou que as causas cognitivas (causas culturais e/ou falta de pré-requisitos necessários) foram responsáveis por 47% da evasão, seguidas das causas pessoais (familiares e/ou emocionais), que foram responsáveis por 27%, e as econômicas responsáveis por 26% da saída dos alunos. Isso sendo que a categoria de causas de ordem cultural e/ou cognitiva foi responsável pela maior parte da evasão. Outrossim, em seu estudo, evidenciou as dificuldades materiais e institucionais relacionadas ao processo de implantação, como também o próprio processo didático-pedagógico instituído na relação professor-aluno.

No estudo realizado com os alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, provenientes do Campus Colorado do Oeste do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Novais (2014) identificou três principais motivos que foram apontados pelos estudantes, relacionados à permanência na instituição: a motivação interna, o apoio dos pais e o relacionamento com os colegas. Quanto aos fatores motivacionais para a evasão, os estudantes evadidos relataram diversas causas, sendo as principais: dificuldade de aprendizagem do

conteúdo, o que ocasionou a reprovação e, conseqüentemente, na evasão; problemas de relacionamento na escola; e problemas de saúde. Foram relatados, também, alguns casos de desinteresse por parte do aluno.

Muniz (2015) analisou, em sua pesquisa intitulada “Por que perdemos nossos alunos? Um estudo da evasão no Instituto Federal de Goiás”, a problemática da evasão na visão de professores, da equipe pedagógica, dos alunos matriculados e dos alunos evadidos. Com base nos resultados encontrados em sua pesquisa, a autora afirma que a escola não está adequada aos alunos, pois adota currículos e uma dinâmica de funcionamento que muitas vezes não se encaixa aos seus perfis. Ela evidencia a necessidade de se adequar o fazer pedagógico às especificidades dos alunos, de modo que a organização do ambiente social de aprendizagem seja condizente com a modalidade de ensino, com o perfil de alunos atendidos e com a filosofia de trabalho adotada pela instituição.

Dourado (2016) identificou as causas da evasão escolar sob a perspectiva dos gestores do Campus Irecê do Instituto Federal da Bahia (IFBA), destacando, além das questões socioeconômicas e de dificuldade de adaptação do estudante à instituição, alguns fatores intraescolares que contribuem para o fenômeno da evasão escolar, tais como: falta de formação didático-pedagógica dos professores bacharéis, currículo não integrado, falta de ações coletivas para o redimensionamento da gestão pedagógica e de acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou adaptação.

Ao analisar a evasão discente do Campus Juazeiro do Norte do Instituto Federal do Ceará (IFCE), com foco no curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, Oliveira (2016) retratou, em seu estudo, a dificuldade de traçar um perfil do aluno evadido, devido a diversos fatores como social, cultural, econômico, familiar, acadêmico, que têm implicações no desempenho escolar dos estudantes, podendo provocar o desinteresse pela escola e, conseqüentemente, contribuir para o abandono precoce.

Em outro estudo sobre a evasão escolar realizado com os discentes evadidos do Curso Técnico em Informática Integrado, ofertado pelo Campus de Barretos do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Almeida (2017) identificou que as principais causas determinantes estão associadas aos aspectos individuais e com a performance escolar. Os principais fatores apontados foram: reprovação; dificuldades de aprendizado; curso muito difícil; não identificação com o curso; dificuldades de adaptação com o curso; desinteresse, desmotivação; e não gostar de estudar.

Na pesquisa intitulada “Oportunidade *versus* evasão no ensino médio integrado na perspectiva dos estudantes”, realizada com os estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino

Médio de Eletrotécnica e de Informática, e com os respectivos professores do Campus Três Lagoas do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), Balta (2017) argumenta que os resultados mostraram que os principais motivos apontados pelos estudantes evadidos para a não-permanência estão relacionados com a variável reprovação/retenção, seguida das dificuldades de conciliar trabalho e estudos. Os fatores transporte, acesso à escola e greve/paralizações também foram apontados como motivações para evadirem. O autor constatou que os fatores externos à escola provocaram evasão, mas os fatores internos relacionados às práticas pedagógicas em dissonância com a realidade desse alunato, e de seus universos simbólicos, representaram grandes obstáculos à permanência deles na instituição escolar.

Silveira (2017) analisou, em sua tese, as dificuldades enfrentadas pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP) na identificação das variáveis associadas à evasão de seus estudantes, visando à proposta de ações que possam auxiliar a instituição de ensino pesquisada a superar estas dificuldades. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a referida instituição ainda não possui ações satisfatórias na produção do conhecimento, a respeito dos motivos causadores da evasão de seus estudantes. Com isso, trouxe consequências negativas para a instituição, a qual não conseguiu realizar ações de intervenções eficientes contra a evasão. A autora agrupou em três categorias as causas do desconhecimento da evasão apontadas pelos entrevistados: 1) Baixo comprometimento com a evasão; 2) Deficiências estruturais; e 3) Deficiências no relacionamento entre setores. A autora ressalta, ainda, que a ausência de uma política institucional de combate à evasão e o baixo envolvimento dos servidores revelou a falta de comprometimento da instituição com o problema. Nesse sentido, a pesquisadora evidencia a necessidade de se tratar a evasão como um problema de gestão institucional, por meio de políticas que promovam ações de enfrentamento à evasão.

Ao pesquisar as causas da evasão e reprovação escolar dos alunos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Campus Eunápolis do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Santos (2017) constatou que a evasão ocorreu em virtude da reprovação escolar, e o perfil do aluno excluído é predominantemente de etnia negra e de situação socioeconômica vulnerável. Afirma, ainda, que a ocorrência desse fenômeno estava associada aos fatores internos institucionais, sendo o currículo e os aspectos didático-pedagógicos os mais determinantes. A autora conclui que existe um processo de inclusão excludente, em que se flexibiliza a entrada desses alunos, mas os processos internos os conduzem à exclusão.

Na pesquisa sobre a evasão escolar no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, nos *campi* Ceres, Morrinhos e Urutaí, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano),

realizada por Rodrigues (2019), constatou-se que os fatores que causam a evasão ainda não estão plenamente definidos. Ficou evidente que a evasão ocorreu principalmente do primeiro para o segundo ano do Curso Técnico em Agropecuária, nos três *campi*.

Conforme exposto pelos vários autores citados, fica evidenciado que as causas da evasão escolar não estão associadas a um único fator. Trata-se de um problema complexo, heterogêneo e cumulativo, decorrente de múltiplas razões que interfere nesse processo. Dessarte, para uma compreensão mais ampla, faz-se necessário uma análise dos diversos fatores motivacionais que envolvem esse fenômeno, levando em consideração tanto os aspectos individuais, sociais e institucionais, bem como as questões econômicas, sociais, políticas e culturais, no sentido de buscar encontrar caminhos para enfrentá-la.

2.3.3 Ações de enfrentamento à evasão escolar no IF Goiano

A missão institucional do IF Goiano é “promover educação profissional de qualidade, visando à formação integral e emancipatória do cidadão para o desenvolvimento da sociedade” (BRASIL, 2018a, p. 35). Alguns documentos institucionais como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), período de vigência de 2019 a 2023, abordam a questão das políticas de acesso, permanência e êxito como uma medida para a promoção do direito à permanência na Educação Profissional e Tecnológica. Zanin (2019) destaca que o Estado não tem o dever de ofertar educação profissional para todos os cidadãos, entretanto, a partir do momento de ingresso do estudante nessa modalidade de ensino, é obrigação do Estado garantir as condições para a sua permanência.

A atual Política de Assistência Estudantil (PAE) do IF Goiano leva em conta: o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Constituição Federal de 1988; e demais marcos legais. O objetivo dessa política é promover um conjunto de ações que visa à permanência e ao êxito dos estudantes da instituição, bem como proporcionar a inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e o bem-estar biopsicossocial (BRASIL, 2018a).

A PAE é coordenada pela Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), ligada à reitoria do IF Goiano. De acordo com o Manual de Assistência Estudantil, compete à DAE realizar as seguintes ações:

- I - responder pela concessão e manutenção da Política;
- II - apoiar os serviços, os programas e projetos de enfrentamento da desigualdade social, cultural e econômica nos *campi* do IF Goiano;

- III - atender, em conjunto com os *campi*, às ações assistenciais de caráter de emergência; e
- IV - acompanhar a aplicação dos recursos destinados a manutenção dos programas, projetos e ações de assistência estudantil (BRASIL, 2019b, p. 15-16).

Cada *campus* do IF Goiano possui um setor específico responsável pela Assistência Estudantil, ligado à Diretoria de Ensino (DIREN). Conforme consta no Manual de Assistência Estudantil, compete a estes setores nos *campi*:

- I - aplicação de recursos destinados à assistência estudantil;
- II - prestar serviços assistenciais no âmbito de seu *campus*;
- III - executar os projetos de enfrentamento da desigualdade; e
- IV - atender às ações de assistência estudantil de caráter emergencial (BRASIL, 2019b, p. 16).

No atual PDI do IF Goiano, consta que será ofertado aos seus estudantes, de acordo com os recursos humanos e financeiros disponíveis em cada *campus*, os seguintes programas:

- I. auxílio transporte: O auxílio transporte consiste na concessão de um auxílio financeiro para custear gastos relativos ao deslocamento do estudante, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no trajeto residência/*campus*/residência;
- II. regime de residência: O regime de residência consiste na concessão, por parte do *campus*, de infraestrutura física para residência, móveis e equipamentos básicos, alimentação e suporte biopsicossocial para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- III. auxílio moradia: O auxílio moradia consiste na concessão de um auxílio financeiro para custear despesa com aluguel para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- IV. auxílio permanência: O auxílio permanência consiste na concessão de custeio de gastos com moradia, alimentação, transporte e outras despesas, para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- V. auxílio alimentação: O auxílio alimentação consiste na concessão de uma refeição diária para o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no período em que ele desempenhar, prioritariamente, suas atividades pedagógicas no *campus*;
- VI. bolsas vinculadas a projetos: A bolsa vinculada a projetos consiste na concessão de auxílio financeiro ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que ele possa desenvolver projetos de caráter pedagógico relacionados ao seu curso na área de ensino, pesquisa e extensão;
- VII. isenção de taxas: A isenção de taxas consiste na isenção de taxas para o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em processos seletivos, ou não, que são promovidos pelo *campus*;
- VIII. acessibilidade: A acessibilidade consiste em desenvolver e acompanhar ações que promovam a inclusão social do estudante com necessidades especiais, com o objetivo de proporcionar ao aluno condições favoráveis para desempenhar suas atividades pedagógicas dentro da Instituição ou fora dela quando estiver representando-a;
- IX. atenção à saúde: A atenção à saúde do estudante é um direito assistido a todos os discentes da Instituição e são serviços realizados por profissionais da

área da saúde, como: médico, psicólogo, assistente social, odontólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e enfermeiros;

X. acompanhamento psicopedagógico: O acompanhamento psicopedagógico é um direito assistido ao estudante que apresente dificuldades no processo ensino-aprendizagem e que será acompanhado por um profissional com formação na área da psicopedagogia;

XI. atividades culturais, esportivas e de lazer: As atividades culturais, esportivas e de lazer são atividades que promovem a integração entre os estudantes da instituição e toda comunidade escolar, com participação em eventos esportivos e culturais;

XII. participação em intercâmbios e eventos acadêmicos: A participação do estudante em intercâmbios e eventos acadêmicos é incentivada e promovida pela Instituição na busca do conhecimento empírico e científico;

XIII. bolsa monitoria: A bolsa de monitoria deve estimular a participação dos estudantes no processo educacional sob orientação do docente, desenvolvendo habilidades e competências de natureza pedagógica, bem como possibilitar o compartilhamento de conhecimento entre os estudantes e docentes;

XIV. seguro estudantil: é destinado a todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos da Instituição em desenvolvimento de atividades de estágio no IF Goiano e em viagens para participarem de atividades acadêmicas, culturais e esportivas, que estejam representando a instituição;

XV. restaurante estudantil: o restaurante estudantil tem como objetivo fornecer alimentação de forma gratuita para os alunos residentes e para os demais com um baixo custo, contribuindo de forma eficaz para a permanência do estudante na instituição e ainda atender as necessidades nutricionais básicas da comunidade escolar e acadêmica, além de colaborar no desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional e de pesquisas relacionadas à alimentação, nutrição e saúde nos cursos da área de alimentos (BRASIL, 2018a, p. 217-218).

Para tal, esses programas serão regidos por editais e destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social. Além das bolsas e auxílios, a assistência estudantil oferece atendimento pedagógico, psicológico, médico, nutricional, odontológico, atividades de cultura, lazer e esporte a todos os estudantes, visando, assim, a ampliar as condições de sua permanência, bem como a sua saída com êxito da instituição. O IF Goiano oferece, ainda, um seguro contra acidentes pessoais a todos os estudantes, proporcionando, dessa forma, maior segurança durante a realização das atividades práticas, visitas técnicas, estágios, entre outras (BRASIL, 2018a).

Prevê-se, ainda, o estímulo à educação inclusiva, objetivando a atender a todos os estudantes com necessidades específicas, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS), a fim de dar suporte, apoio e acesso aos recursos materiais, humanos, de comunicação, de informação e apoio financeiro, visando a oportunizar sua permanência e sucesso escolar (BRASIL, 2018a). Nesse sentido, o PDI 2019-2023 do IF Goiano expressa:

Pensar uma Instituição capaz de atender a todos com qualidade e respeito às diferenças, construindo uma cultura de valorização da diversidade, é um desafio enfrentado pelo IF Goiano. Com o intuito de contribuir para a diminuição das desigualdades existentes, oriundas da chamada discriminação histórica, tem-se adotado mecanismos voltados a ações afirmativas que proporcionem o acesso, a permanência e o êxito de certos segmentos da sociedade. A instituição tem buscado formas alternativas de acesso ao ensino, no sentido de compensar a discriminação passada e presente e prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva (BRASIL, 2018a, p. 75).

Aliado ao exposto até o momento, o Instituto Federal Goiano instituiu, em atendimento às orientações dispostas na Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015, a primeira Comissão de Elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, por meio da Portaria nº 573/2015. De acordo com as orientações do MEC, tal comissão teria como função realizar uma avaliação diagnóstica do quantitativo de discentes evadidos, como também verificar quais as causas da evasão, bem como elaborar o plano estratégico de superação da evasão e retenção, e, por fim, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas, de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes (BRASIL, 2015).

No entanto, observou-se que, desde que a primeira comissão foi instituída em 2015 para esta finalidade até o presente momento, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) do IF Goiano possivelmente se encontra em fase de construção. Isso se deve ao fato de que, por meio de buscas realizadas no sítio oficial do Instituto Federal Goiano, bem como no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), percebe-se que o referido documento não se encontra disponível, seja para acesso público ou mesmo disponível tão somente aos servidores. Com relação aos trabalhos realizados pela Comissão de Permanência e Êxito dos Estudantes, consta no sítio institucional o seguinte relato:

A primeira ação realizada pelas comissões do PEPE em 2018, foi um levantamento quantitativo e qualitativo das taxas e causas de evasão e retenção dos estudantes. No levantamento quantitativo, as taxas de evasão, retenção e eficiência acadêmica foram analisadas a partir dos dados do SISTEC/Plataforma Nilo Peçanha 2017. Quanto ao levantamento qualitativo, as causas de evasão, retenção e eficiência acadêmica, referentes ao ano de 2018, foram coletadas por meio de um formulário eletrônico, aplicado aos docentes, técnicos administrativos efetivos da área pedagógica e para os estudantes em curso de todos os níveis, formas, tipos e modalidades de ensino da educação básica profissional e superior, independentemente de seu ano e período do curso na modalidade presencial e à distância (BRASIL, 2019d).

Conforme exposto no referido sítio, as comissões elaboraram um formulário específico para ser aplicado anualmente, pelas secretarias dos *campi*, aos estudantes que, porventura, venham a desistir do curso, seja por transferência interna, externa ou até mesmo por abandono. O preenchimento desse formulário é condição obrigatória para que o discente receba o documento solicitado na secretaria e tem como propósito compreender os motivos de evasão dos cursos.

Outra ação que consta no sítio institucional se refere à realização do PEPE itinerante no ano de 2019, promovida pelas Pró-Reitorias de Ensino e Extensão, nos 12 *campi* do IF Goiano. O propósito dessa ação foi apresentar os resultados da pesquisa aplicada em 2018 com estudantes, professores e técnicos administrativos, bem como demonstrar as ações de intervenção, tanto institucionais quanto locais, de superação e monitoramento da evasão e retenção.

Vale destacar que no portal institucional estão disponíveis os resultados dos indicadores quantitativos da evasão por *campus* e os aspectos qualitativos sobre as causas da evasão escolar. Em relação aos fatores de evasão e retenção dos estudantes, os dados são apresentados sob a perspectiva de três categorias: fatores internos, fatores externos e fatores individuais. Encontram-se apresentadas, também, as ações administrativas e pedagógicas desenvolvidas em cada *campus*, no sentido de propor medidas de enfrentamento à evasão escolar, conforme consta no Anexo A.

A esse respeito, Silveira (2017) evidencia a necessidade de se tratar a evasão como um problema de gestão institucional, por meio de políticas que promovam ações de enfrentamento à evasão. De acordo com informações apresentadas no portal do IF Goiano, o PEPE objetiva:

[...] promover, por meio de ações sistêmicas e locais articuladas, a permanência e o êxito dos estudantes à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Trata-se de um projeto desenvolvido pelas comissões locais e central, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Ensino. O PEPE busca a realização de ações e projetos administrativos e pedagógicos, integrado com a extensão e pesquisa, para minimizar a evasão e a retenção dos estudantes (BRASIL, 2019d).

Em 2020, devido à pandemia da COVID-19⁴, foi aplicado um questionário aos estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino, a fim de avaliar as atividades de ensino

⁴ A COVID-19 é definida como uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade, descoberto em amostras obtidas de pacientes com pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019 (BRASIL, 2021). Em poucos meses, essa doença se espalhou rapidamente, ocasionando assim em uma pandemia que atingiu todos os países em todos os continentes, inclusive o Brasil (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020).

na Plataforma *Moodle* – utilizada no ensino remoto e, anteriormente, nas atividades semipresenciais. Essa pesquisa teve como objetivo fornecer subsídios para o aperfeiçoamento da oferta do ensino remoto por meio desse Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Uma outra ação realizada, também em 2020, foi o I Seminário de Permanência e Êxito do IF Goiano, que aconteceu durante a realização do evento denominado Integra IF Goiano, o qual contou com a participação de todos os *campi*. O propósito desse seminário foi o compartilhamento de experiências administrativas e pedagógicas, no período da pandemia em questão. Tanto o resultado da pesquisa aplicada aos discentes sobre o ensino remoto quanto o relatório do I Seminário do PEPE se encontram disponíveis no sítio institucional.

Por fim, observando as informações publicitadas que concernem à mitigação da evasão no âmbito do Instituto Federal Goiano, percebe-se que a permanência escolar ainda tem sido um desafio a ser enfrentado, em especial no âmbito do Campus Morrinhos. Tal afirmação se respalda nos dados que constam na Tabela 2 e que indicam taxa de evasão no EMI ainda elevada.

Tabela 2 – Comparativo da taxa de evasão no EMI correspondentes aos dois *campi*.

LOCAL	TAXA DE EVASÃO POR ANO BASE		
	2017	2018	2019
Campus Ceres	7,9%	5,9%	2,0%
Campus Morrinhos	24,3%	10,2%	15,9%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2017; 2018; 2019).

Talvez o atual cenário seja reflexo de uma tímida política institucional que divulgue mais essas ações, que promova um debate com essa comunidade e que traga esse debate para dentro da sala de aula; e da falta de um documento norteador para a CPE, que possa orientar, principalmente, os servidores no sentido de como lidar e tratar efetivamente a questão da evasão. Não menos importante, para que tudo isso seja consolidado, faz-se necessária, também, a implementação de um programa de capacitação destinado especificamente aos servidores, no sentido de que o tema evasão esteja sempre presente no cotidiano.

No capítulo seguinte, apresentaremos o percurso metodológico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa e os aspectos éticos, tendo como finalidade a obtenção dos objetivos propostos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do estudo. Nele são descritos os seguintes aspectos: abordagem e tipo da pesquisa, *locus* e sujeitos envolvidos, procedimentos de coleta e análise de dados e os aspectos éticos adotados.

3.1 Abordagem e tipo de pesquisa

A abordagem metodológica da pesquisa é de natureza quali-quantitativa que, conforme descrito por Creswell (2007), a pesquisa de métodos mistos se concentra em coletar e analisar tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos num mesmo estudo. O autor ressalta ainda que a combinação entre os dois tipos de abordagens proporciona maior compreensão do problema de pesquisa. Dessa forma, se tem uma análise muito mais aprofundada sobre o tema pesquisado.

A abordagem qualitativa foi utilizada no sentido de compreender, sob a perspectiva tanto dos estudantes ingressantes quanto dos estudantes evadidos, quais as motivações para escolha do curso, da instituição e suas expectativas em relação a eles, bem como verificar, no caso do segundo grupo de informantes, as causas para a evasão. No que se refere à abordagem quantitativa, nesta pesquisa, utilizou-a para a quantificação de alguns dados, bem como para tabulação desses dados em planilhas eletrônica com auxílio de recurso computacional.

A pesquisa define-se como um estudo de caso, por se tratar da análise de uma realidade específica. Segundo Lüdke e André (2017), este tipo de estudo é sempre bem delimitado, podendo ser semelhantes a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio e particular. As autoras ainda expõem que:

1. Os estudos de caso visam à descoberta [...]; 2. Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto” [...]; 3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda [...]; 4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação [...]; 5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas [...]; 6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social [...]; 7. Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa [...] (LÜDKE; ANDRÉ, 2017, p. 21-23).

Na perspectiva de Yin (2010), o estudo de caso possui uma definição dupla:

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quanto os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. [...] A investigação do estudo de caso enfrenta a

situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados (YIN, 2010, p. 39-40).

Yin (2010) afirma ainda que o estudo de caso é um método abrangente que envolve a lógica do projeto, as técnicas de coleta de dados e as abordagens específicas à análise de dados, não sendo limitado apenas a coleta de dados isolada ou uma característica de projeto isolada.

3.2 *Lócus* e sujeitos da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Campus Ceres e no Campus Morrinhos do Instituto Federal Goiano. O Instituto Federal Goiano foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, juntamente com outros 37 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas novas instituições são fruto do reordenamento e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O IF Goiano “é uma instituição de educação, ciência e tecnologia que tem, também, como finalidade ofertar ensino público, gratuito e de qualidade, pautando-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2018a, p. 22).

Dessa forma, o Instituto Federal Goiano, depois das políticas públicas de expansão da Rede Federal, encontra-se constituído pelas seguintes unidades: Reitoria, Campus Campos Belos, Campus Ceres, Campus Cristalina, Campus Iporá, Campus Morrinhos, Campus Posse, Campus Rio Verde, Campus Trindade, Campus Urutaí, Campus Avançado de Catalão, Campus Avançado de Hidrolândia, Campus Avançado de Ipameri, e um Polo de Inovação em Rio Verde (BRASIL, 2018a).

3.2.1 Campus Ceres

O Campus Ceres teve sua origem a partir da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe) por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Em 1995, inicia suas atividades educacionais, ofertando cursos nas áreas de Ciências Agrárias, e, na década de 2000, passa a oferecer também cursos nas áreas de Informática e Meio Ambiente. Em 2008, mediante a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a referida escola foi transformada no Campus Ceres vinculado ao Instituto Federal Goiano (BRASIL, 2018a).

Atualmente, o Campus Ceres oferta cursos subsequentes, concomitantes e integrados ao ensino médio, além de cursos superiores e de pós-graduação. Na educação profissional técnica, oferta dois cursos na modalidade concomitante: Agropecuária e Manutenção e Suporte em Informática; e dois cursos na modalidade subsequente: Administração e Informática. Também possui os seguintes Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio: Agropecuária, Informática para a Internet e Meio Ambiente. No ensino superior, são ofertados os cursos de bacharelados em: Agronomia, Sistemas de Informação e Zootecnia; e as licenciaturas em: Ciências Biológicas e Química. Em nível de pós-graduação *lato sensu*: Ensino de Ciências da Natureza e Educação Matemática, Produção e Utilização de Alimentos para Animais de Interesse Zootécnico, e Formação de Professores e Práticas Educativas. E, a nível de pós-graduação *stricto sensu*, oferta os seguintes programas: Mestrado Profissional em Irrigação no Cerrado, e Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) (BRASIL, 2021).

3.2.2 Campus Morrinhos

O Campus Morrinhos encontra-se em atividade desde 1997. A história da instituição em questão passou por diversas mudanças desde a sua implantação como Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), vinculada à Escola Agrotécnica Federal de Urutaí. Em 2002 a sede passou a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí (CEFET Urutaí), porém, a unidade de Morrinhos continuou sendo uma UNED. Com a proclamação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, houve a junção de outras instituições de educação profissional existentes no estado de Goiás, criando-se assim o Instituto Federal Goiano e o Instituto Federal de Goiás. Em decorrência dessa mudança, a UNED de Morrinhos passa a ser denominada como Campus Morrinhos do Instituto Federal Goiano (BRASIL, 2018a).

Atualmente, o Campus Morrinhos oferece um Curso Técnico em Alimentos na modalidade de EaD concomitante ao Ensino Médio, e os seguintes Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio: Agropecuária, Alimentos e Informática. Além destes, oferece ainda formação superior na área de: Alimentos, Agronomia, Ciência da Computação, Sistemas para Internet, Zootecnia, Química e Pedagogia; e as seguintes pós-graduação: Especialização em Ensino de Ciências e Matemática, e Mestrado Profissional em Olericultura (BRASIL, 2021).

3.2.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos dessa pesquisa foram os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado, ingressantes no ano de 2020, dos cursos de: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, ofertados pelo Campus Ceres; e dos cursos de: Agropecuária, Alimentos e

Informática, ofertados pelo Campus Morrinhos, bem como os estudantes evadidos no primeiro ano de 2018 e 2019 desses respectivos cursos e *campi*. Além destes, também foram sujeitos desta pesquisa, os membros da Comissão Local de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos.

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

3.3.1 Procedimentos de coleta de dados

Para a realização desta pesquisa utilizamos dos procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica, nesta temática, foi de grande relevância para a construção da fundamentação teórica do assunto pesquisado. Segundo Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica constituiu-se em consulta a livros impressos e digitais, artigos científicos, dissertações e teses relacionados principalmente à EPT, assim como as relacionadas com a problemática da evasão escolar.

Utilizou-se também do procedimento metodológico estado do conhecimento para a prospecção de resultados de investigações científicas produzidas sobre as causas da evasão escolar, especificamente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Para Ferreira (2002), esse tipo de pesquisa permite realizar um mapeamento das produções realizadas sobre a temática em estudo. Para tal, foram feitas buscas nos seguintes repositórios: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando-se as seguintes palavras-chave (ou descritores): a) “evasão” AND “educação” AND “profissional” AND “nível médio”, b) “evasão” AND “educação” AND “profissional”, c) evasão “educação profissional nível médio”.

Já na pesquisa documental, conforme exposto por Gil (2002, p. 45), trata-se de um tipo de pesquisa semelhante à pesquisa bibliográfica, com diferença entre elas, isto é, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa [...]”. Dessa forma, o objetivo da pesquisa documental foi fazer uma análise nos documentos que tratam a respeito da evasão escolar na EPT, tais como: Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Plano

Estratégico de Permanência e Êxito; Plano de Desenvolvimento Institucional; Manual de Assistência Estudantil. Utilizou-se também da pesquisa documental para realizar uma investigação junto às respectivas Secretarias de Registros Escolares, para obtenção de informações concernente aos estudantes e aos cursos pesquisados.

Na etapa da pesquisa de campo, os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados aplicados aos estudantes ingressantes e evadidos. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), o uso de questionários possibilita as seguintes vantagens: economia de tempo, abrange um maior número de pessoas numa determinada área geográfica, permite respostas mais rápidas, maior liberdade e segurança nas respostas em virtude do anonimato, risco de distorção menor em razão de ter sido respondido sem a presença do pesquisador, a flexibilidade de responder aos questionamentos em um horário mais favorável. Os questionários foram elaborados baseados nas pesquisas de Veiga (2016), Silva (2017), Carvalho (2018) e Lima (2018), as quais abordaram sobre a temática de estudo tratada neste trabalho.

Em função das medidas de isolamento social impostas pela pandemia da COVID-19, optou-se pelo uso da plataforma de formulários *on-line* do *Google Forms* para a aplicação dos questionários. Para os estudantes ingressantes, foi aplicado um questionário contendo 6 perguntas com o objetivo de verificar quais os motivos que os levaram a escolherem o Instituto Federal Goiano e o respectivo curso, bem como verificar quais as expectativas em relação a eles. O questionário foi aplicado de agosto a outubro de 2020. A Tabela 3 apresenta como se deu o plano amostral da pesquisa em relação aos estudantes ingressantes e também demonstra a taxa de representatividade (amostragem) em ambos os *campi*.

Tabela 3 – Tamanho da amostra em relação ao quantitativo de estudantes ingressantes no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

ESTUDANTES INGRESSANTES DE 1º ANO EM 2020	Campus Ceres	Campus Morrinhos
Total de matrículas	289	158
Contatados	76	117
Contatados em relação ao total de matrículas	26,3%	74,1%
Não autorizado pelo responsável	12	28
Autorizado pelo responsável	64	89
Estudantes que não aceitaram participar	3	4
Questionários respondidos	61	85
Respostas em relação ao total de matrículas	21,1%	53,8%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados fornecidos pelas Secretarias de Registros Escolares de cada *campus*, 2020.

Vale ressaltar que, em ambos os *campi*, para se chegar a esse número de participantes, foram feitas várias tentativas de contato telefônico, com base nas informações que constam nas fichas de matrículas e que foram fornecidas pelas respectivas Secretarias de Registros Escolares. Convém destacar ainda que houve várias dificuldades como: números de telefones em que as ligações não completaram, outros caíram direto na caixa de mensagem nas diversas tentativas realizadas, números programados para não receber ligações, números informados e que não eram mais da pessoa que consta no cadastro, e alguns raros casos em que não possuía número de telefone informado no cadastro.

Aos estudantes evadidos foi aplicado um questionário composto por 14 perguntas, com o intuito de verificar quais as motivações para escolha do curso e da instituição e as causas apontadas para a evasão escolar. A aplicação do questionário ocorreu no mês de dezembro de 2020, sendo disponibilizado também por meio de formulário eletrônico pela ferramenta *Google Forms*. A Tabela 4 apresenta como se deu a amostra pesquisada em relação aos estudantes evadidos e a respectiva taxa de representatividade (amostragem) em ambos os *campi*.

Tabela 4 – Tamanho da amostra em relação ao quantitativo de estudantes evadidos no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

ESTUDANTES EVADIDOS DE 1º ANO	Campus Ceres		Campus Morrinhos	
	2018	2019	2018	2019
Total de estudantes evadidos	72	66	59	27
Contatados	17	15	19	13
Contatados em relação ao total de estudantes evadidos	23,6%	22,7%	32,2%	48,1%
Não autorizado pelo responsável	1	1	3	2
Autorizado pelo responsável	16	14	16	11
Estudantes evadidos que não aceitaram participar	7	8	9	5
Questionários respondidos	9	6	7	6
Respostas em relação ao total de estudantes evadidos	12,5%	9,1%	11,9%	22,2%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados fornecidos pelas Secretarias de Registros Escolares de cada *campus*, 2020.

Com relação aos estudantes evadidos, as dificuldades de contatar os mesmos foram bem maiores, pelo fato de não se encontrarem mais na instituição, e, principalmente, por conta das informações que constam nos respectivos cadastros junto à Secretarias de Registros Escolares de ambos os *campi* (tais como: telefone e *e-mail*) estarem desatualizados. Também encontramos as mesmas dificuldades em estabelecer contato, como já relatado anteriormente com relação aos estudantes ingressantes.

Outro procedimento de coleta de dados utilizado foi a realização de grupos focais com a Comissão Local de Permanência e Êxito de cada *campus*. Segundo Gatti (2005), os grupos focais estão cada vez mais sendo utilizados, pois se trata de uma técnica de levantamento de dados muito rica para capturar formas de linguagem, expressões e tipos de comentários de determinado segmento. Além de permitir a compreensão da construção da realidade por determinados grupos sociais, como também compreender as práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevalentes no trato de uma dada questão por indivíduos que compartilham de alguns traços em comum, relevantes para o estudo e investigação do problema em questão. A autora ressalta ainda que o objetivo dessa técnica é criar as condições para que os participantes possam analisar, inferir, fazer críticas e se posicionar a respeito da problemática a qual foram convidados a conversarem coletivamente.

Foram realizados dois grupos focais que aconteceram em momentos distintos, sendo um com a CPE de Morrinhos e outro com a CPE de Ceres. A realização do primeiro grupo focal se deu no dia 20 de novembro de 2020, com os membros da Comissão Local de Permanência e Êxito do Campus Morrinhos, sendo que, de um total de 7 membros, 4 aceitaram participar. No caso do Campus Ceres, a reunião ocorreu no dia 23 de novembro de 2020, sendo que, de um total de 14 membros, 8 aceitaram participar. Esta etapa foi realizada a partir de um roteiro composto por 7 perguntas. Salienta-se que o roteiro do grupo focal foi elaborado de acordo com o referencial teórico desta pesquisa que trata sobre a evasão escolar na EPT e, também, no estudo realizado por Silveira (2017), que discute sobre o programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha.

Devido as medidas de isolamento social ocasionadas pela pandemia da COVID-19, a realização dos grupos focais ocorreu por meio da ferramenta de *web* conferência *Google Meet*. Primeiramente, fizemos um breve relato do que se tratava a pesquisa e expomos a importância da participação dos membros da comissão para nos dar subsídios para a elaboração desta pesquisa e construção do produto educacional. Em seguida, as perguntas foram feitas aos participantes, de forma que cada um pudesse apresentar sua perspectiva em relação a cada uma das questões lançadas.

3.3.2 Abordagem aos sujeitos

A abordagem aos sujeitos da pesquisa se deu de forma remota, em decorrência da necessidade de isolamento social por conta da pandemia provocada pelo Sars-CoV-2 (COVID-19), e em conformidade com as orientações das autoridades sanitárias. Primeiramente, foi solicitado junto as Secretarias de Registros Escolares de cada *campus* a listagem de estudantes

matriculados e evadidos (contendo telefone, *e-mail* e nomes dos responsáveis), dados estes relacionados aos cursos e anos de ingresso já citados. Em seguida, foi estabelecido contato telefônico com os responsáveis pelos menores de idade ou com os estudantes maiores de idade, com o objetivo de convidá-los para participarem da pesquisa. Este primeiro contato consistiu na explicação do que se tratava a pesquisa, como seria realizada e de que forma se daria a participação do estudante, além da obtenção da permissão para encaminhamento do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

O processo de obtenção da permissão para participar da pesquisa seguiu todos os procedimentos éticos estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa, para pesquisas com seres humanos da área das Ciências Humanas e Sociais. Com isso, cada sujeito participante foi orientado a dar sua permissão por meio do TCLE (Apêndices A e C), cada qual destinados aos estudantes maiores de idade, aos pais ou responsáveis e aos servidores. Já no caso dos estudantes menores de idade, sua permissão foi dada por meio do TALE (Apêndice B).

Após as devidas explicações, esclarecimentos e permissão realizadas, foi encaminhado o *link* para o respectivo formulário eletrônico contendo o TCLE (Apêndice A), para que o responsável pudesse ler e, se assim estivesse de acordo, manifestasse a concordância em relação à participação do estudante. Já no caso dos estudantes, por serem menores de idade, lhes foi encaminhado um *link* similar contendo o TALE (Apêndice B), para que esses pudessem manifestar sua vontade em participar da pesquisa. Destaca-se em relação aos estudantes evadidos que alguns já possuíam maioridade, e, nestes casos, foi encaminhado o TCLE (Apêndice C). Após o aceite, o participante teve acesso ao questionário da pesquisa, para que pudesse respondê-lo, de forma voluntária, conforme as orientações que foram previamente repassadas.

Já em relação aos membros da Comissão Local de Permanência e Êxito, de ambos os *campi*, foram convidados para participarem da pesquisa por meio do *e-mail* institucional, no qual continha o detalhamento da pesquisa e o TCLE que consta no Apêndice C, para conhecimento e aceite na participação da referida pesquisa.

3.3.3 Análise dos dados

Após a coleta dos dados, procedeu-se com a análise e interpretação dos dados obtidos. Primeiramente foi realizada uma leitura minuciosa nos documentos coletados por meio dos questionários aplicados aos estudantes ingressantes, evadidos e a realização de grupos focais com as comissões locais de permanência e êxito de cada *campus*. Esta etapa consistiu na

organização do material a ser analisados. Em seguida, procedemos com a codificação desse material.

Na transcrição dos dados, todos os envolvidos foram identificados por códigos. Com relação aos estudantes participantes, o respectivo código encontra-se composto por letras e números arábicos. A primeira parte do código, representado por uma letra correspondente ao grupo a que o participante pertence (“I” para ingressante ou “E” para evadido); seguida de um dígito numérico correspondente ao local onde a pesquisa foi realizada (“1” para Campus Ceres ou “2” para Campus Morrinhos). Depois, foi utilizada uma letra indicativa do curso (“A” para Agropecuária, “B” para Meio Ambiente ou “C” para Informática para Internet, relativos ao Campus Ceres; e “A” para Agropecuária, “B” para Alimentos ou “C” para Informática, relativos ao Campus Morrinhos). Por fim, a terceira parte, composta por números sequenciais, representa o identificador do participante da pesquisa.

De forma similar, um sistema de codificação também foi utilizado para os membros participantes que integram as comissões locais de permanência e êxito, iniciando com a letra “C”, seguida do dígito numérico que representa o campus de origem, e, por fim, por números sequenciais. Tal procedimento objetivou garantir o sigilo e preservar a identidade dos participantes, em conformidade com os preceitos éticos de pesquisas da área das ciências humanas e sociais.

E por último, realizamos a tabulação dos dados com auxílio de uma planilha eletrônica, na qual foram representados por meio de tabelas e gráficos para apresentação dos resultados, possibilitando assim a análise pelo método de estatística descritiva.

3.4 Aspectos éticos

Como está pesquisa envolveu diretamente seres humanos foi seguido todos os procedimentos éticos estabelecido na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Portanto, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, sendo aprovado por meio do parecer consubstanciado que consta no Anexo B. Somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa deu-se início a etapa de abordagem aos participantes da pesquisa.

A participação dos sujeitos envolvidos se deu mediante a assinatura no TCLE (para pais ou responsáveis, servidores e estudantes maiores de idade), e no TALE (para estudantes menores de idade). Ambos os termos esclareceram que a participação se daria de forma voluntária, que a recusa em participar não causaria nenhum tipo de penalidade, e que a qualquer momento, tanto o responsável quanto o estudante, poderiam desistir, interromper ou retirar a

sua participação da pesquisa. Nestes termos ainda constava a informação de que a participação no estudo não acarretaria nenhum custo e nem algum tipo de vantagem financeira ou de outra natureza aos participantes.

Além do mais, nos comprometemos em tratar a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo. Todos os dados coletados serviram apenas para fins da pesquisa. Sendo assim, em nenhuma fase da pesquisa, os sujeitos participantes foram identificados, estando garantida a privacidade dos mesmos. Os participantes puderam ser esclarecidos sobre a pesquisa, a qualquer tempo e sobre qualquer aspecto que desejassem.

Os dados obtidos durante a realização da pesquisa, bem como todos os materiais elaborados ou utilizados para este fim, ficarão sob guarda da pesquisadora, em local seguro, por um período de 5 anos, e, depois, serão picotados e descartados em local próprio para reciclagem e os materiais digitais serão excluídos permanentemente.

Após a finalização da pesquisa, todos os envolvidos terão acesso às conclusões obtidas, por meio da dissertação e do produto educacional que serão disponibilizados de forma pública no repositório da instituição pesquisada. Com tudo isso exposto, a pesquisa seguiu todos os princípios éticos quanto à pesquisa com seres humanos, bem como todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano.

No próximo capítulo apresentamos a análise dos resultados desta pesquisa, com base nos dados que foram obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados, anteriormente apresentados, e seguindo-se todos os procedimentos éticos aqui elencados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentadas as análises e discussões dos resultados desta pesquisa, organizada em três seções: na primeira, tratamos sobre as análises dos questionários aplicados aos estudantes ingressantes em 2020; na segunda, abordamos as análises dos questionários aplicados aos estudantes evadidos correspondentes aos anos de 2018 e 2019; e, na terceira, apresentamos as análises da realização dos grupos focais com as Comissões Locais de Permanência e Êxito.

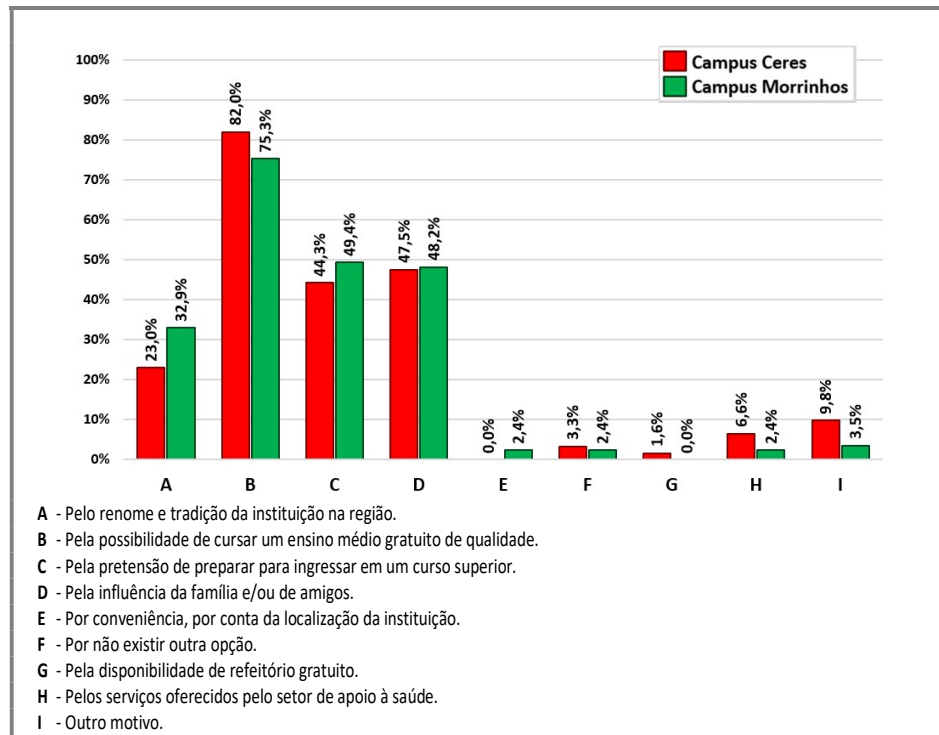
4.1. A percepção dos estudantes ingressantes quanto as motivações e expectativas com o curso e a instituição

Nesta seção, discutiremos sobre as análises dos questionários aplicados aos estudantes ingressantes. O objetivo da aplicação do questionário a estes estudantes foi verificar quais os motivos que os levaram a escolherem o Instituto Federal Goiano e o respectivo curso, bem como verificar quais as expectativas em relação a eles.

Com relação aos resultados, a seguir, serão apresentados de forma gráfica como se deu as respostas, e a discussão correspondente, com base no referencial teórico desta pesquisa. Esclarece-se que, nas Questões 1, 2 e 6 deste questionário (Apêndice D), os estudantes foram instruídos a marcarem mais de uma alternativa, se necessário fosse. Portanto, nestas três questões, a quantidade de respostas mostradas no gráfico em questão excede a quantidade total de estudantes que responderam ao questionário.

Na Questão 1, foi perguntado qual o motivo que levou o estudante a escolher o Instituto Federal Goiano (Gráfico 1). Verifica-se que a possibilidade de cursar um ensino médio gratuito de qualidade foi o principal motivo indicado pelos estudantes, em ambos os *campi* (82,0% do total do Campus Ceres e 75,3% do Campus Morrinhos). Isso indica que os estudantes têm procurado o Instituto Federal Goiano principalmente pela possibilidade de cursar um ensino médio gratuito de qualidade. A fala do ingressante I2C23 evidencia este resultado: “*Sempre quis estudar no IF, pois é uma instituição com um ótimo ensino*”.

Gráfico 1 – Motivos da escolha do Instituto Federal Goiano apontados pelos ingressantes.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

A despeito dessa escolha, Padoin e Amorim (2015), em um estudo realizado com estudantes dos cursos técnicos integrados em Telecomunicações e em Refrigeração do Campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina, constataram que:

A escolha por uma instituição gratuita e de qualidade é um requisito importante para as famílias brasileiras. O déficit educacional, no que se refere à oferta e qualidade do ensino médio no Brasil, leva muitos estudantes a procurar os Institutos Federais. No momento da pesquisa, dos 449 estudantes pesquisados nos dois cursos, 53% dos que cursavam Refrigeração e 53% em Telecomunicações responderam que foi o fator mais importante para ingressar na Instituição [...] (PADOIN; AMORIM, 2015, p. 7).

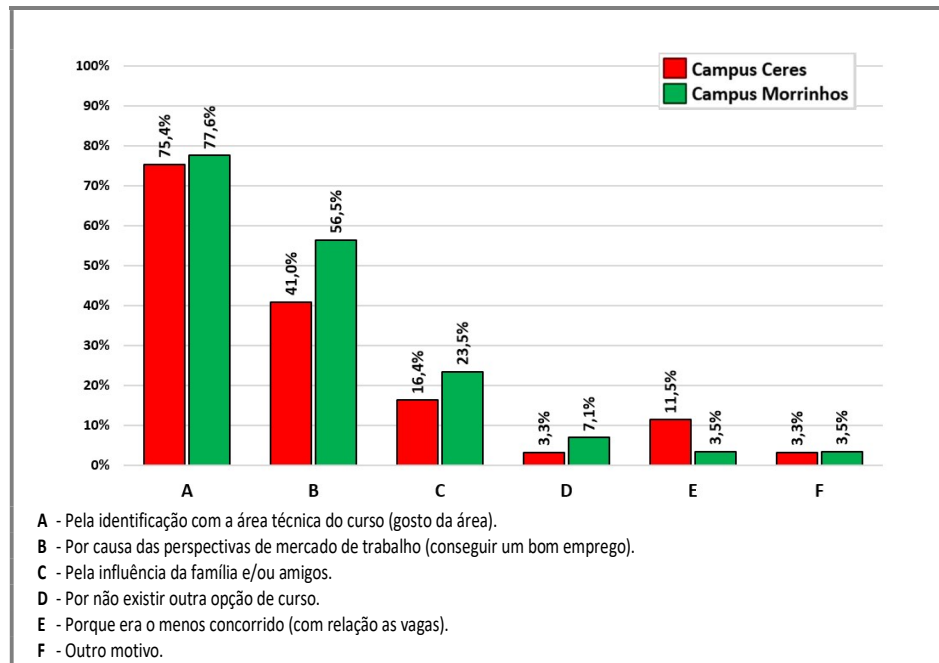
Da mesma forma, Silva (2015), ao realizar uma pesquisa com os estudantes dos cursos técnicos de Informática e de Eletrotécnica integrado ao ensino médio do Campus Ivaiporã do Instituto Federal do Paraná (IFPR), encontra resultados similares ao perguntar aos estudantes sobre o porquê de estudar na referida instituição. Constatou-se que 95,2% responderam por oferecer ensino de qualidade, sendo esse um dos fatores determinantes para a escolha do IFPR.

Observa-se, também, que os percentuais de respostas dos estudantes foram similares, em relação à pretensão de preparar para ingressar em um curso superior e pela influência da família e/ou de amigos, em ambos os *campi*, sendo, respectivamente, 44,3% e 47,5% do total do Campus Ceres, e 49,4% e 48,2% do Campus Morrinhos. Ao analisar a problemática da

evasão na visão de professores, da equipe pedagógica, dos alunos matriculados e dos alunos evadidos do Campus Formosa do Instituto Federal de Goiás (IFG), a respeito da influência ou incentivo da família na escolha pela instituição, Muniz (2015) constatou que esse é um fator importante e até mesmo decisivo, especialmente na adolescência. Contudo, percebe-se que, para alguns estudantes, essa influência se deu de forma impositiva, como pode ser constatado nas falas dos ingressantes I1C01 e I1C15, ambos do Campus Ceres: “*Minha mãe mim obrigou*” e “*Minha mãe que queria que eu fosse, mas eu não*”.

Convém destacar, ainda, que o renome e tradição da instituição na região apresentou-se como um fator também relevante para a escolha da instituição em ambos os *campi* (23,0% do total do Campus Ceres e 32,9% do Campus Morrinhos). Os dois *campi* foram criados praticamente na mesma época, ou seja, o Campus Ceres em 1993 (como Escola Agrotécnica Federal de Ceres - EAFCe) e Morrinhos em 1997 (como Unidade de Ensino Descentralizada - UNED de Morrinhos, vinculada à Escola Agrotécnica Federal de Urutaí). Isso indica que esses dois *campi* já possuem um renome na região. Conforme pesquisas já realizadas (Machado, 2009; Muniz, 2015; Carvalho, 2018; dentre outras), o renome da instituição, bem como o *status* gerado por se tratar de uma instituição federal de ensino são fatores que influenciam nessa escolha. Por último, com relação às demais opções, as respostas dadas foram de menor relevância, o que totalizou menos de 22% do total referente ao Campus Ceres e 10% do total no Campus Morrinhos.

Foi perguntado, na Questão 2, sobre o motivo que levou o estudante a escolher o curso (Gráfico 2). No que tange à escolha do curso, podemos notar que a identificação com a área técnica do curso foi a opção mais escolhida (75,4% do total de estudantes do Campus Ceres e 77,6% do Campus Morrinhos). Em seguida, as perspectivas de mercado de trabalho também tiveram respostas em número significativo (41% do total do Campus Ceres e 56,5% do Campus Morrinhos).

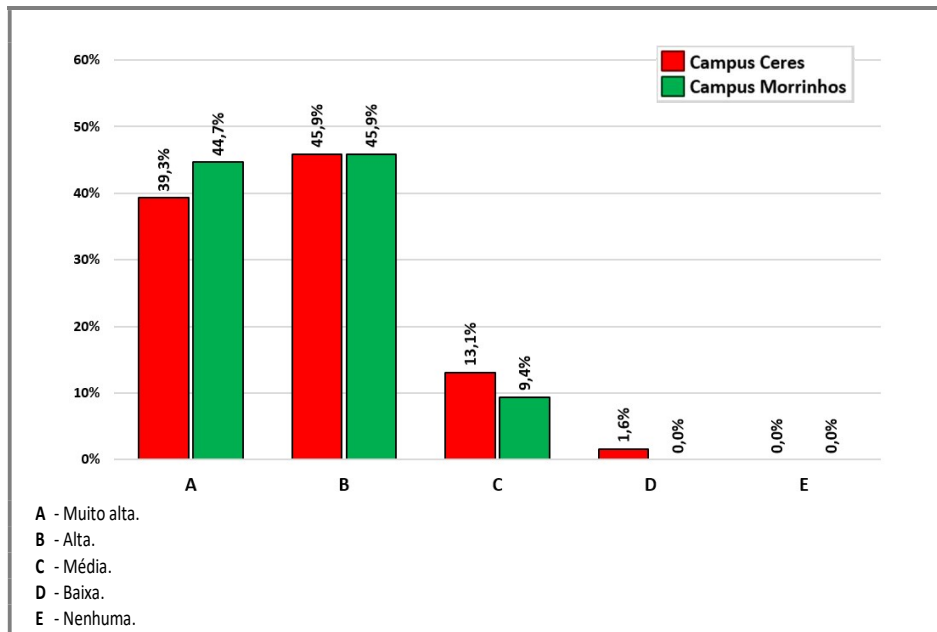
Gráfico 2 – Motivos da escolha do curso apontados pelos ingressantes.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Nesta questão, foi possível perceber que os estudantes escolhem a instituição não somente pelo ensino médio gratuito de qualidade, conforme apontado na Questão 1 (Gráfico 1), mas também pela formação técnica oferecida. Acerca da escolha do curso, Muniz (2015) destacou em sua pesquisa realizada no IFG que os estudantes escolhem, em sua maioria, um curso por: interesse ou identificação com a área do curso técnico, expectativas futuras de inserção no mercado de trabalho, ou, ainda, pela proximidade entre a área do curso e a que pretende ingressar no ensino superior.

Além dessas opções de respostas mencionadas anteriormente, a influência de familiares e amigos também se constitui em um fator de escolha (16,4% do total do Campus Ceres e 23,5% do Campus Morrinhos). Por último, com relação às demais opções, as respostas dadas foram de pouco destaque.

Na Questão 3, o estudante ingressante foi indagado sobre sua expectativa com relação ao Instituto Federal Goiano (Gráfico 3). Observa-se que a maioria possui, em ambos os *campi*, expectativa “muito alta” ou “alta” (respectivamente, 39,3% e 45,9% do total do Campus Ceres e 44,7% e 45,9% do Campus Morrinhos). Nota-se, também, que nenhum estudante afirmou não ter nenhuma expectativa em relação à instituição.

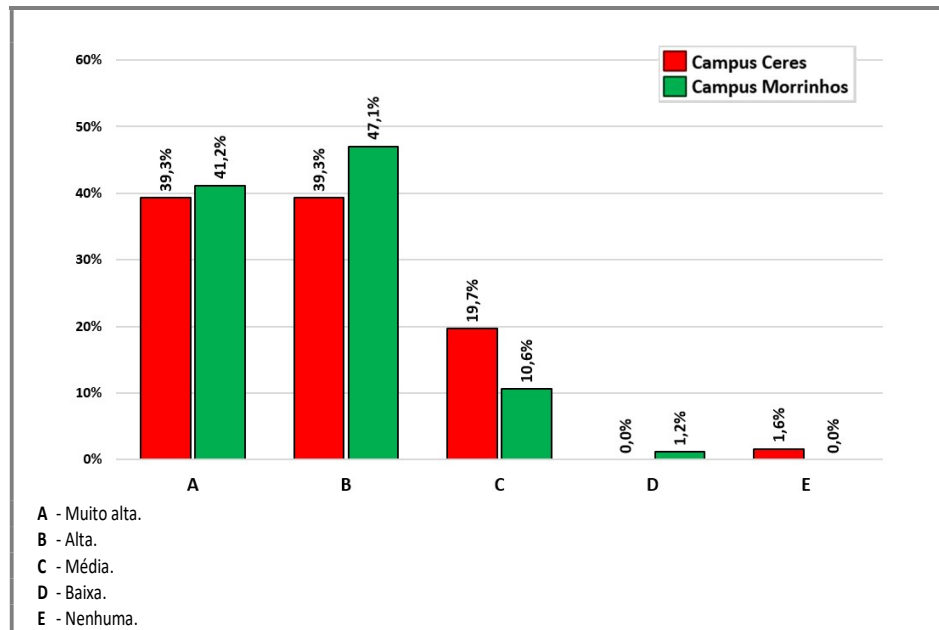
Gráfico 3 – Expectativas dos ingressantes em relação ao Instituto Federal Goiano.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Nesse sentido, no que se refere ao quesito expectativas, Muniz (2015, p. 119) verificou que 92% dos estudantes pesquisados declararam entrar para a instituição “com muitas expectativas em relação à instituição, aos cursos e ao futuro que acreditam que terão ao término dessa jornada”. Ressalta, ainda, que “A palavra de ordem é ‘expectativa quanto ao futuro’. Pais e alunos acreditam no poder da escola para mudar realidades e buscam o modelo de educação que pensam acrescentar mais à sua formação” (MUNIZ, 2015, p. 116).

Com base nos resultados encontrados, infere-se que os estudantes ingressantes têm boa expectativa em relação ao Instituto Federal Goiano. Isso indica que a instituição é bem vista e que tem um papel importante para a formação dos estudantes na região em que os *campi* estão situados.

Os participantes foram questionados sobre a expectativa com relação ao curso escolhido, na Questão 4 (Gráfico 4). Verifica-se, também, que os estudantes têm uma expectativa “muito alta” ou “alta” em relação ao curso escolhido, que representam a maioria das respostas (respectivamente, 39,3% e 39,3% do total do Campus Ceres, e 41,2% e 47,1% do Campus Morrinhos).

Gráfico 4 – Expectativas dos ingressantes em relação ao curso escolhido.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

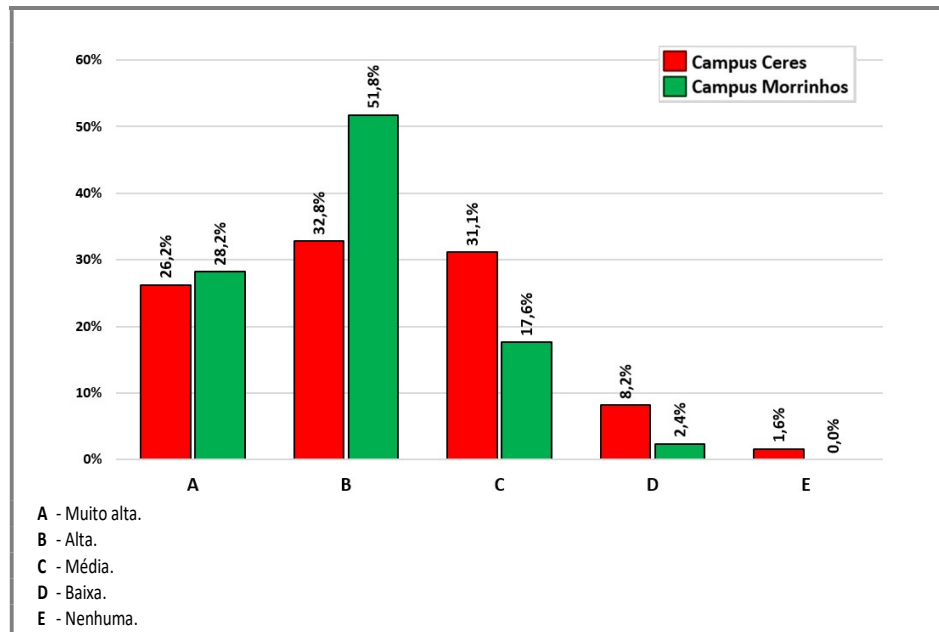
Portanto, os resultados dessa questão revelaram que os estudantes vislumbram com o curso uma boa formação e conforme apontado por Muniz (2015) em sua pesquisa intitulada “Por que perdemos nossos alunos? Um estudo da evasão no Instituto Federal de Goiás”, os estudantes acreditam que:

[...] por meio de uma educação de qualidade, poderá mudar sua realidade social, inserir-se no mercado de trabalho ou mesmo aumentar as possibilidades de ingresso na Universidade. São pessoas que buscam no ensino a chave para concretizar os anseios futuros (MUNIZ, 2015, p.114).

Na Questão 5, os participantes foram questionados sobre a expectativa com relação ao mercado de trabalho, considerando o curso que foi escolhido por eles (Gráfico 5). Destaca-se que a expectativa “alta” obteve o maior índice de respostas no Campus Morrinhos (51,8%), seguida pela expectativa “muito alta” (28,2%). Já em relação ao Campus Ceres, esses percentuais são menores, especialmente, para a expectativa “alta” (32,8%). Os dados obtidos indicaram que os ingressantes desses *campi* têm expectativa positiva em relação ao mercado de trabalho, considerando a área relacionada ao curso escolhido.

Pode-se depreender que, de modo geral, esses resultados são em decorrência do fato dos estudantes não terem tido muito contato com a realidade dos cursos, com aulas práticas em laboratórios, visitas técnicas, ou seja, ainda não presenciaram a vivência dos cursos técnicos integrados na prática. Fato esse ocasionado em função das restrições impostas pela pandemia da COVID-19 e que impôs medidas de isolamento social para prevenção do contágio da doença.

Gráfico 5 – Expectativas dos ingressantes em relação ao mercado de trabalho, considerando o curso escolhido.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

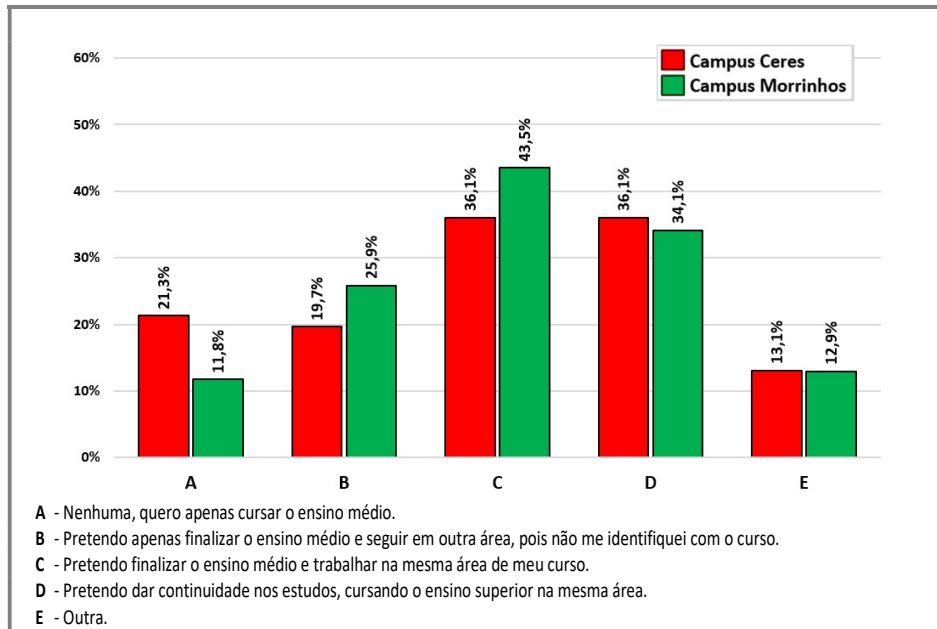
Esse resultado coaduna com o que foi exposto por Lima (2018, p. 71), em seu estudo realizado com os discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Amajari e do Campus Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Roraima (IFRR), que, “embora ingressem na instituição movidos pela qualidade do Ensino Médio, os estudantes e suas famílias acabam por depositar expectativas com relação às oportunidades que possam vir a ter”. Ou seja, esses estudantes têm uma expectativa de futuro quanto ao curso escolhido.

Por fim, na Questão 6, os participantes foram questionados sobre sua expectativa em seguir na área do curso escolhido (Gráfico 6). Percebe-se que os respondentes afirmaram que pretendem finalizar o ensino médio e continuar trabalhando na mesma área do curso (36,1% do total do Campus Ceres e 43,5% do Campus Morrinhos) ou, ainda, continuar os estudos na mesma área do curso escolhido (36,1% do total do Campus Ceres e 34,1% do Campus Morrinhos). Isso se deve pelo fato de se identificarem com a área técnica do curso, conforme apontado pelos participantes na Questão 2 (Gráfico 2). Com relação ao resultado apresentado, Carvalho (2018, p. 41) pontua que “ao jovem egresso da educação técnica profissional integrada de nível médio são fornecidas as bases que lhes permitem tanto a sua inserção no mundo do trabalho como a continuidade dos estudos em nível superior de ensino, sendo legítimas ambas as escolhas”.

Em relação às demais expectativas registradas pelos estudantes, como: querer apenas cursar o ensino médio, ou finalizar o ensino e seguir em outra área, considerando que não se identifica com o curso (respectivamente, 21,3% e 19,7% do total do Campus Ceres e 11,8% e

25,9% do Campus Morrinhos), pelo fato de ainda não terem vivenciado a realidade do curso na prática, justifica a escolha por estas duas opções.

Gráfico 6 – Expectativas dos ingressantes em seguir na área do curso escolhido (estudando ou trabalhando).



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Pode-se dizer que a opção por “apenas cursar o ensino médio” esteja intrinsecamente relacionada ao fato de a maioria dos participantes afirmarem, na Questão 1 (Gráfico 1), que o motivo da escolha pelo Instituto Federal Goiano se deu pela possibilidade de cursar um ensino médio gratuito de qualidade. Já em relação à opção em que “pretende apenas finalizar o ensino médio e seguir em outra área, pois não me identifiquei com o curso”, apesar de a grande maioria ter afirmado escolher o curso pela identificação com a área técnica, Muniz (2015) constatou que:

De modo geral, a escolha profissional quase sempre é fator de incertezas e dúvidas. O fato de a entrada no ensino médio coincidir com a escolha profissional antecipa essas incertezas. Muitos ingressam no ensino médio por volta dos 14 anos. No entanto, mesmo com a pouca idade, essa modalidade de ensino exige que os alunos optem por uma área de formação. Ocorre que muitos acabam utilizando critérios indevidos de escolha, optando por um curso que não condiz com seus reais desejos ou aptidões o que, em muitos casos, pode se tornar um fator de desmotivação, frustração ou mesmo dificuldades. A escolha profissional por si só já é algo ansiogênico e em todos os casos deve ser encarada como algo relevante e passível de erros (MUNIZ, 2015, p. 143).

Neste aspecto, sobre a não identificação com o curso, o estudo realizado pelo TCU sugere que:

[...] os sistemas de ingressos adotados privilegiem, na medida do possível, o ingresso de alunos com capacidade e vocação para conseguir completar os cursos. Desta forma, uma boa prática seria que os Institutos trabalhassem na divulgação do conteúdo dos cursos para que os alunos recebam informação suficiente sobre o tipo de investimento educacional que eles irão enfrentar [...] (BRASIL, 2012b, p. 17).

No caso particular deste estudo, a não identificação com o curso foi a terceira opção mais indicada pelos participantes (19,7% do total do Campus Ceres e 25,9% do Campus Morrinhos). Tal resultado se deve, possivelmente, por se tratar de estudantes ingressantes e que ainda não possuem conhecimentos a respeito do curso. Ou seja, eles não tiveram um panorama mais amplo sobre a área de atuação profissional relacionada ao curso escolhido, suas possibilidades e desafios.

Em relação a não identificação com o curso, não houve manifestação expressa dos estudantes a esse respeito, porém, observam-se alguns relatos de indefinição quanto ao curso escolhido, em ambos os *campi* (sic):

- I1C04: *Ainda não sei se me identifico com o curso, portanto não tenho certeza se seguirei essa área.*
- I1C05: *Como estou no começo não sei se vou me identificar com o curso, mais caso eu me identifique quero seguir com o curso superior.*
- I1B03: *Acredito que se gostar do curso, posso trabalhar nessa área, pois ainda não decidi no que quero trabalhar.*
- I2C04: *Ainda não tenho ideia de que área de trabalho desejo seguir, não conheço muito o mundo tecnológico no quesito de emprego, não sei se é uma área que dê dinheiro ou boa de se trabalhar.*
- I2C33: *Eu escolhi o IF pela qualidade do ensino, pretendo fazer um superior para prestar concursos, mas não tenho certeza de qual curso superior cursa.*
- I2B15: *Pretendo terminar meu ensino médio, e ainda não me decidi em relação ao superior, se continuo ou não na área.*

Essa indefinição observada nos remete ao fato desses estudantes serem de primeiro ano, e do ensino estar sendo ofertado de forma remota em decorrência da necessidade de isolamento social imposta pela pandemia da COVID-19. Salienta-se que, no Instituto Federal Goiano, bem como as demais instituições escolares, tiveram que adotar o uso de aulas remotas, o que não proporcionou aos novos estudantes a imersão almejada em relação às práticas do curso, bem como interferiu na compreensão do funcionamento e da dinâmica dos cursos no presencial. Como consequência, eles não tiveram contato com a estrutura que a instituição dispõe para a

realização das aulas, não vivenciaram a relação professor-aluno no dia a dia da sala de aula, como também não conviveram com colegas de turma. Tudo isso, por se tratar de fatores internos que podem, segundo os autores Genari (2006), Martinelli (2014) e Scacchetti, Oliveira e Rufini (2014), vir a influenciar no nível de motivação do estudante em relação a afinidade com o curso.

Finalizada esta etapa da pesquisa, no próximo tópico, será apresentada a análise e discussão dos resultados obtidos por meio dos questionários aplicados aos estudantes evadidos dos dois *campi*.

4. 2. A percepção dos estudantes evadidos quanto as motivações para escolha do curso, da instituição e as causas da evasão escolar

Nesta seção será abordada as análises dos questionários aplicados aos estudantes evadidos correspondentes aos anos de 2018 e 2019, no intuito de verificar quais as motivações para escolha do curso e da instituição, e as causas apontadas para a evasão escolar. A Tabela 5 evidencia a taxa de evasão nos primeiros anos de 2018 e de 2019, conforme dados que foram fornecidos pelas Secretarias de Registros Escolares de cada *campi*.

Tabela 5 – Taxas de evasão no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

ESTUDANTES DE 1º ANO	Campus Ceres		Campus Morrinhos	
	2018	2019	2018	2019
Total de matrículas	285	283	170	136
Total de estudantes evadidos	72	66	59	27
Taxas de evasão	25,3%	23,3%	14,7%	19,9%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados fornecidos pelas Secretarias de Registros Escolares de cada *campus*, 2020.

Ao compararmos os índices de evasão que constam na Tabela 5 com os índices que constam na Plataforma Nilo Peçanha, com relação à evasão no ensino integrado nos Institutos Federais no ano base de 2018 e de 2019 (respectivamente, 9,5% em 2018, e 8,7% em 2019), encontramos índices elevados relacionados aos dois *campi*, nesses dois anos (respectivamente 25,3% e 23,3% no Campus Ceres, e 14,7% e 19,9% no Campus Morrinhos). Além disso, quando se observa as taxas de evasão no ensino integrado específica desses dois *campi* do Instituto Federal Goiano, extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, ano base de 2018 e de 2019 (respectivamente 5,9% em 2018, e 2,0% em 2019 no Campus Ceres, e 10,2% em 2018, e 15,9% em 2019 no Campus Morrinhos), percebe-se que a evasão é mais acentuada no primeiro ano.

Ressalta-se que estes índices que constam disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha engloba a evasão nos três anos do ensino médio, e não somente no primeiro ano. Disso,

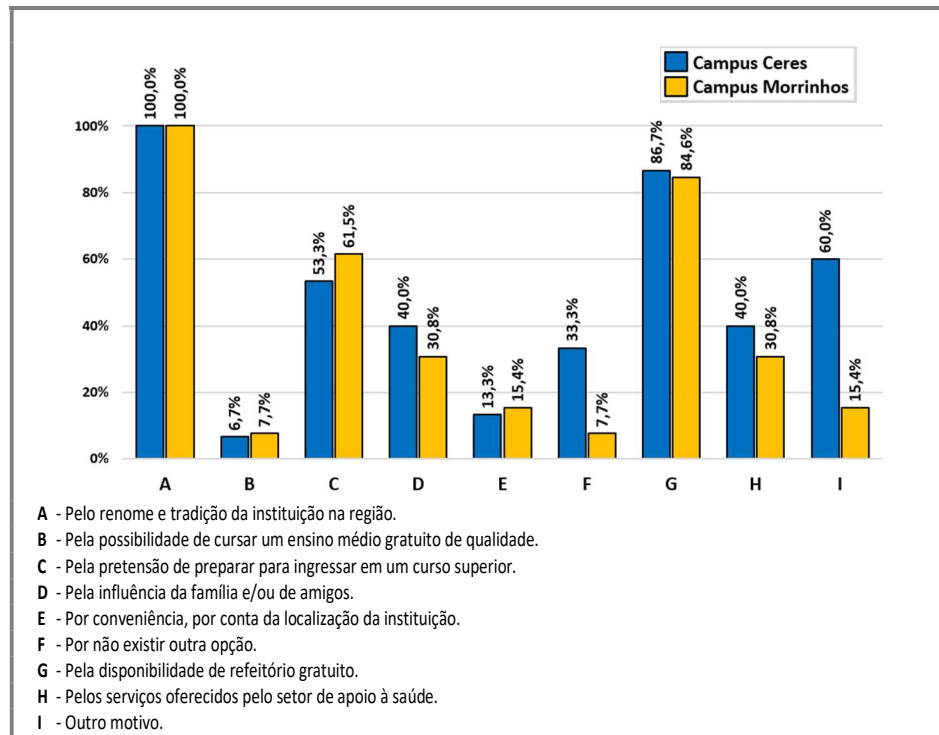
depreende-se que os estudantes de primeiro ano são mais propensos à evadirem, do que os dos anos posteriores, conforme já havia sido evidenciado por autores que destacam a maior evasão no primeiro ano do curso, tais como: Almeida (2017), Santos (2017), Silva (2017), Carvalho (2018), Oliveira (2019) dentre outros.

Quando confrontamos os índices de evasão apresentados na Tabela 2, em especial aos do Campus Ceres, que se referem aos três anos do EMI, com os índices apresentados na Tabela 5, que se trata somente do primeiro ano do EMI – de cujos dados foram repassados pelas Secretarias de Registros Escolares –, fica evidenciado que a taxa de evasão no primeiro ano encontra-se muito elevada, ou ainda, menos provável, que os dados registrados na Plataforma Nilo Peçanha não exprimem a realidade do *campus*.

Os resultados obtidos encontram-se apresentados de forma gráfica, e, na análise e na discussão, considerou-se o referencial teórico adotado. Vale esclarecer que, nas Questões 1, 2, 3, 5, 7 e 14 (Apêndice E), o estudante evadido foi instruído a marcar mais de uma alternativa, se necessário fosse. Portanto, nestas seis questões, a quantidade de respostas excede a quantidade total de estudantes que responderam ao questionário.

A primeira questão, que se encontra representada pelo Gráfico 7, indagou aos estudantes evadidos sobre o motivo da escolha do Instituto Federal Goiano, na época em que realizaram suas inscrições ao processo seletivo. Analisando as respostas registradas, observa-se que os participantes, em ambos os *campi*, foram unânimes em destacar o renome e a tradição da instituição na região, como sendo o fator decisivo para o ingresso. A disponibilidade de refeitório gratuito aos estudantes também foi indicada pela maioria (86,7% do total de evadidos do Campus Ceres, e 84,6% no Campus Morrinhos).

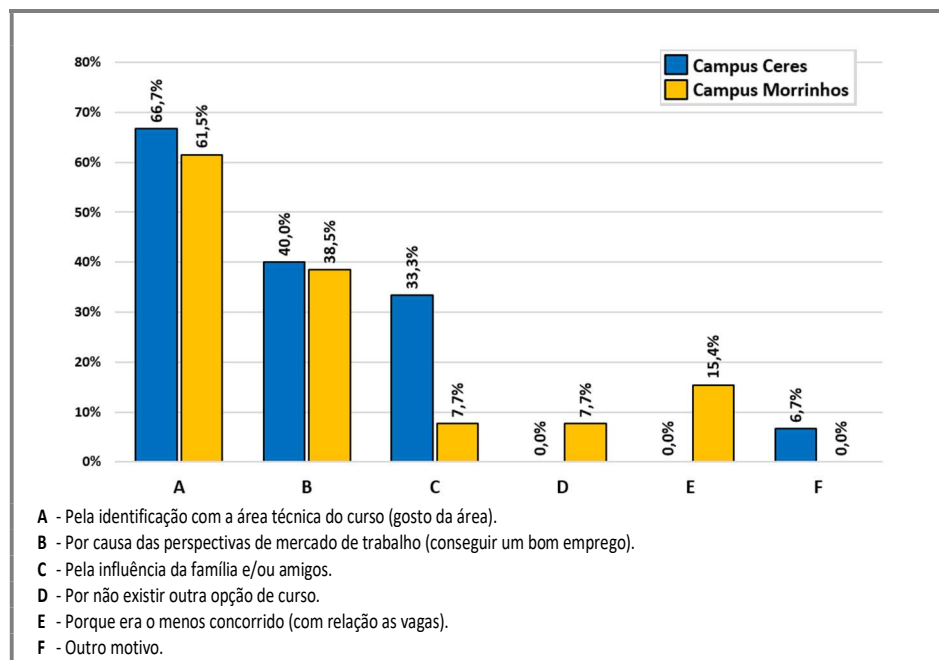
No Campus Ceres destaca-se ainda que 60% dos participantes indicaram também outro motivo (alternativa I) para essa escolha e 33,3% apontaram por não existir outra opção de curso. As opções pela influência da família e/ou de amigos e pelos serviços oferecidos pelo setor de apoio à saúde também tiveram um número significativo de respostas em ambos os *campi* (40% marcaram essas duas alternativas no Campus Ceres e 30,8% marcaram essas duas alternativas no Campus Morrinhos).

Gráfico 7 – Motivos da escolha do Instituto Federal Goiano apontados pelos evadidos.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Fazendo uma análise comparativa com as respostas dadas pelos estudantes ingressantes, constata-se que a alternativa G (pela disponibilidade de refeitório gratuito) não apareceu como um fator decisivo na hora da escolha do Instituto Federal Goiano, como apontado pelos estudantes evadidos. Esta alternativa foi indicada apenas por um ingressante do Campus Ceres. Já em relação a alternativa A (pelo renome e tradição da instituição) verifica-se que, dentre os estudantes ingressantes (23,0% do Campus Ceres e 32,9% do Campus Morrinhos) também indicaram esta opção como um dos motivos para a escolha. Ou seja, o renome da instituição se constitui num fator relevante para essa escolha.

Na Questão 2, quando perguntados sobre o motivo da escolha do curso, na época em que realizaram suas inscrições ao processo seletivo (Gráfico 8), observa-se que a maioria (66,7% do total de evadidos do Campus Ceres e 61,5% no Campus Morrinhos) afirmou que o principal motivo da escolha foi pela identificação com a área técnica do curso. O segundo fator mais apontando diz respeito às perspectivas de mercado de trabalho, indicada por 40% dos 33 respondentes do Campus Ceres e por 38,5% do Campus Morrinhos. No Campus Ceres 30% dos participantes indicaram, ainda, a influência da família e/ou de amigos nesta escolha.

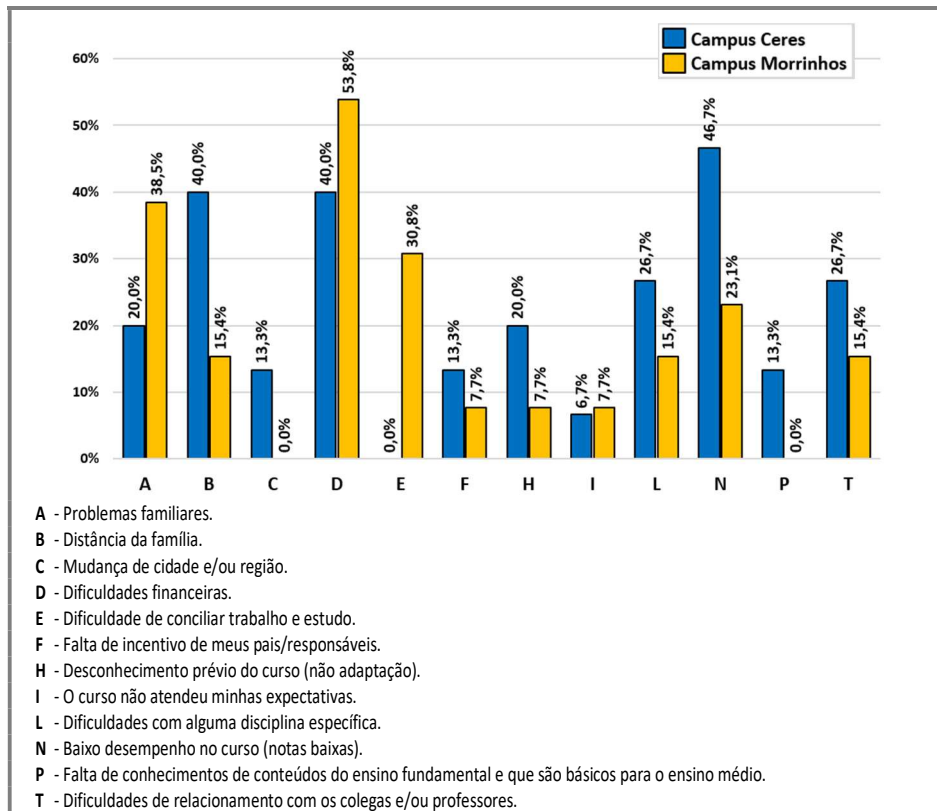
Gráfico 8 – Motivos da escolha do curso apontados pelos evadidos.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Quando comparamos as respostas dadas a esta questão pelos evadidos (Gráfico 8) com a mesma questão respondida pelos ingressantes (Gráfico 2), percebe-se que a identificação com a área técnica do curso e as perspectivas de mercado de trabalho foram os principais fatores motivacionais para escolha do curso, em ambos os *campi*.

Ao serem indagados sobre os motivos que os levaram a abandonarem o curso na Questão 3, que se encontram representados pelos Gráficos 9 e 10, nota-se que foram vários os motivos apresentados. Conforme enfatizado por Dore e Lüscher (2011, p. 776), “a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive”.

Para uma melhor visualização, dividimos os resultados em três fatores: os individuais, os internos e externos à instituição, conforme consta no “Documento Orientador Para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (BRASIL, 2014). Ressalta-se que somente as alternativas que obtiveram maiores índices nas respostas foram analisadas.

Gráfico 9 – Motivos da evasão escolar apontados pelos evadidos (fatores individuais).

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Dentre os fatores individuais, observa-se que o fator de maior incidência relatado pelos estudantes evadidos do Campus Ceres foi o baixo desempenho no curso (46,7%). Sob este aspecto, Narciso (2015), ao realizar uma pesquisa com estudantes evadidos e concluintes dos cursos técnicos do Campus Arinos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), evidenciou que as notas baixas é a causa primária para o abandono do curso técnico pela maioria dos estudantes, e ressalta ainda que provavelmente vem desencadear vários outros motivos determinantes para a evasão escolar.

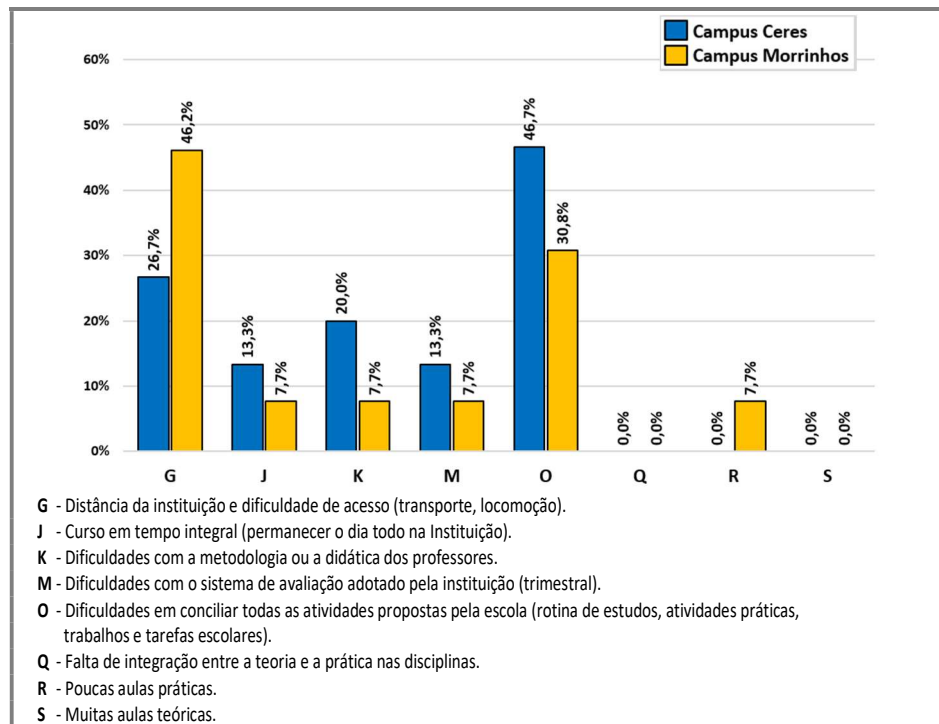
Lima (2018) pontua que o desempenho escolar dos discentes está diretamente associado às notas e à motivação na busca pelo conhecimento, e vários são os fatores que interferem nesse processo, tornando-o satisfatório ou insatisfatório. Segundo a autora, estes fatores podem estar relacionados à forma de avaliação, seja da escola ou do docente, às dificuldades de aprendizagem em algumas áreas, aos fatores de ordem socioeconômica e psicológica, às relações familiares e sociais, à própria organização da instituição de ensino, e aos fatores inerentes ao próprio discente, tal como a falta de interesse pelos estudos. E todos estes fatores irão influenciar no processo de ensino-aprendizagem, podendo vir a impactar na evasão do estudante da escola.

Em seguida, a distância da família (40,0%) e as dificuldades financeiras (40,0%). Com relação a isso, Bastos (2013) pontuou que o distanciamento da família é um fator de não adaptação a instituição e que vem a se tornar um agravante na evasão escolar pois, pelo fato de serem jovens, muitas das vezes não estão preparados para enfrentar certas responsabilidades longe da família.

O estudo realizado pelo pesquisador abordou estudantes dos cursos técnicos de Informática, Biocombustíveis e Eletromecânica da modalidade integrada, do Campus Irecê do Instituto Federal da Bahia, na qual revelou que 72% deles moravam na cidade onde estudava e que a família morava em outra cidade, estes, já haviam pensado em evadir; 62% que moravam fora da cidade onde estudava já haviam pensado em desistir em algum momento durante os três anos que permaneceram na instituição. Por fim, o autor pontua ainda que o problema da evasão não está relacionado apenas ao distanciamento da família, ao cansaço ou desgaste físico com o descolamento diário, mas também com as dificuldades financeiras das famílias em arcar com as despesas do transporte escolar.

Já no Campus Morrinhos, o principal item apontado pelos estudantes evadidos foram as dificuldades financeiras (46,7%), seguidas dos problemas familiares (38,5%) e da dificuldade de conciliar trabalho e estudo (30,8%).

Gráfico 10 – Motivos da evasão escolar apontados pelos evadidos (fatores internos e externos).



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Em relação aos fatores internos à instituição, tanto no Campus Ceres quanto no Campus Morrinhos, a dificuldade em conciliar todas as atividades propostas foi o item com maior percentual apontado (46,7% do total de evadidos do Campus Ceres e 30,8% no Campus Morrinhos). Ou seja, ao se depararem com a quantidade de disciplinas a serem cursadas, com a carga horária do curso, com o ensino integrado, com a dificuldade de adaptação ao novo ambiente e ao ritmo escolar, os estudantes, muitas das vezes, acabam frustrando suas expectativas, se sentindo desmotivados e, conseqüentemente, tendem a abandonar o curso. Essas evidências já haviam sido constatadas por Muniz (2015), quando afirma que, pelo fato de não conseguirem cumprir com todas as atividades propostas pela escola, alguns estudantes acabam evadindo da instituição.

Como fator externo à instituição, os estudantes evadidos de ambos os *campi* citaram a distância da instituição e a dificuldade de acesso (26,7% do total de evadidos do Campus Ceres e 46,2% do Campus Morrinhos) como sendo o fator predominante na causa da evasão. Apesar disso, Oliveira (2019), em um estudo acerca da evasão escolar no Campus Arraial do Cabo do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), verificou que 75% dos evadidos alegaram o acesso ao *campus* como uma das principais motivações para a evasão escolar. Ou seja, o fator transporte se constitui como uma das principais motivações para o abandono escolar, necessitando assim de medidas mais efetivas para a contenção do problema.

Vale ressaltar que ainda na Questão 3, em ambos os *campi*, dois participantes do Campus Ceres e um do Campus Morrinhos indicaram também outro motivo (alternativa U) como fator para a evasão, conforme segue (sic):

E1B01: *Por envolvimento com drogas ilícitas dentro da instituição.*

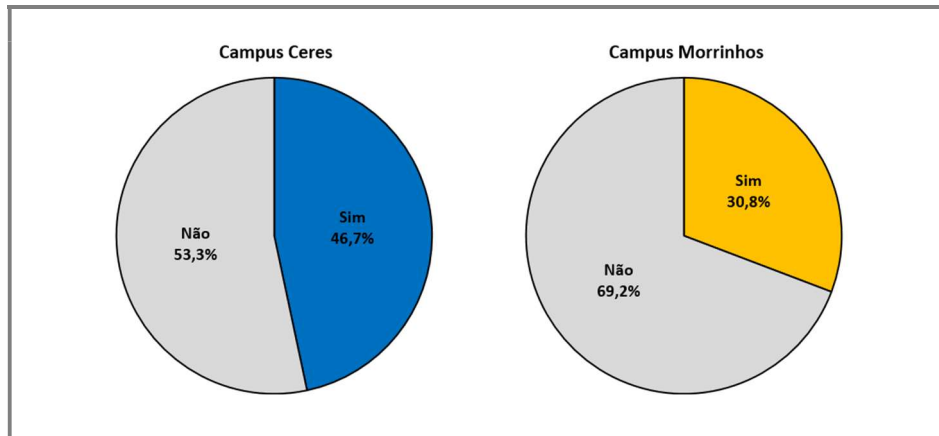
E1A02: *Foi uma fase da minha adolescência em que tinha muita coisa acontecendo, problemas pessoais, preocupações, senti que não conseguia me dedicar aos estudos já que era preciso de muita dedicação.*

E2A01: *[por conta de] reprovação.*

Na Questão 4, foi perguntado ao evadido, com relação à aprendizagem, se tinham dificuldades em assimilar o conteúdo (Gráfico 11). Constatou-se que no Campus Ceres houve uma diferença pequena no percentual de respostas das alternativas A e B (respectivamente 53,3% e 46,7% do total de evadidos). No Campus Morrinhos essa diferença foi um pouco maior (respectivamente 69,2% e 30,8% do total de evadidos). Isso indica que os evadidos do Campus

Morrinhos alegaram possuir menos dificuldade de aprendizagem quando comparados aos do Campus Ceres.

Gráfico 11 – Indicação de dificuldade dos evadidos em assimilar o conteúdo.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

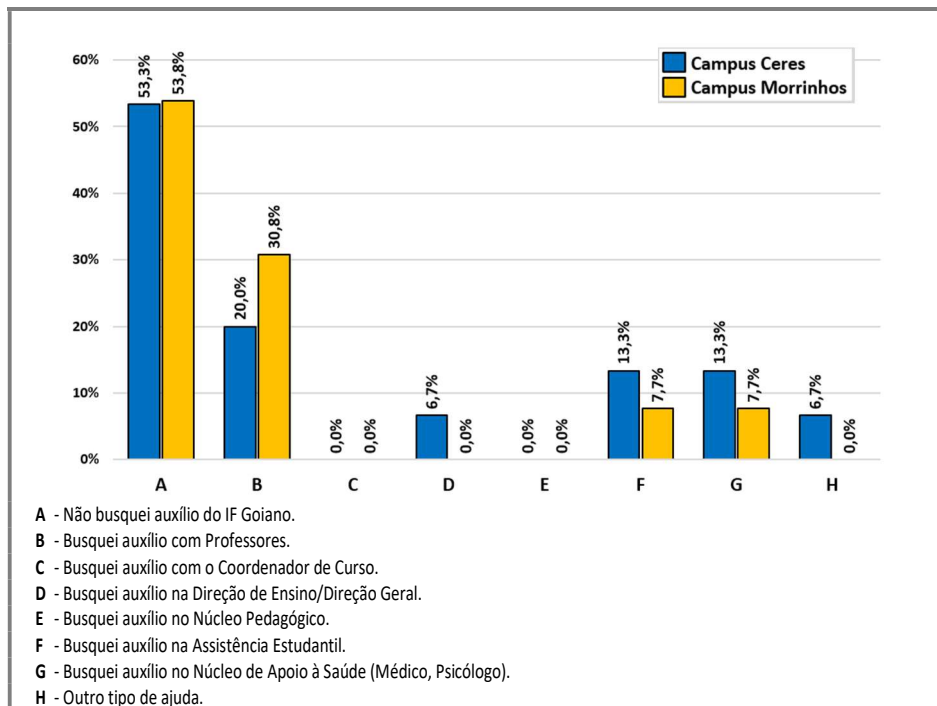
Apesar da maioria dos evadidos em ambos os *campi* afirmarem não possuir dificuldades em relação à aprendizagem, pesquisas já realizadas comprovam que o processo de ensino-aprendizagem se apresenta como um fator importante no desencadeamento da evasão escolar (Bastos, 2013; Muniz, 2015; Narciso, 2015; Almeida, 2017; Santos, 2017; Oliveira, 2019; dentre outros). Estando a dificuldade de aprendizagem associado tanto às questões individuais do aluno como (falta de base da formação anterior, dificuldade com alguma disciplina específica, a não adaptação com a instituição e/ou sistema de avaliação) quanto às questões relacionadas aos professores (didática, metodologia, relação professor-aluno entre outras). As falas de alguns participantes expõem essas questões, como segue (sic):

- E1C01: *Sim, dificuldade porque eu não tive uma boa base em matemática no ensino fundamental. E isso dificultou muito o aprendizado.*
- E1B02: *Sim, tinha bastante dificuldade na área de exatas e os professores não preocupavam muito com os alunos e eu sempre ficava muito perdida.*
- E1B04: *Em algumas matérias de exatas, pois nunca tive facilidade.*
- E1A06: *Algumas matérias específicas.*
- E2A04: *Tinha dificuldade com o conteúdo de física.*
- E2B02: *O transporte, e a grande quantidade de provas e atividades.*
- E2A03: *Grande número de matérias dificultou adaptação.*

Diante de tudo isso, é possível inferir nas falas desses estudantes evadidos que as questões individuais, como a dificuldade com alguma disciplina, principalmente as de exatas, apareceram com maior destaque. Porém, conforme ressaltado por Zanin (2019, p. 192) “[...] dada a condição com que o aluno chega na Educação Profissional e Tecnológica, não se pode culpabilizá-lo ou fadá-lo ao fracasso pela sua situação, necessitando, portanto, de ações para fortalecer a permanência desse sujeito”. A autora resalta ainda que as dificuldades na aprendizagem não estão relacionadas apenas as condições individuais do estudante, mas envolve também questões econômicas, sociais, culturais e políticas. Dessa forma, para a superação das dificuldades de aprendizagem, faz-se necessário mudanças tanto internas como externas à escola e de políticas públicas comprometidas com uma educação pública de qualidade para todos.

Questionados se buscaram auxílio do IF Goiano para ajudar em suas dificuldades na Questão 5 (Gráfico 12). Verifica-se que, em ambos os *campi*, um pouco mais da metade dos evadidos não buscaram auxílio do IF Goiano para ajudá-los em suas dificuldades (53,3% do total de evadidos do Campus Ceres e 53,8% no Campus Morrinhos). Isso indica a necessidade de melhoria do relacionamento e da comunicação entre a instituição e os estudantes, principalmente aos que apresentam algum sinal de dificuldade.

Gráfico 12 – A quem o evadido recorreu para buscar auxílio em relação as suas dificuldades.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

O estudo realizado por Narciso (2015), com estudantes evadidos e concluintes dos cursos técnicos do Campus Arinos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), reforça essa evidência que aqui também foi encontrada:

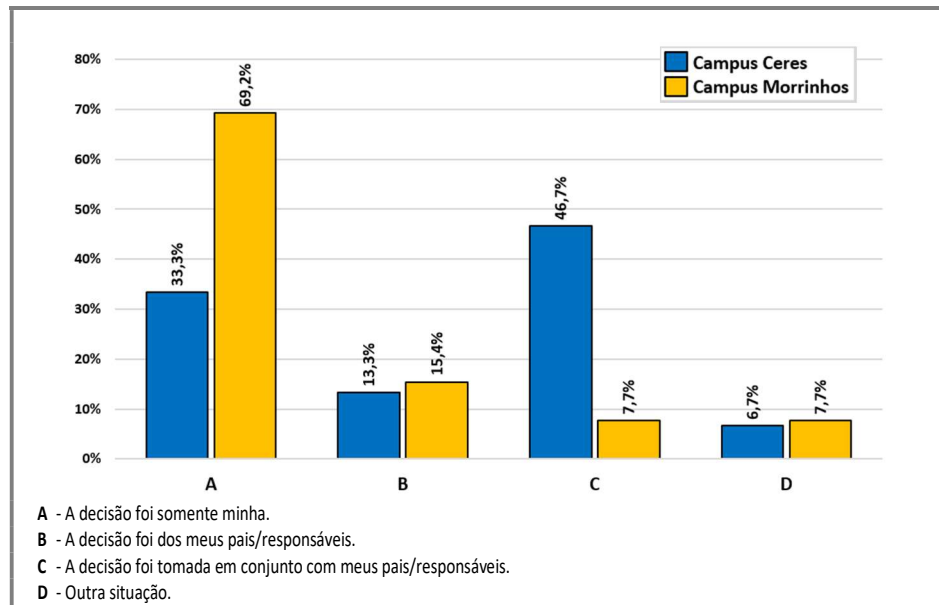
Dentre os pesquisados evadidos, 65% não tentaram resolver o problema antes de evadir, evidenciando ainda a falta de sensibilidade da instituição para detectar os problemas e adiantar-se na solução dos mesmos. Sabe-se que, muitas vezes, uma conversa de incentivo, uma segunda chamada para uma avaliação que foi perdida pode contribuir para que o aluno permaneça no curso e prossiga até a sua conclusão (NARCISO, 2015, p. 172-173).

Retornando à análise dos resultados mostrados no Gráfico 12, observa-se ainda que, dos estudantes que buscaram algum tipo de auxílio para superar as dificuldades, indicaram que o fizeram por meio dos professores (respectivamente 20% no Campus Ceres e 30,8% no Campus Morrinhos). Destaca-se aqui o comentário do evadido E1C01 (sic): “*Busquei ajuda com mentorias de matemática, e busquei uma vaga no alojamento, porém não consegui*”.

Enfim, percebe-se a necessidade de uma atuação mais eficiente de todos os setores que lidam com os estudantes, isto é, dos coordenadores de curso e do núcleo pedagógico (alternativas C e E, com 0% das respostas em ambos os *campi*), dos gestores, da assistência estudantil, ou mesmo dos professores.

Na Questão 6, foi perguntado aos participantes evadidos de quem partiu a decisão de sair do IF Goiano (Gráfico 13). Nessa questão, verifica-se que a maior parte dos respondentes provenientes do Campus Ceres afirmaram que a decisão de sair da instituição foi tomada em conjunto com os pais (46,7%). Já com relação ao Campus Morrinhos, a maioria respondeu que a decisão partiu somente do estudante (69,2%). Isso indica que, no Campus Ceres, os pais participaram mais na tomada de decisão da saída do estudante da instituição, quando comparados com o ocorrido no Campus Morrinhos.

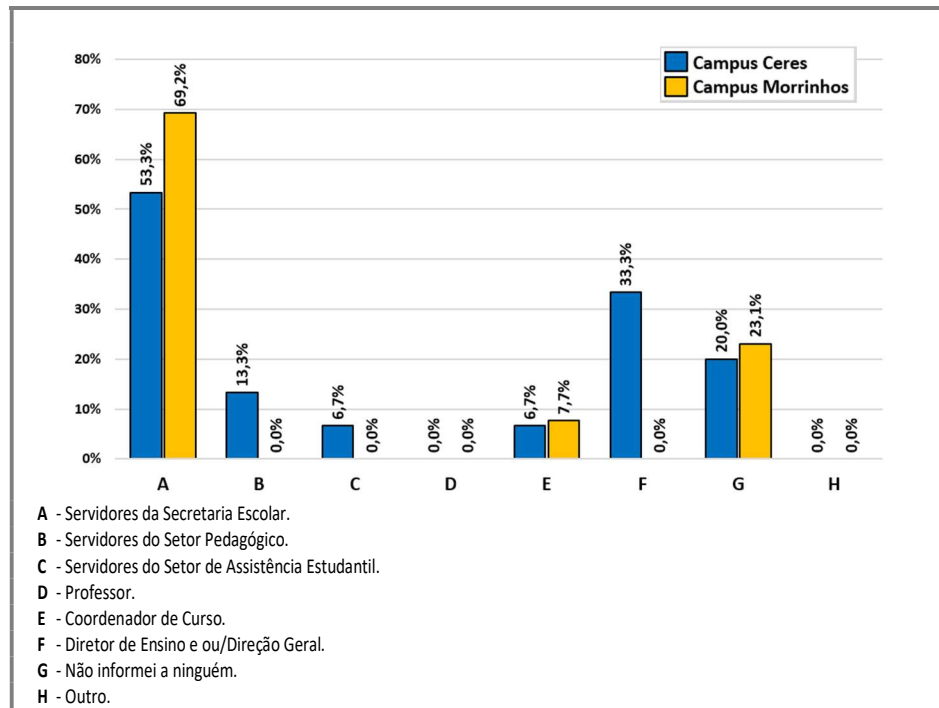
A partir dos resultados expostos, observa-se a importância da parceria entre a família e a escola, no sentido de amenizar a evasão escolar. Cabe, então, à instituição de ensino promover essa aproximação, a fim de estimular os familiares para que acompanhem, apoiem e motive os estudantes em seus estudos. Pois, conforme enfatizado por Dore e Lüscher (2011) a estrutura familiar, o apoio e o envolvimento da família na vida escolar do estudante são fatores que podem vir a contribuir para sua permanência e êxito.

Gráfico 13 – De quem partiu a decisão de saída do IF Goiano.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Quando questionados sobre a quem foi informado no *campus* sobre a decisão da saída do curso (Questão 7), em ambos os *campi*, observa-se que, ao tomarem esta decisão, o setor principal informado foi a secretaria escolar (53,3% do total de evadidos do Campus Ceres e 60% do Campus Morrinhos). Em Ceres, convém destacar que 33,3% do total de evadidos informaram que comunicaram ao Diretor de Ensino e/ou Direção Geral sobre a decisão de sair da instituição, conforme pode ser visto no Gráfico 14.

Esse dado revelou a necessidade de atenção por parte da instituição, bem como da Comissão de Permanência e Êxito dos Estudantes, para implementação de ações de prevenção e acompanhamento dos estudantes, no sentido de tentar conter a saída desses estudantes. Conforme já exposto anteriormente na discussão da Questão 5, Narciso (2015, p. 173) revela que “muitas vezes, uma conversa de incentivo, uma segunda chamada para uma avaliação que foi perdida pode contribuir para que o aluno permaneça no curso e prossiga até a sua conclusão”.

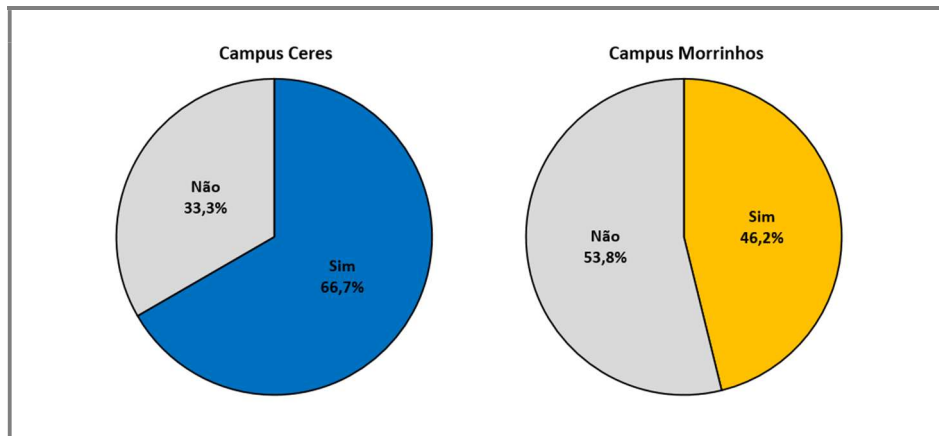
Gráfico 14 – A quem do *campus* foi informado acerca da decisão de evadir.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Vale destacar que, para Freire (2015), o diálogo é um elemento essencial para se fazer educação. É através do diálogo que a escola conhece seus alunos, seus anseios, suas dificuldades, permitindo assim buscar meios para ajudá-los. Nesse sentido, verifica-se que a instituição precisa dialogar com o aluno que está propenso a evadir, pois, o que se percebe, muitas das vezes, é que esse processo tem ocorrido tardiamente, quando o aluno já assumiu uma forte intenção em deixar a instituição. Enfim, se a abordagem a esse estudante demorar para ser feita, não será mais possível reverter sua decisão de evadir.

Em relação à Questão 8, perguntamos se foi feita alguma abordagem por parte da instituição para tentar convencê-lo de não sair. O resultado, que se encontra representado pelo Gráfico 15, demonstrou 66,7% dos evadidos oriundos do Campus Ceres destacaram que houve alguma abordagem na tentativa de impedir a saída da instituição. Já no caso do Campus Morrinhos, este índice foi de 46,2%. Isso significa que existe uma preocupação e um esforço maior no Campus Ceres para manutenção do estudante, quando comparado com o Campus Morrinhos.

Gráfico 15 – Realização de abordagem, por parte da instituição, no convencimento para não evadirem.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

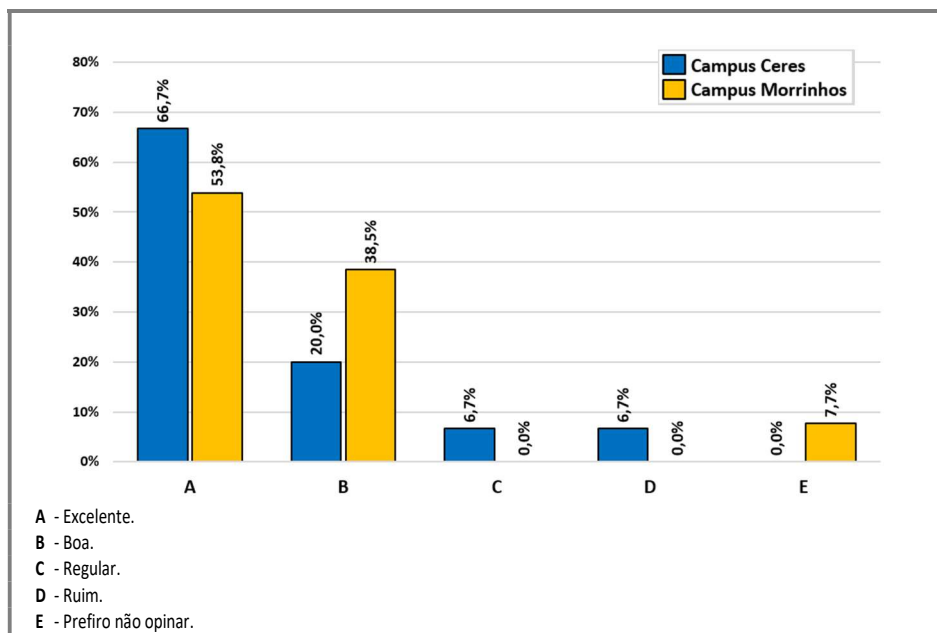
As falas abaixo expressam os comentários de alguns participantes em ambos os *campi* quanto a esta questão (sic):

- E1C01: *As funcionárias da secretaria pedagógica e da secretaria escolar, usaram argumento de que eu estaria perdendo uma grande oportunidade de me ingressar em um bom estudo e ter um futuro promissor.*
- E1B02: *Conversei com algumas pessoas que disseram que seria bom eu ter um curso técnico e que poderia melhorar, mas não melhorei.*
- E1A02: *Sim, mostraram minhas notas me explicaram que se eu me esforçasse até o final do ano eu conseguiria, mas tive medo de não conseguir e perder o ano.*
- E1A05: *Foi por parte do registro geral, me ofereceram vaga no alojamento se necessário para que eu continuasse.*
- E1A08: *Conversei com pessoal da coordenação, eles insistiram pra eu não sair.*
- E1C02: *Quando fui na Secretaria pegar meus documentos de transferência a funcionária no local conversou comigo, perguntando se eu tinha certeza e que eu provavelmente iria me arrepender de desistir do curso. Ela estava certa.*
- E1A06: *Foi dado várias alternativas pra eu continuar.*
- E2A04: *Conversaram bastante comigo para saber o motivo.*
- E2A02: *Tentaram me convencer a permanecer.*
- E2C01: *Recebi recomendações para verificar se havia vagas para os dormitórios escolares, porem desiludido não fui.*
- E2A03: *Não foi suficiente para me fazer mudar de ideia. Faltou empenho da escola.*
- E2A05: *Ficaram me ligando e pedindo pra ã desistir.*

Apesar de alguns participantes terem relatado que houve alguma tentativa de convencê-los de não sair da instituição, ainda assim, os resultados revelaram que, na maioria das vezes, essas abordagens não são realizadas a tempo, ou, quando são, não são realizadas de forma adequada e efetiva.

Quando indagados sobre a estrutura física e as condições necessárias para realização das aulas (Questão 9), cujos resultados estão representados pelo Gráfico 16, os participantes dos dois *campi* consideraram como excelente ou boa (respectivamente 66,7% e 20% do total de evadidos do Campus Ceres, e 53,8% e 38,5% do Campus Morrinhos).

Gráfico 16 – Avaliação da estrutura física do IF Goiano e das condições necessárias para a realização das aulas.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Destaca-se o comentário realizado pelo evadido E1C02: “*Muitas salas mofadas e quentes, onde ventiladores e ar-condicionados passam grande parte do ano esperando para serem consertados*”. Já o comentário realizado pelo evadido E2A04 mostra uma situação contrária em relação ao seu sentimento: “*Eu era apaixonada por estudar no IF*”.

Vale salientar que os Institutos Federais, de modo geral, possuem a infraestrutura física mais bem consolidada, além do fato de contarem com quadro de servidores com boa qualificação, quando comparadas com outras instituições de ensino existentes nessas duas localidades. Caso essa realidade fosse outra, não fosse minimamente adequada, estes fatores certamente que influenciaria no processo de evasão, como aponta Machado (2009):

A estrutura física das escolas interfere no processo. Escolas que apresentam estruturas físicas precárias, associadas à escassez de material didático e/ou mau uso dos mesmos, além da carência de recursos humanos, acabam também por gerar maiores problemas no que se refere ao fracasso escolar (MACHADO, 2009, p. 43).

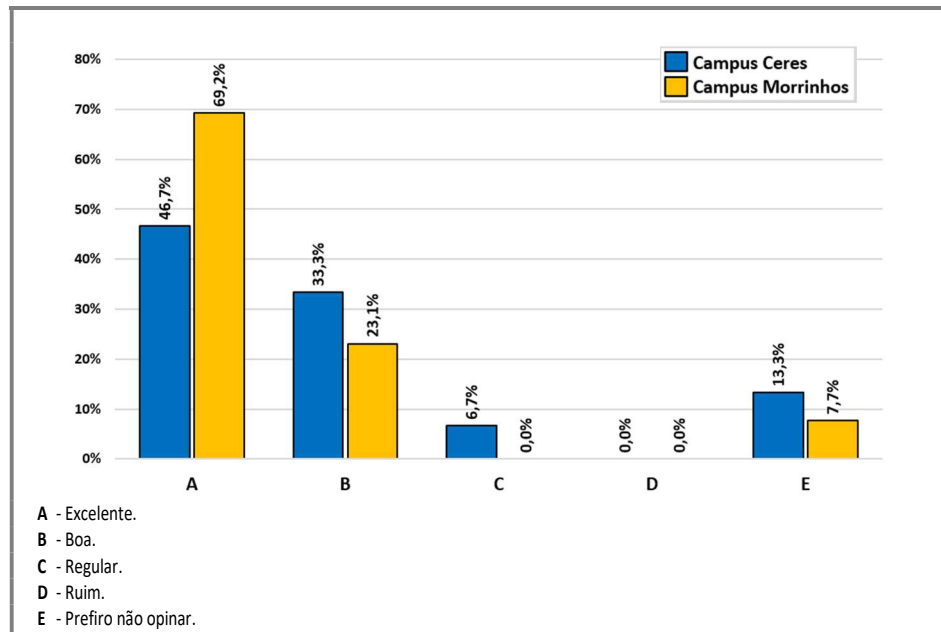
Assim sendo, com base nos resultados, percebe-se que a estrutura física da instituição e as condições para realização das aulas não foi fator indutor para a evasão, neste caso particular. Isso se deve ao fato de que ambos os *campi* não serem oriundos de expansões recentes da Rede Federal de EPT, portanto, já se encontram com infraestrutura mais bem consolidada.

O Campus Ceres do Instituto Federal Goiano dispõe de uma estrutura física composta por: quatro blocos de salas de aula, área de campo experimental, laboratórios de química, fisiologia vegetal, biologia vegetal, zootecnia e anatomia animal comparada, microbiologia, biologia geral e bioquímica, física e geomática, laboratórios educativos de produção em bovinocultura, suinocultura, ovinocultura, avicultura, piscicultura e de solos, laboratórios de redes, de manutenção de computadores e de informática. Conta ainda com um complexo esportivo que congrega quadras de areia e coberta, ginásio poliesportivo, pista de atletismo, piscina e laboratório de práticas corporais, biblioteca, refeitório estudantil e residências estudantis masculinas e femininas (BRASIL, 2021).

Já o Campus Morrinhos possui uma estrutura composta por: setores administrativos, blocos pedagógicos com salas de aula climatizadas, biblioteca, centro de vivência, auditórios, centro integrado de saúde, refeitório com alimentação gratuita para os estudantes, complexo esportivo, residências estudantis, laboratórios e ambientes para a realização de atividades do ensino, pesquisa e extensão. Dispõe também de instalações físicas, unidades e laboratórios educativos de produção, como os setores de avicultura, bovinocultura, piscicultura, suinocultura, mecanização agrícola, olericultura, fruticultura, cafeicultura e extensas áreas destinadas ao cultivo de diversas culturas e que são utilizadas como laboratórios em aulas práticas, em experimentos e em pesquisa (BRASIL, 2021).

Com relação ao trabalho desempenhado pelos professores (Questão 10), representada pelo Gráfico 17, percebe-se o predomínio das respostas com os conceitos excelente ou boa (respectivamente, 46,7% e 33,3% do total de evadidos do Campus Ceres, e 69,2% e 23,1% do Campus Morrinhos). Isso é um indicativo de que, na maioria das vezes, o trabalho desempenhado pelos professores não é um fator que influenciou negativamente na decisão do estudante a evadir.

Gráfico 17 – Avaliação quanto ao trabalho desempenhado pelos professores.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Quanto à atuação docente, alguns participantes relataram os seguintes depoimentos (sic):

- E1B01: *Por que tinha bons professores e alguns que deixava a desejar.*
- E1B02: *Professores muito bons porém não preocupam se o alunos está aprendendo, não lembram que existem pessoas que sentem dificuldade e não mostram 1% de vontade de ajudar o aluno a melhorar.*
- E1B04: *Todos perfeitos e maravilhosos, em especial a professora de língua portuguesa [M. D. e R.], são todos extremamente capacitados muito profissionais e inteligentes.*
- E2A04: *Os professores são todos incríveis.*
- E2A02: *Cobram muito (óbvio, é uma instituição federal), mas esquecem que as vezes não temos muitas saídas e isso acaba ferindo o psicológico do aluno por se cobrar muito.*

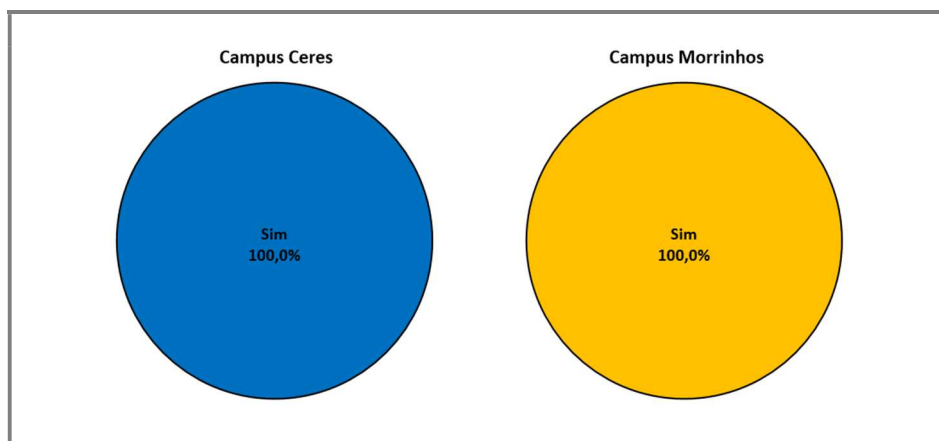
Percebe-se, tanto pelas falas dos participantes do Campus Ceres quanto do Campus Morrinhos, que alguns estudantes expressaram aspectos positivos e negativos quanto ao trabalho desenvolvido pelos professores. Com relação aos aspectos negativos apontados por eles, observa-se a questão do processo de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, Muniz (2015) argumenta que:

Alunos com níveis de aprendizagem muito distantes dividindo a mesma sala, série e curso representam um enorme desafio para a Instituição e em especial para seus professores, pois demanda muita sensibilidade para se pensar em formas de ensinar que possibilitem aos grupos com maiores dificuldades a possibilidade de acompanhar os conteúdos e concluir o curso com êxito (MUNIZ, 2015, p. 80).

Por fim, destaca-se ainda que alguns estudantes, mesmo que evadidos, conforme exposto nas falas anteriores, teceram alguns elogios aos professores dos respectivos *campi*. Nessa pesquisa, no tocante ao trabalho desempenhado pelos professores, o resultado indicou que este não foi um fator que influenciou negativamente na decisão do estudante a evadir.

Ao perguntarmos se indicariam o curso que abandonaram a alguém (Questão 11). Conforme o resultado encontra-se representado pelo Gráfico 18, todos os respondentes provenientes dos dois *campi* foram unânimes em suas respostas, afirmando que sim, indicariam.

Gráfico 18 – Possibilidade de indicação a outrem do curso que abandonou no IF Goiano.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

As falas dos seguintes participantes evidenciam esse resultado (sic):

E1A07: *Indicaria, o curso é ótimo e me arrependo demais de ter saído e ter perdido as chances que eu tive.*

E2A04: *O curso era incrível, os professores e a estrutura do IF também, meu maior problema foi financeiro.*

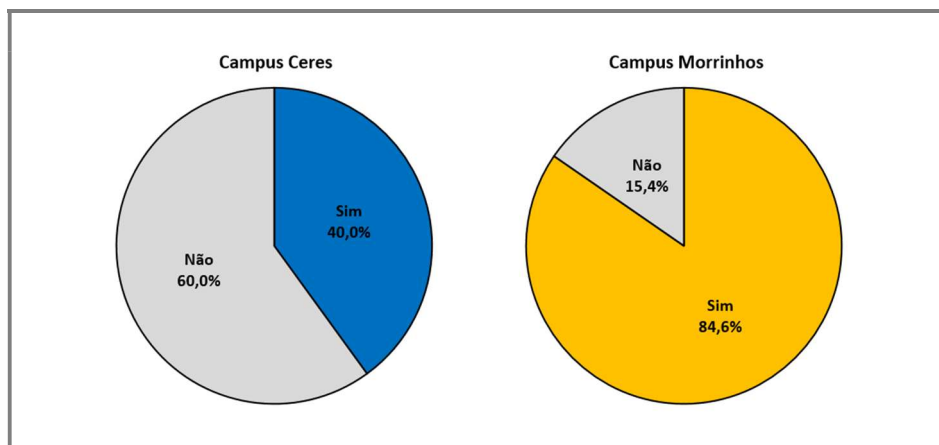
Esse é um dado relevante, pois apesar de terem abandonado o curso por algum motivo, nota-se que os evadidos têm uma boa percepção relacionada ao curso escolhido. Portanto, sua frustração pessoal não repercute em desdenho da instituição.

Em relação à Questão 12, foi questionado se os participantes se arrependeram de terem abandonado o curso (Gráfico 19). Os resultados obtidos mostraram que, no Campus Morrinhos, 84,6% dos evadidos se arrependeram de ter abandonado o curso, e 40% do Campus Ceres. Este

resultado indica que existe uma maior taxa de arrependimento proveniente dos estudantes do Campus Morrinhos quando comparados com os do Campus Ceres. Talvez, isso seja reflexo da menor influência dos pais e/ou responsáveis na tomada da decisão de sair da instituição, conforme já havia sido constatado na Questão 6 (Gráfico 13). E mais uma vez expomos, aqui, a importância da parceria entre família e escola para o enfrentamento da evasão escolar.

Destaca-se que pesquisas já realizadas apontam que o envolvimento dos familiares na vida escolar do estudante promove maiores chances de êxito escolar, tais como: Polonia e Dessen (2005), e Sousa e José Filho (2008). Dessa forma, cabe à escola realizar essa aproximação, a fim de que as famílias se envolvam e participem ativamente da vida escolar de seus filhos.

Gráfico 19 – Arrependimento no abandono do curso.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Entre os respondentes que manifestaram arrependimento, dois participantes de cada *campi* deixaram registrado seus comentários, como segue (sic):

- E1B03: *Já saí a mais de um ano, mas a saudade não passa por nada. Pra mim foi um tremendo baque, chorei e choro até hoje.*
- E1A05: *Me arrependo, mas infelizmente foi mais viável transferir.*
- E2A04: *Gostaria muito de ter concluído o curso de técnico em agropecuária por ser apaixonada por essa área, gostaria de ter terminado meus estudos lá.*
- E2B02: *Pelo fato de quando resolvi abandonar o If não estava bem mentalmente.*

Acerca da decisão de abandonar o curso, Narciso (2015), em sua pesquisa realizada no âmbito do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), verificou que 56% dos estudantes evadidos não consideraram acertada a sua decisão de abandonar o curso. Destacou

ainda que, caso o estudante tivesse encontrado apoio necessário da instituição para mitigar suas dificuldades, talvez teriam concluído o curso.

Assim sendo, podemos inferir que uma atuação mais proativa da equipe pedagógica – que geralmente é composta por: pedagogo, psicólogo, assistente social, técnico em assuntos educacionais, assistente de aluno, docente dentre outros –, da coordenação do curso, e dos demais envolvidos na gestão do *campus*, no sentido de promover ações de acompanhamento, bem como a orientação vocacional e motivacional dos estudantes, muito provavelmente contribuiria para minimizar a evasão. Conforme ressalta Cury (2007):

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho. [...] Mas como se trata de um direito reconhecido, é preciso que ele seja garantido e, para isto, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas, cercado de todas as condições. Nesse sentido, o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições (CURY, 2007, p. 484).

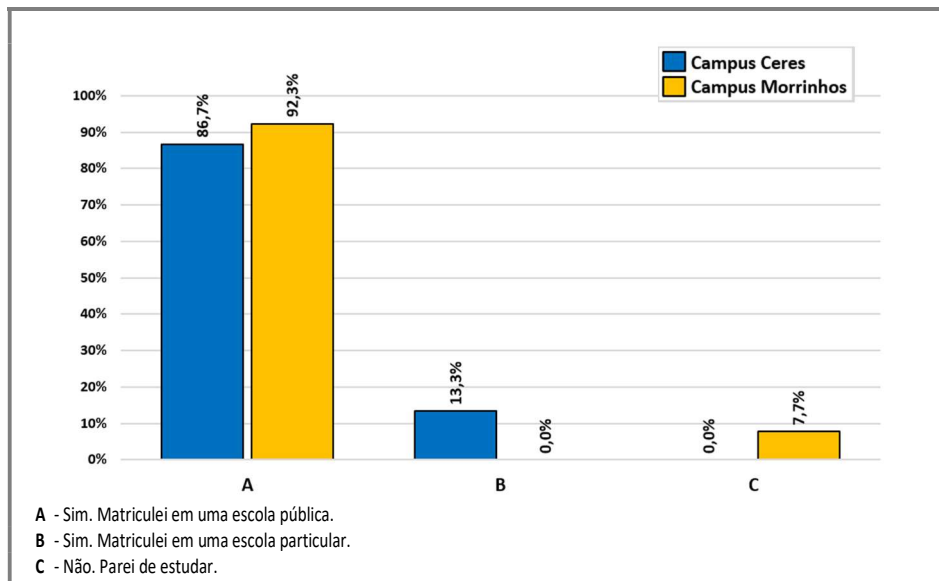
De acordo com Góis e Rocha (2019) a responsabilização para o enfrentamento à evasão escolar não é apenas função do diretor escolar, essa é uma missão coletiva que envolve todos os indivíduos inseridos na comunidade escolar. Os autores afirmam ainda que:

Não é apenas pela vontade ou pela ação simples e direta do diretor que os objetivos educacionais são alcançados. É preciso considerar também o envolvimento e o desempenho de todos que fazem parte do processo escolar, que são os corresponsáveis pelo cumprimento dos objetivos educacionais e pelo sucesso ou fracasso da escola. Para a implementação de ações no combate à evasão, o coletivo escolar deve conhecer e avaliar a complexidade de fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e acadêmicos que interferem na aprendizagem dos estudantes, que pode levá-los ao êxito ou ao abandono escolar (GÓIS; ROCHA, 2019, p. 11).

Para a garantia do acesso, da permanência e do êxito escolar faz-se necessário que toda comunidade escolar lute pela mesma causa na busca de ações que amenize, minimize e contenha o abandono escolar. Nesse sentido, observa-se que, para a promoção desses direitos, conforme ressalta Paro (2005), o diretor da instituição escolar exerce um papel fundamental. Segundo o autor, sua atuação deve ser o de propiciar um espaço democrático e participativo de toda a comunidade escolar nas tomadas de decisões, a fim de promover o envolvimento, o compromisso e a responsabilidade de todos que nela estão inseridos, para que, juntos, realizem um trabalho coletivo em prol de uma escola mais participativa, de um ensino de qualidade e no exercício da cidadania.

Na Questão 13, cujo resultado encontra-se representado pelo Gráfico 20, fizemos o seguinte questionamento: “Quando deixou o IF Goiano, você se matriculou em outra escola para continuar os estudos?”. Como resposta, os participantes evadidos dos dois *campi*, em sua maioria, responderam que se matricularam em outra escola pública para continuar os estudos (86,7% do total de evadidos do Campus Ceres e 92,3% do Campus Morrinhos). Isso indica que esses estudantes, em geral, não abandonaram os estudos.

Gráfico 20 – Atitudes dos evadidos em relação à continuidade dos estudos, após terem deixado o IF Goiano.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

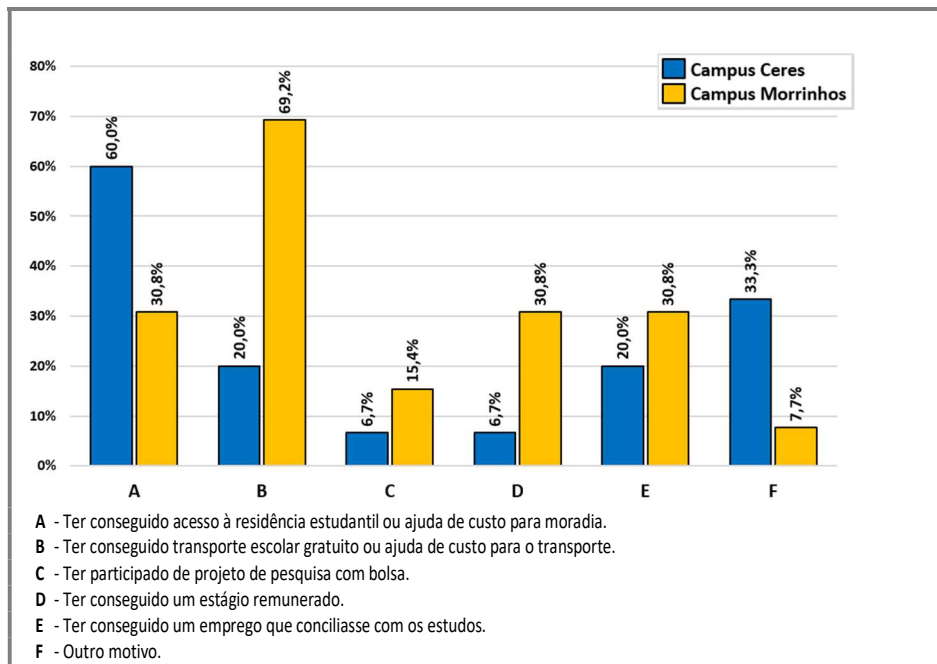
Se considerarmos os resultados da Questão 12 (Gráfico 19), sobre o arrependimento no abandono do curso, podemos inferir que, por algum motivo ou dificuldade, esses estudantes tiveram a necessidade de migrarem suas matrículas para outras instituições de ensino, para dar continuidade em seus estudos. Este fato corrobora com o que foi expresso por Narciso (2015):

Se levar em conta que 56% dos evadidos não consideraram acertada a sua saída do IFNMG, é possível afirmar que a evasão não ocorreu apenas por vontade individual, mas por uma agregação de fatores que o aluno enfrenta de ordem pessoal, institucional, financeira, familiar, de saúde, emocional, psicológica, didático-pedagógica, políticas, dentre outras (NARCISO, 2015, p. 223-224).

Ou seja, se o estudante não recebe algum tipo de apoio por parte da instituição, para superar suas dificuldades, fica propenso a abandoná-la. Como consequência disso, ele pode migrar para outro estabelecimento de ensino, ou mesmo, poderá até abandonar em definitivo seus estudos.

Por último, na Questão 14, os estudantes evadidos quando questionados sobre o que poderia ter contribuído para mantê-los na instituição (Gráfico 21), constata-se que para 60% dos evadidos do Campus Ceres o principal fator estaria relacionado com o acesso à residência estudantil ou ajuda de custo para moradia. Já os evadidos do Campus Morrinhos, 69,2% alegaram que o transporte escolar gratuito ou ajuda de custo para o transporte seria o fator preponderante.

Gráfico 21 – Ações que poderiam contribuir para a manutenção dos evadidos estudando no IF Goiano.



Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados da pesquisa (2020).

Com base nas respostas dos evadidos de ambos os *campi*, observa-se que, pelo fato dos dois *campi* se situarem fora da zona urbana, o fator transporte e moradia se mostrou como uma questão muito importante para permanência do estudante na instituição. Vale ressaltar que os dois *campi* ofertam auxílios aos estudantes, tais como: residência estudantil, auxílio moradia, auxílio transporte. Em relação à residência estudantil, no Campus Morrinhos, não há oferta de vagas para estudantes do sexo feminino, e, com isso, existe a contrapartida de oferta do auxílio moradia. Esses auxílios são regidos por editais e destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social. Todavia, estas ações não têm se mostrado suficientes para atender de forma efetiva e a todos que necessitam.

Conforme relatado por Medeiros (2020, p. 91) em sua pesquisa com os estudantes de três cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertado pelo Campus Morrinhos do Instituto Federal Goiano, constatou que “Apenas 10% dos pesquisados recebem auxílio transporte. Isso demonstra que os recursos disponibilizados para o programa não atendem um número

significativo de estudantes que necessitam desse tipo de auxílio”. Ou seja, essa é uma situação que demanda uma articulação mais efetiva da gestão de ambos os *campi*, conjuntamente com as respectivas prefeituras dos municípios atendidos pela instituição, no sentido de estabelecer parceiras para garantia do transporte escolar aos estudantes, de forma gratuita e/ou com subsídios. Por fim, ainda em relação à Questão 14, outros motivos (alternativa F) foram apontados por alguns evadidos, como segue (sic):

- E1A07: *Nenhuma das opções acima, eu deveria ter me esforçado mais.*
- E1B02: *Ajuda de professores para meu desenvolvimento melhorar e mudar de turma pois meus colegas de turma eram ruins comigo.*
- E2C01: *Eu estava decido em sair, poderia haver acompanhamento para auxiliar o aluno a tomar uma melhor decisão.*

Pelas falas dos participantes, conforme já apontado em algumas das questões anteriores, percebe-se que a relação professor-aluno, as dificuldades de aprendizagem, o relacionamento com colegas de turma e, até mesmo, as ações de acompanhamento da instituição (que se mostram ainda ineficientes), foram pontos também destacados como fator de não permanência do estudante.

A seguir, apresenta-se as análises da realização dos grupos focais com as Comissões Locais de Permanência e Êxito dos dois *campi*, a fim de verificar quais ações estão sendo desenvolvidas para contribuir com a permanência do estudante.

4.3. A perspectiva dos membros participantes da comissão de permanência e êxito

Nesta seção serão apresentadas as discussões acerca da realização dos grupos focais com a Comissão Local de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos. O objetivo foi compreender como estão sendo desenvolvidos os trabalhos e quais ações estão sendo propostas para mitigar o problema da evasão escolar em cada *campus*.

Iniciando o roteiro previamente elaborado, foi perguntado aos participantes como se deu o ingresso na Comissão de Permanência e Êxito (CPE), obtendo relatos de alguns dos participantes, conforme exposto:

- C101: *A comissão PEPE ela já tem uma normativa no IF Goiano e a gente respeitou ela. Tem que ter dois coordenadores dos cursos técnicos, dois coordenadores dos cursos de graduação, um técnico em assuntos educacionais, um representante da gerência ou direção de ensino. [...] Seguimos o que está previsto digamos assim, temos mais do que o mínimo, dois membros a mais que o mínimo [...].*

- C102: *[...] Eu entrei na comissão a partir de um convite [...]. E, eu de antemão, de pronto já aceitei o convite, até porque é uma situação que eu tenho muito interesse, assim em termo de trabalho, mas também de vivência dentro do movimento estudantil. Como estudante, morei em alojamento na época de graduação, e, assim, tenho muito interesse porque eu vivenciei isso, e eu acho importante estudar e melhorar as nossas ações relacionadas à assistência estudantil. Quando recebi o convite, procurei entender como tinha sido o processo de formalização da comissão de permanência e êxito no IF Goiano, como ela surge a partir daquele acordo do TCU com a SETEC, e, depois disso, os Institutos Federais são orientados pela SETEC, a partir de uma análise prévia do TCU, onde foi constatado que o índice de evasão estava elevado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, onde surge a necessidade das instituições pensarem ações que pudessem minimizar os efeitos da evasão, diminuir os números de evasão e retenção. Então, no meu caso, que eu sou novo aqui no IF, com pouco mais de um ano de serviço na rede, tive que fazer esse exercício de buscar mais informações a respeito, de ver como foi esse processo de implementação e em que pé estava [...].*
- C201: *Eu estou na comissão de permanência e êxito aqui do Campus Morrinhos desde o início desse ano. Depois que eu comecei na gerência de graduação aí que eu comecei a participar dessa comissão. Então, assim eu não tenho muita experiência em relação as atividades [...]. Estou aprendendo, ainda mais agora, com a pandemia, acredito que as atividades estão um pouco mais voltadas pra essa questão da pandemia. Mas, respondendo à sua pergunta, ingressei esse ano quando fui nomeada para atuar na gerência de graduação.*
- C202: *Comecei na comissão de permanência e êxito desde a primeira constituição da comissão, atendendo ao convite do Prof. Luciano. E, esse ano, a gente reformulou a portaria e continuei atuando nessa comissão [...].*
- C203: *Eu também comecei esse ano na comissão de permanência e foi a convite da comissão atual.*
- C204: *Eu também estou desde 2018, nomeado pela Portaria nº 392, de 2018, e coincide com a época que estava ocupando a função de Coordenador da Educação Profissional, então estou desde esse período.*

De acordo com as falas, percebe-se que o ingresso na comissão se deu a convite da gestão dos *campi*, e, sua composição segue parcialmente as orientações estabelecidas na Nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC. Cada comissão local foi constituída com servidores de vários setores ligados ao departamento de ensino, conforme grafado nas portarias que constam no Anexo C. Entretanto, cabe salientar, no caso da Comissão Local do Campus Morrinhos, não existe representante do segmento discente, o que vem a ser um fator negativo pois, ouvir os discentes é um ponto fundamental para se criar estratégias de enfrentamento a evasão escolar. Além disso, percebe-se também que, em sua composição, não consta nenhum membro que seja coordenador de curso técnico. Vale ressaltar que a participação dos coordenadores é essencial pois, são eles quem estão em contato diário com os estudantes.

A pergunta seguinte indagava aos participantes qual a importância do Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) para o cotidiano do *campus*, e se algum deles haviam participado da construção do PEPE. Os relatos expõem que:

- C106: *[...] neste ano, estamos tendo reuniões periódicas com a Reitoria, na qual discutimos essas ações. Então, as estratégias que são discutidas e que posteriormente são implementadas aqui. Não me lembro de ver um plano, algo documentado, na forma de regulamento [...].*
- C202: *Não participei da construção do Plano Estratégico. Eu acredito.... não li também esse documento. Não sei como ele foi construído. Mas acredito que ele seja muito importante, porque, a partir da hora que sabemos quais são os fatores de evasão, conseguimos então tomar medidas para evitar essa evasão dos nossos alunos. Então, acredito que seja de extrema importância para que a instituição tenha esse plano.*
- C204: *Não me recordo de ter participado não da elaboração do plano, não. Mas tenho assim em mente que sempre essas discussões são enviadas pela diretoria de comunicação, mas não me recordo de ter participado.*
- C201: *Eu também não participei, como eu disse, comecei esse ano. Também não conheço o documento.*
- C203: *Também não participei da elaboração desse plano.*

Conforme relatado pelos participantes, mesmo em relação aos membros que estão na comissão desde a primeira constituição, observa-se relatos que não fizeram parte da construção e desconhecem o Plano Estratégico de Permanência e Êxito. Analisando o sítio institucional do IF Goiano, o documento em questão não se encontra disponível, o que pode indicar que o documento supracitado ainda possa estar em fase de construção.

Em relação ao trabalho desenvolvido pela CPE, foi perguntado qual a periodicidade das reuniões e quais ações estão sendo desenvolvidas para diagnosticar possíveis causas da evasão e medidas para minimizá-la. Obtivemos os seguintes relatos:

- C102: *[...] temos nos debruçado em observar os dados que foram coletados nos anos anteriores, para identificarmos o que funcionou, o que não funcionou, onde podemos melhorar, onde precisamos mexer. E, agora, estamos escrevendo um material, um livro com apoio do IF Goiano [...] onde estamos abordando esse trabalho que foi realizado em anos anteriores. Então, quando paramos para fazer essa pesquisa, observamos quais os fatores que mais influenciaram na evasão e na retenção, nesses anos anteriores. [...] A partir das respostas o campus foi pensando nas ações para dar resposta aos problemas que foram encontrados nesses questionários. Além disso, tem outro documento que acho importante e que precisamos até estudar mais, que é um documento que tive acesso aqui na GAE, na Gerência de Assistência ao Educando, que é um documento elaborado pela nossa Assistente Social, na qual consta um balanço das bolsas e auxílios ofertados nos anos anteriores aqui no campus.*

Estávamos observando esses dados de ofertas de bolsas e auxílios, e que foram pensados justamente na tentativa de dar uma resposta a esses problemas, e fazendo uma comparação com os dados da Plataforma Nilo Peçanha, relacionados com as taxas de evasão no IF Goiano, e também no campus. Fizemos um recorte da situação do campus para ver se realmente foram efetivas essas ações, se funcionaram mesmo ou não. [...]. Observamos que essas bolsas e auxílios ofertados pela assistência estudantil, foram importantes no processo da diminuição das taxas de evasão e retenção. [...] Na Plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2019, que se refere ao ano base de 2018, tínhamos uma taxa de evasão, por exemplo, de 30,7% nos técnicos, 8,2% na graduação e no bacharelado e mais 20,56% nas licenciaturas aqui do campus. Já em 2020, ano base de 2019, tivemos uma diminuição da taxa de evasão nos casos dos técnicos, por exemplo, que diminuiu quase 27%, indo de 30,7 para 2,9%. Observamos também uma diminuição brusca nos números relacionados à graduação, tanto no bacharelado quanto na licenciatura. Podemos tentar fazer uma relação nesse sentido, em que essas ações de alguma maneira surtiram algum efeito. Isso significa que os dados que aparecem nesse documento mostram que os alunos que receberam auxílio ou bolsa, eles tendem a permanecer mais tempo na instituição, tendem a se formar, a concluir o curso. E, a partir das outras ações implementadas no campo mais geral tal como, por exemplo, melhorar a comunicação das coordenações e da assistência estudantil com os alunos. Se não escutarmos os alunos, não conseguimos ter essa percepção do que mais afeta no seu dia a dia, seja o aluno que é alojado, seja um aluno que recebe um auxílio ou bolsa, seja principalmente um aluno que não recebe nenhum auxílio ou bolsa, que está com nota baixa. Observar porque a nota está baixa, será que é por conta de uma dificuldade de aprendizagem, ou tem algum problema socioeconômico por traz, ou será que existe algum problema no âmbito da saúde mental desses alunos? Então, é uma análise que temos sempre que pensar em fazer de uma maneira mais completa possível, para termos essa percepção do que mais atinge o aluno, e, a partir daí, pensarmos nas ações. Penso assim tentando resumir que, de alguma maneira, a comissão vem funcionando nesses últimos anos. Temos tido resultados que podem ser observados em números. Vemos a taxa de evasão diminuindo ao longo dos últimos anos, e também na própria percepção que temos dos alunos, quando conversamos a respeito do tema com eles. Então, de alguma maneira, as ações que foram implementadas no âmbito da permanência e êxito vêm funcionando [...].

- C106: *De prática, o que temos feito aqui, assim que percebemos que vai acontecer uma evasão ou transferência, solicitamos que esse aluno preencha um formulário, onde ele informa as causas da evasão, e, geralmente quando conseguimos captar essa situação, a secretaria do ensino médio age e então conversamos com esse aluno. Geralmente alguém do apoio pedagógico tem uma conversa, discute sobre essa decisão de evadir, para tentar convencê-lo de continuar. Então, essa é uma das ações que tenho acompanhado aqui. Outra situação é quando o aluno faz o contato, conversa, desabafa a respeito da situação, pergunta, pede algumas orientações a respeito, e, assim, muitos casos temos conseguido evitar por conta disso. [...]. Percebemos que existem problemas maiores com o aluno, como já aconteceu aqui umas duas vezes, em que mães ligam e relatam sentir que o filho está muito desmotivado, está com muitos problemas, não consegue estudar. Isso, por incrível que pareça, está acontecendo com muita frequência. O aluno não tem força para estudar, e, quando se depara com a quantidade de tarefas para fazer, se assusta. Também já tivemos casos de mães que ligam chorando, desesperadas. Diante*

disso, encaminhamos para Assistência Estudantil, para falar com a psicóloga, para uma conversa mais orientativa. Nesse momento de pandemia, estamos disponibilizando esse atendimento via Google Meet. A assistência estudantil tem mostrado ter um papel importante nesse momento, dando apoio a esses alunos [...].

C103: *[...] essa percepção de percebermos de forma mais rápida em que um aluno começa a comentar com os colegas que vão sair... quando um professor ou um coordenador consegue perceber isso, geralmente uma conversa prévia costuma resolver. Porque muitas vezes começa assim, com uma insatisfação, em que ele não consegue acompanhar uma disciplina ou outra, e aí, com orientação, esse aluno consegue retomar à condição. Pode ser que seja uma disciplina que desestimula ele, e, quando percebemos isso no começo, conseguimos manter esse aluno. Pela configuração do Campus de Morrinhos e de Ceres, em que são mais longe da cidade, isso costuma ser uma reclamação, mas não é o fator principal de evasão. Às vezes, os alunos usam esse argumento de que está com dificuldade com o transporte, ou mesmo pelo fato do curso ser integral. Mas, quando o aluno já está instalado, geralmente começa uma insatisfação com algumas coisas, e aí, eles vão tornando esse sentimento grande. Acredito que seja importante esse acompanhamento da comissão de permanência e êxito e das coordenações, pois, quando percebe no início alguma insatisfação do aluno, neste momento ainda é possível trazer ele de volta. O que não é possível é reverter situações em que o aluno ficou doente, e teve que sair para se cuidar. No nosso campus, isso já aconteceu. Por conta do ensino integral, às vezes, perdemos alguns alunos mesmo, mas, normalmente, o acompanhamento de perto desses alunos do técnico que não é uma tarefa fácil de ser feita. Percebemos com isso, acredito, que diminuiu cerca de 70% dos problemas de evasão. [...] A insatisfação do aluno do ensino médio começa a ser perceptível dentro da sala de aula, e, se atuarmos neste momento, conseguimos reverter isso. Agora, nesse momento de Pandemia, o trabalho do apoio pedagógico tem sido fantástico, temos conseguido falar com os alunos, apesar do distanciamento. Com isso, certamente que vamos perder vários alunos, por vários motivos, por conta da demora nessa percepção de insatisfação, em que, quando o aluno começa a ir muito mal em uma disciplina, ele já começa a deixar as outras também. O acompanhamento de perto, e o uso de questionários, nos norteia para onde devemos observar. Vejo que isso é muito importante para os alunos do ensino médio. Então, a ação de comunicação, ela é extremamente importante para esses estudantes.*

C104: *[...]. Devemos compreender que o aluno já ingressa com dificuldades, porque vem de escolas que o deixou com deficiências. Essa é uma realidade que, às vezes, ele nem sabe escrever direito, nem somar e calcular, mas eles entraram. Nós temos que trabalhar com esses jovens, tirar deles o melhor. Nós temos um nível de professorado de excelência, de nível de excelência, mestres e doutores. São poucos os que tem só especialização. São professores de nível de excelência. Um fator que nos ajuda, mas ao mesmo tempo tem algum impedimento, é a relação professor-aluno, fundamental para que o aluno se sinta acolhido, sinta com vontade de continuar. A forma como se fala com o aluno, que seja no presencial ou que seja no mundo digital, tem que ter um diferencial, porque, se não tiver esse diferencial, o aluno se sente que 'o outro' não está ouvindo. É claro que nossos jovens chegam sempre reclamando, eles gostam de falar: 'eu não sei isso', 'está tudo difícil', todavia, ele tem capacidade. O professor tem condição de dizer ao aluno que ele é capaz, 'está difícil está, vamos tentar, faça de novo'. Nesse mundo em*

Pandemia, temos que ter um diálogo contínuo de incentivação e motivação. Os nossos professores precisam de ter essa compreensão, e estão aprendendo muito porque também estão se adaptando a uma realidade que nunca viveram. Eles estão aprendendo também a se adaptar à realidade de como tratar o aluno, de como ouvir o aluno, e conscientizá-los para que sigam as regras. Mas, como saber como dizer a esses meninos que eles têm capacidade, que eles conseguem vencer as dificuldades, independente da nota? Sobretudo, eles têm que querer vencer esses desafios. A nota é uma consequência do processo de aprendizagem. A avaliação é uma consequência, ela virá, mas virá com a vontade do processo do querer aprender, do desejo de querer saber que o professor está ali, que o professor está nesse sentido de mostrar o conhecimento. Assim, o que nos leva a vencer a evasão é um processo de relação, relação humana, tanto no mundo digital quanto no mundo presencial [...]. Vale mencionar que o NAP (Núcleo de Atendimento de Apoio Pedagógico), no início do ano, eles fazem um questionário (diagnóstico) com todos os alunos de primeiros anos, para verificar as dificuldades de aprendizagem. E esses relatórios, hoje, têm nos ajudado analisar, e até fazer um projeto com alguns alunos com dificuldades. Com base nesses relatórios, fizemos gráficos, analisamos e identificamos desde as habilidades que eles têm de tocar, de pintar, até algumas dificuldades nas disciplinas, quais disciplinas tem mais dificuldades. Percebemos que existem alguns que tem problemas por conta do uso de alguns remédios, outros têm problemas psicológicos, e, assim, verificamos se precisam de atendimento psicológico, ou não. Então, os primeiros anos passaram por esses diagnósticos no início do ano letivo, antes da pandemia, e, o uso desses questionários têm nos ajudado. Agora, nós estamos executando projetos em cima dessas análises que temos feito.

C202:

Esse ano está sendo muito atípico. A nossa comissão foi formada e logo começou o período de Pandemia. Acredito que esse ano está sendo bem complicado para julgarmos as ações. Mas, em relação às reuniões, estamos tendo as reuniões com a comissão central da Reitoria, acho que uma vez por mês a gente se reúne. Nos reunimos algumas vezes porque estamos escrevendo o capítulo do livro daqui do campus [relacionado com a permanência e êxito dos estudantes ...]. Cada campus, cada comissão, está escrevendo um capítulo de livro relacionado então as ações da comissão no campus. [...] Agora, estamos nos reunindo um pouquinho mais para falar da nossa participação no [evento] integra, em que teremos o primeiro Seminário da Permanência e Êxito do IF Goiano nesse evento, que vai acontecer no dia 25/11/2020. Em relação às ações, esse ano, pelo fato da pandemia e estarmos com aulas remotas, acredito que as ações [da comissão] têm acontecido de forma contínua. As ações no ensino incluem as que estamos ligando diariamente para os alunos, para saber o que está acontecendo, porque não estão participando. Temos ainda a comissão de atividades a distância, que também tem essa preocupação. Temos aplicados formulários aos alunos e aos professores, para verificarmos, tanto o lado do aluno e o lado do docente, as questões relacionadas às aulas a distância, e motivando a continuarem. Temos também as ações desenvolvidas pela assistência estudantil. [...] Outras ações são: o empréstimo de computador, o auxílio conectividade que tem sido ofertado aos alunos, o apoio pedagógico ajudando os alunos a se organizarem com os estudos. Essas são ações que todos nós, participantes dessa comissão de permanência e êxito, e que também temos atuado em outras comissões, para tentar então diminuir a evasão neste ano atípico. Tudo isso tem ajudado. [...] Se fosse-me perguntado, pelos relatórios que a gente aplica em relação a evasão dos nossos alunos, o fator principal apontado era sempre

o transporte, porém, esse ano não temos o transporte, e aí, percebemos que existem agora a questão das aulas remotas [...].

- C204: *Sabemos que existe uma diversidade de fatores que interferem, e isso é bastante óbvio. Mais, uma das questões que, até pouco tempo atrás, a nossa instituição ainda deixava a desejar, do ponto de vista meu, mas que inclusive esse ano foi realizado, foi o encontro de egressos. [...] Penso que isso ainda é um “calcanhar de Aquiles” na instituição. O acompanhamento dos egressos não é nada fácil. Então, isso não é uma crítica, é só uma observação de uma impressão minha e eu falei da nossa instituição, porque eu sempre entendo que não é culpa de um ou de outro, de um gestor específico. [...] Lógico que pode ter outras coisas também que faltam para a instituição realizar, efetivar de maneira mais consolidada, as políticas, mais imagino que, ainda sinto falta disso. Saber o que nossos egressos estão fazendo, se estão empregados, ou o que isso tem acrescentado em suas vidas. Não adianta discutir o êxito só na perspectiva do mundo do trabalho, mas também na perspectiva da vida das pessoas, o que mudou... [...] Já escutei, e quem trabalha na secretaria deve escutar até mais do que a gente, por exemplo, relatos de mulheres que tinham que abandonar a escola por ciúmes do marido. Eu costumava chamar isso nas nossas discussões dos empoderáveis da vida. Então é assim, são tantas coisas que interferem, e alguns, às vezes, não conseguimos captar, porque nem sempre as pessoas estão dispostas a expor realmente o que está afastando ela da escola. Então, nesse exato momento, a gente está vivendo um cenário em que muitas pessoas, jovens, pessoas mais velhas no caso dos cursos superiores, estão se afastando da escola. Mas será o que é isso? Será que é só mesmo desgosto de acompanhar uma aula remota? É a falta de tempo, que também é bem contraditório porque, em tese, agora estamos tendo mais tempo? Mas agora criou-se uma nova preocupação em que agora a vida dos professores está mais difícil. Assim, a cada cenário que muda, sempre se constrói barreiras para justificar o retrocesso. Essa é a impressão que eu tenho.*

- C203: *As nossas reuniões têm sido mensais. E, assim pensando nas ações que já foram realizadas a partir da aplicação dos questionários de evasão e permanência pela comissão anterior, vimos relatado que o campus adotou as monitorias para os alunos com dificuldades acadêmicas. Tivemos também a mudança no quadro de horário de aulas por conta de questões relacionadas ao transporte e pela dificuldade desses alunos acordarem muito cedo, considerando que temos alunos de várias cidades [...].*

Com base nas falas, observa-se a realização de ações para minimizar a evasão nos *campi*. Entretanto, conforme relatado por alguns participantes, ainda falta o engajamento de todos os setores, especialmente os ligados diretamente ao departamento de ensino, no envolvimento, nas discussões e na execução das ações de apoio à permanência e êxito, de modo que todos possam contribuir para o enfrentamento dessa problemática.

O próximo questionamento indagou se tem sido feito algum trabalho para envolver a comunidade (docentes, técnicos-administrativos e discentes) para participar das ações da CPE, direta ou indiretamente. Os relatos evidenciaram o seguinte:

- C101: *[...] No Campus Ceres é rotina se reunir no mínimo uma vez por ano, desde de 1995, como ação de interação com a comunidade. A reunião de pais e mestres é voltada para os cursos técnicos e chega a lotar nosso auditório com 780 lugares. Nos últimos três anos temos feito a reunião também no mês de agosto, para aqueles alunos que tem baixo rendimento. Assim, no mínimo, são duas reuniões com os pais ao longo do ano. Agora, com a Pandemia, as reuniões com os membros da equipe pedagógica estão sendo semanal, ou quinzenalmente. Fora da Pandemia, essa reunião era mensal, no mínimo ocorria uma vez por mês. [...] Com os pais, além dessas duas reuniões, tivemos momentos em que convocamos os pais que não compareceram na reunião [...], pais estes em que os filhos estavam com baixo rendimento... o pai que não compareceu na reunião, que estavam ausentes, ele teria que entrar em contato com a instituição... Assim, acompanhamos por um período esses pais, para verificarmos se entrariam ou não em contato. O que percebemos nessas ligações que agora estão ocorrendo na pandemia, é que alguns alunos querem falar pelos pais, além do fato de que alguns pais acham que os filhos estão no computador estudando, mas eles não estão no computador estudando, eles estão no computador fazendo outras coisas [...]. Então são esses ciclos de reuniões. [...] As reuniões de coordenação de curso e da assistência estudantil estão promovendo várias ações. Com relação aos alunos alojados, anteriormente à Pandemia, tínhamos um acompanhamento mensal, com a assistência estudantil. Também promovemos reuniões específicas para tratar sobre os alunos que estão com baixo rendimento, e, às vezes, os pais são convocados para participarem.*
- C102: *[...] Temos muitas ações. Pesquisas desenvolvidas no campo da permanência, que envolve a permanência. Só que falta, em alguns momentos, uma articulação maior entre essas estruturas que existem. Temos uma comissão de impactos aqui no campus, por exemplo. Temos a GAE (Gerência de Assistência Estudantil) que trabalha isso. Existe ainda a comissão de permanência e êxito, o apoio pedagógico, o NAPNE... então temos uma série de estruturas que tem discutido a necessidade de maior articulação, porque cada um está pensando de uma forma essa questão do impacto da evasão. Falta, em algum momento, termos uma articulação maior. Isso é algo que estamos discutindo, e, inclusive, vamos propor algo à comissão que está trabalhando na revisão do Regimento Interno do IF Goiano.*
- C203: *A comissão local e a comissão central, elas instituíram esse Seminário [de Permanência e Êxito] dentro do Integra, para mostrar as ações para comunidade acadêmica e externa do que tem sido feito nos campi do IF Goiano. O que estamos fazendo para conter as evasões, e quais que são as dificuldades e os problemas encontrados.*
- C202: *Quando aquele questionário [de permanência e êxito] foi aplicado, tanto aos docentes quanto para os alunos, para escutar dessa comunidade (docentes, alunos e também técnicos administrativos, enfim, para toda comunidade acadêmica) para que todos pudessem apontar os fatores de evasão. Acredito que, nesse sentido, a comunidade toda foi ouvida, e, somado a isso, o contato que temos direto com os alunos (em especial, nesse ano de Pandemia), nos ajuda compreender o que tem motivado eles a saírem. Os servidores que atuam na secretaria também têm aplicado um formulário de evasão aos alunos que solicitam trancamento ou quando solicitam a transferência. Com isso, sabemos melhor os motivos que estão levando eles a saírem nesse ano. [...] Com relação às ações, estamos tentando, a partir dos apontamentos que*

foram feitos no questionário, compreender melhor tudo isso, para melhorar a vida dos nossos alunos [...].

A partir das falas anteriores é possível perceber que este é um ponto que necessita ser melhorado, pois falta ainda o envolvimento maior da comunidade tanto interna (docentes, coordenadores de curso, servidores técnicos administrativos e discentes) quanto externa (pais e responsáveis) nas ações desempenhadas pelas comissões. Nesse sentido, o diálogo deve ser visto como uma estratégia fundamental no combate à evasão, pois, ouvir tanto os servidores do departamento de ensino como também o próprio estudante, sobre a contextualização do problema, contribui para se pensar nas ações necessárias para a permanência do estudante na instituição.

Na sequência, perguntamos quais as causas da evasão que eles percebem com maior frequência no *campus*, não somente como membro da CPE, mas também como profissional da educação. Alguns participantes relataram sobre esta questão:

- C101: *[...] Definimos as causas entre três escalas: 'fatores internos', 'fatores externos' e... tinha um outro, acredito que era 'outros fatores' [...]. Transporte é uma causa que tem sido [...] observada, e, está associado a dois motivos que leva o aluno a se evadir. Motivo 1: os alunos têm que acordar entre 5 e 4h da manhã para vir estudar e chega em casa lá pelas 19h, o que se torna difícil. Motivo 2: [...] o custo do transporte. Assim, quando falamos em transporte, penso em duas coisas: deslocamento (tempo de viagem, ida e volta) e o custo financeiro com o transporte. Outra questão que está se tornando mais favorável para nós é que, antes, os alunos não vinham com uma dinâmica de curso integral [...], por isso, tinham dificuldade de se adaptarem ao curso integral. Percebíamos que, historicamente no pós carnaval, a evasão aumentava, e que no Campus Ceres, tínhamos uma, duas, ou três semanas de aulas antes do carnaval. Depois, muitos alunos não voltam. Agora, muitas escolas de fundamental começaram a ter ensino integral, e, com isso, percebemos que eles têm se adaptado melhor no primeiro ano [...] pois já entram na nossa instituição acostumados com essa dinâmica [de tempo integral...].*
- C104: *[...] Não temos como fugir da questão do transporte, mas, também temos o problema da complexidade dos conteúdos e da dificuldade de aprendizagem que os alunos trazem. Primeiro, fator externo, é quando eles trazem uma realidade de conhecimentos muito precária. Outro, fator interno, é a metodologia ou a didática das aulas que são diferentes do que já estavam acostumados [...]. Então, dificuldade de aprendizagem, a metodologia, a didática das aulas e também o processo de adaptação da carga horária semanal de aulas [são fatores que levam à evasão], porque os alunos [ingressantes] estão acostumados a ter só um horário de aula, aí, quando eles vêm para o IF, eles têm dois horários. Isso também pesa um pouco, até eles se adaptarem. O excesso de carga horária das aulas também pesa um pouco nessa realidade como um fator de evasão, todavia, bem menos que os outros, porque há um processo de adaptação, mas é um fator que não deve ser desprezado. Com relação a dificuldade da rotina escolar, eles têm*

monitoria... então, é um processo que temos que trabalhar muito de perto para que eles não evadam, pois, essa adaptação da rotina escolar de uma escola completamente diferente é difícil. Por último, acredito que pesa muito também a falta de identificação com o curso. Percebemos alunos que queriam fazer outro curso, e esse outro curso não é ofertado aqui. Como não tem essa opção desejada, mas ele quer fazer no nível Federal, eles vêm cursar o que temos. Com isso, às vezes, eles têm um certo choque em relação as dificuldades que se apresentam, mas também é um fator que leva à evasão, mas com menor incidência.

- C108: *O maior problema da evasão, principalmente no ensino médio, a meu ver, é essa dificuldade de adaptação do aluno. Acredito que a demora na atitude para resgatar o aluno [propenso à evasão], que não ocorre de imediato [é um problema a ser melhorado]. Não dá tempo de resgatar esse aluno, às vezes, o problema é repassado ao pedagógico, que depois passa isso para outra pessoa, e, assim, são muitos caminhos [até que o problema seja resolvido]. Como temos muito serviço, às vezes, não dá mais tempo de resgatar esse aluno. Vejo isso. [...] Outra questão refere-se ao acolhimento, que é essencial para o aluno poder ficar do ensino médio, principalmente porque é muito difícil ficar na escola. Digo isso, pois o Campus Ceres é muito distante [do local de residência do aluno], e existe essa dificuldade do distanciamento da família, porque cada vez mais esses alunos estão chegando aqui [na instituição] cada vez mais novos. Isso é muito complicado. Temos que ter uma estrutura muito grande para segurar os estudantes aqui, pois o ambiente da nossa escola é muito diferente. Essa mudança de adaptação de escola que eles eram acostumados para o ensino integral do IF, isso é muito complicado para os alunos... até com relação à alimentação, tanto é que a imunidade desses meninos fica baixa demais no começo. É comum os casos de adoecimento, porque é muita mudança de uma vez só. Preparamos pouco eles. Apesar de termos a semana do acolhimento, esse momento de integração restringe-se a somente três dias. A meu ver, isso é insuficiente, porque é uma mudança muito grande e muito brusca em todos os sentidos... é um desmame, é um estresse em tudo, é mudança de ambiente, mudança da comida, mudança de sala [...]. Então acredito que essa ambientação teria que ser realizada em um tempo maior, pois temos muitos alunos diferentes, e isso não era assim, na escola anterior. Como ingressam alunos de vários lugares distintos, esse processo é complexo, tanto é que falo 'se vocês conseguirem passar o começo, vocês vão ser muito mais fortes'. Enfim, na minha visão, teríamos que encontrar mecanismos mais ágeis para nos comunicarmos com os nossos alunos [...].*

- C202: *[...] O que levam os alunos a saírem do Campus [Morrinhos] é esse desconforto de aulas o dia todo, [questões relacionadas ao] transporte, e, agora, as aulas remotas [...].*

Ao observar atentamente as falas dos participantes, nota-se que o transporte escolar, as dificuldades de aprendizagem, a dificuldade de adaptação ao ensino integral, e a relação professor-aluno, são fatores que influencia na evasão escolar. Outra questão muito evidenciada pelos membros refere-se à importância do acolhimento como fator motivador para a permanência que, apesar de ser realizado conforme já apontado anteriormente pelos

participantes, ainda assim falta uma consolidação dessa ação, para que realmente se torne efetiva e eficiente.

A respeito dessa questão, os dados obtidos com os estudantes evadidos indicaram que os fatores externos como o transporte, a distância da família, e as dificuldades financeiras, foram os que mais contribuíram para a evasão. No entanto, apesar dos fatores externos terem um peso maior no processo de abandono do estudante da instituição, não se pode esquecer que são os fatores internos como o acolhimento, o auxílio nas dificuldades com o processo de ensino-aprendizagem, a oferta de auxílios e bolsas para os estudantes vulneráveis socioeconomicamente, que efetivamente contribui com as condições de permanência do estudante. Outro questionamento levantado sobre quais as principais dificuldades encontradas no desempenho dos trabalhos inerentes à CPE. As falas abaixo sinalizam estas dificuldades:

C102: *[...] A primeira dificuldade que particularmente tive foi em entender o porquê dessa comissão existir, qual era a função da comissão e como ela surge, em que contexto ela surgiu. E, por isso, foi importante o documento que um colega, quando estava como gerente de ensino na época, compartilhou conosco, trazendo um resgate histórico de funcionamento da comissão, desde 2015, enfim, desde o documento da SETEC, para além das informações que já existiam no site institucional, além das memórias dessas reuniões. [Com isso, tivemos uma compreensão de] como surgiram essas ações, essas ideias e como se deu a criação da comissão em si. Compreender tudo isso, para mim, foi um primeiro ponto de dificuldade. Um outro problema que identifiquei e que acredito ainda existir (e que a gente precisa pensar urgentemente em resolver), refere-se à articulação das estruturas existentes no Campus [Ceres]. Tem diversas estruturas que pensam essa questão da permanência e êxito, que pensam a questão da evasão [de forma não articulada]. Temos o NAPNE, o NAP, o NEABI, e a assistência estudantil. Só que falta uma maior articulação, todavia, vejo que esse problema não é exclusivo daqui, ou seja, é um problema geral, em que todos os campi onde que existe comissão de permanência e êxito enfrenta. A comissão de permanência e êxito funciona, me parece, mais como uma comissão de pesquisa, para pesquisar os problemas e pensar ações. Percebo que falta essa articulação mais efetiva. Talvez devêssemos pensar na criação de uma estrutura [específica], dentro da estrutura dos campi, ou até mesmo repensar o formato da comissão de permanência e êxito, com uma estrutura unificada, que consigamos unificar essas diferentes estruturas que tratam essa questão [da permanência e êxito]. Assim, teríamos uma articulação maior de ideias, de percepções a partir do que cada estrutura dessa enxerga essa questão da evasão. Por exemplo, o NEABI está pensando na evasão no recorte das questões étnico-raciais, como os estudantes cotistas estão sendo afetados com relação ao problema da evasão. A GAE pensa na questão dos alunos que estão alojados, enfim, pensa neles de uma maneira geral. Então, acho que temos como melhorar essa articulação, talvez, esse seja um dos principais desafios que nós temos e teremos pela frente.*

C101: *[...] O que vejo de dificuldade é a sistematização dos dados para resultar não só em números, mas sim, resultar em ações concretas. Talvez, essa seja a*

maior dificuldade da comissão de permanência e êxito [...]. Temos que representar isso em números, [mas também compreender melhor isso], para podermos agir, de forma [mais efetiva]. Quando isso é perguntando [algo relacionado a isso] a mim ou outro membro da comissão, sabemos responder, orientar o aluno que está com dúvida, onde ele deve ir, o aluno que é do [nível] superior deve conversar com fulano, o aluno que está com problemas psicológicos deve procurar a psicóloga, o aluno que está com dificuldade [deve ser direcionado ao] NAP, mas... e como essas informações chegam para o aluno? Para o aluno chega isso? Será [que essas informações] chegam a ele antes dele sair da instituição? Como informar [tudo isso aos nossos estudantes] para que eles possam sistematizar.

C204: *Tenho a impressão que falta talvez também engajamento do corpo de servidores, porque muitas das vezes [isso] fica nas costas de algumas pessoas, alguns representantes, por exemplo, de uma comissão, mesmo que seja local ou centralizada na Reitoria, [para] dar conta de resolver essas questões da permanência e êxito. Imagino que isso envolve todos os servidores direta ou indiretamente. Nós teríamos que imaginar que a participação efetiva de todos é que conseguiria assim surtir melhores resultados, e, muitas vezes, parece que é só um compartimento da instituição, um setor, e que ninguém mais tem responsabilidade de trabalhar essas questões [da evasão]. Então, acredito que essa falta de engajamento ou, às vezes, não digo nem falta, acho que a compreensão de que todos nós estamos nesse mesmo barco [seria importante...]. Não dá para pensar a permanência e êxito como se fosse uma responsabilidade da gestão, única e exclusivamente. Por isso que é sempre bom usar o pronome ‘nossa instituição’, porque não é de quem está na gestão. [...] Enfim, os gestores passam e a instituição fica. O que adianta um pensamento egoísta e, às vezes, só para criticar, sem construir nada. É muito fácil alguém por defeitos, mais complicado é propor ações e se envolver nessas ações [...].*

Com base nos relatos, percebe-se que a dificuldade possa estar relacionada a inexistência do Plano Estratégico de Permanência e Êxito, que dê um norteamento para as comissões desempenharem suas atividades. Outro ponto importante está relacionado à falta de engajamento, tanto dos servidores da instituição como da comunidade externa nas ações de enfrentamento à evasão. Conforme consta nos relatos de alguns participantes, em ambos os *campi*, observa-se que existe a compreensão de que esse envolvimento é fundamental para se pensar, agir e combater a evasão escolar. Pode-se acrescentar também a falta de espaços de discussão e formação, tanto para os integrantes das comissões bem como para toda comunidade interna e externa, acerca da temática da permanência e êxito escolar.

Por fim, perguntamos aos participantes se existisse uma cartilha contendo um protocolo com orientações aos servidores sobre como lidar com a questão da evasão, se isso poderia ajudar na abordagem aos alunos propensos a evadirem. Em ambos os *campi*, obtivemos sim como resposta, conforme evidenciado em alguns relatos:

- C101: *Sim, [isso seria] muito importante. Acredito que se essa informação chegar de forma mais clara, e de forma institucional, poderia ajudar para que o aluno, ao entrar no IF Goiano, possa compreender a política que ele tem que observar.*
- C102: *Acho importante também termos isso [...]. A meu ver, a primeira pessoa que [se depara com] a possibilidade de evasão está dentro da sala de aula, [ou seja,] é o professor. Quando temos a possibilidade de transformar essa percepção imediata, ali do professor, ou mesmo de algum outro servidor [...], talvez, criar um mecanismo neste sentido, em que consigamos sistematizar essa informação e chegar [de forma] mais rápida, para daí sim pensarmos de maneira preventiva. Acredito que é uma coisa que temos que ter em mente, que temos que pensar no problema de forma preventiva, e tentar resolvê-lo antes dele acontecer, ou seja, não esperar [o problema] acontecer. Temos que pensar [retrospectivamente] para melhorarmos daqui para frente, pensando enquanto o problema está ocorrendo de forma que consigamos evitá-lo.*
- C202: *[...] Existe uma ferramenta de qualidade da área de alimentos que eu acho que enquadra para todo mundo, que é o diagrama de Ishikawa. Ele é uma ferramenta de causa e efeito para saber tratar todas as causas, o que motivou a acontecer os problemas. [...] Dentro da cartilha, [seria interessante] abordar a questão dos fluxogramas. É como você disse, [quando] o aluno solicita o documento [de transferência], e aí? O que a gente faz agora? Direciona para onde? Esse fluxograma acredito que seria bem interessante, porque muitas pessoas [compreendem melhor] visualmente. Esse é um diagrama [que sugeri poderia ajudar, pois] chama mais a atenção para quem vai ver o material educacional gerado.*
- C201: *Como você vai falar das ações, [seria interessante se também] falar da equipe multidisciplinar que temos no campus para atender os alunos: o apoio pedagógico e psicológico, a assistência estudantil, as residências. Falar desses programas que podem ajudar os alunos, e também sobre as bolsas que o IF oferta para os alunos.*

A partir das falas, observa-se que há uma preocupação com a permanência escolar em ambos os *campi*, porém, essas ações são executadas de forma pontuais, de forma isolada, ou mesmo compartimentada em um ou noutro setor. Nesse sentido, aponta-se para a importância do envolvimento de todos os sujeitos (docentes, coordenadores de curso, servidores técnico-administrativos, discentes e pais) nas ações de apoio à permanência e êxito escolar. Evidenciamos também que, em ambos os *campi*, a ausência de um instrumento ou material de apoio para dar subsídios na atuação das comissões bem como dos demais servidores atuantes no departamento de ensino. Verificamos ainda que falta uma padronização na abordagem ao aluno que se manifesta em evadir, e, quando a abordagem é realizada, ela não é sistematizada, o que pode comprometer sua efetividade.

Assim sendo, a partir dos relatos anteriormente apresentados, percebemos a importância de se criar um material que possa contribuir com o trabalho realizado pelas Comissões de

Permanência e Êxito no enfrentamento à evasão escolar, bem como auxiliar novos membros que forem nomeados para atuar na CPE e que, muitas das vezes, desconhecem sobre a função da CPE, como se deu o processo de formalização da comissão, quais ações podem ser desenvolvidas para a contenção e mitigação da evasão escolar. Para tal, no próximo capítulo, trataremos sobre o desenvolvimento de um produto educacional que possa contribuir para que estes membros possam atuar de forma mais efetiva e proativa.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo, apresentamos as etapas de elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional fruto desta dissertação. É sabido que no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional, tem como um dos requisitos para obtenção do título de mestre a construção de um produto educacional, conforme exposto no artigo 15, parágrafo único de seu regulamento:

O trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação em formato tradicional ou de dissertação em formato de artigo, de acordo com a decisão da Comissão Acadêmica Local (BRASIL, 2019e).

A respeito dos mestrados profissionais na Área de Ensino, Leite (2018) pontua que estes necessitem:

[...] gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. O trabalho final do curso deve incluir um relato fundamentado dessa experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante. [...]. É obrigatório também que o produto educacional seja validado, registrado, utilizado nos sistemas de educação e que seja de acesso livre em redes online fechadas ou abertas, nacionais ou internacionais, especialmente em repositórios (LEITE, 2018, p. 331).

Para a construção do produto educacional referente a esta dissertação, utilizamos os resultados obtidos por meio dos questionários aplicados aos estudantes ingressantes e evadidos dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Ceres e do Campus Morrinhos, como também das informações coletadas por meio da realização dos grupos focais com as Comissões Locais de Permanência e Êxito dos dois *campi*. Além destes, nos embasamos nas pesquisas bibliográfica e documental sobre a temática da evasão escolar na EPT.

Ressaltamos também que o referido produto foi desenvolvido e validado de acordo com as propostas de Zabala (1998), Kaplún (2003), e Leite (2018). Coll (1986, apud ZABALA, 1998, p. 30-31) propõe uma forma de classificar conteúdos que tem uma grande potencialidade

explicativa dos fenômenos educativos, agrupando-os em conceituais, procedimentais ou atitudinais. Para o autor, a classificação “corresponde respectivamente às perguntas ‘o que se deve saber?’, ‘o que se deve saber fazer?’ e ‘como se deve ser?’, com o fim de alcançar as capacidades propostas nas finalidades educacionais”.

Para Kaplún (2003), um material educativo não é apenas um objeto que proporciona informação, mas algo que facilita e apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, de mudança e de enriquecimento, e, neste sentido, seu processo de produção é uma tríplice aventura: a da criação (que se relaciona com o eixo conceitual), a do próprio material (que se relaciona com o eixo pedagógico), e a do uso posterior (que se relaciona com o eixo comunicacional). Por último, Leite (2018) defende ser:

[...] necessário assegurar que os produtos educacionais criados sejam produzidos e avaliados de modo coletivo, considerando as especificidades do público a que se destinam; orientem-se por metodologia que contemple aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos; e sejam validados a partir de eixos e descritores definidos de acordo com as características de cada material textual (LEITE, 2018, p. 330).

5.1 Descrição do produto educacional

O produto educacional implementado trata-se de um documento intitulado “Guia de orientação para o enfrentamento à evasão escolar”, cujo objetivo é subsidiar a execução dos trabalhos das Comissões de Permanência e Êxito (CPEs), servindo assim como instrumento norteador para as ações de enfrentamento à evasão escolar e que já estão sendo desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal Goiano. Podendo ser utilizado, também, por todos os integrantes que compõem a comunidade escolar, particularmente, pelos docentes, visto que são os que podem, em primeira mão, observar as mudanças de comportamento dos estudantes rumo à evasão.

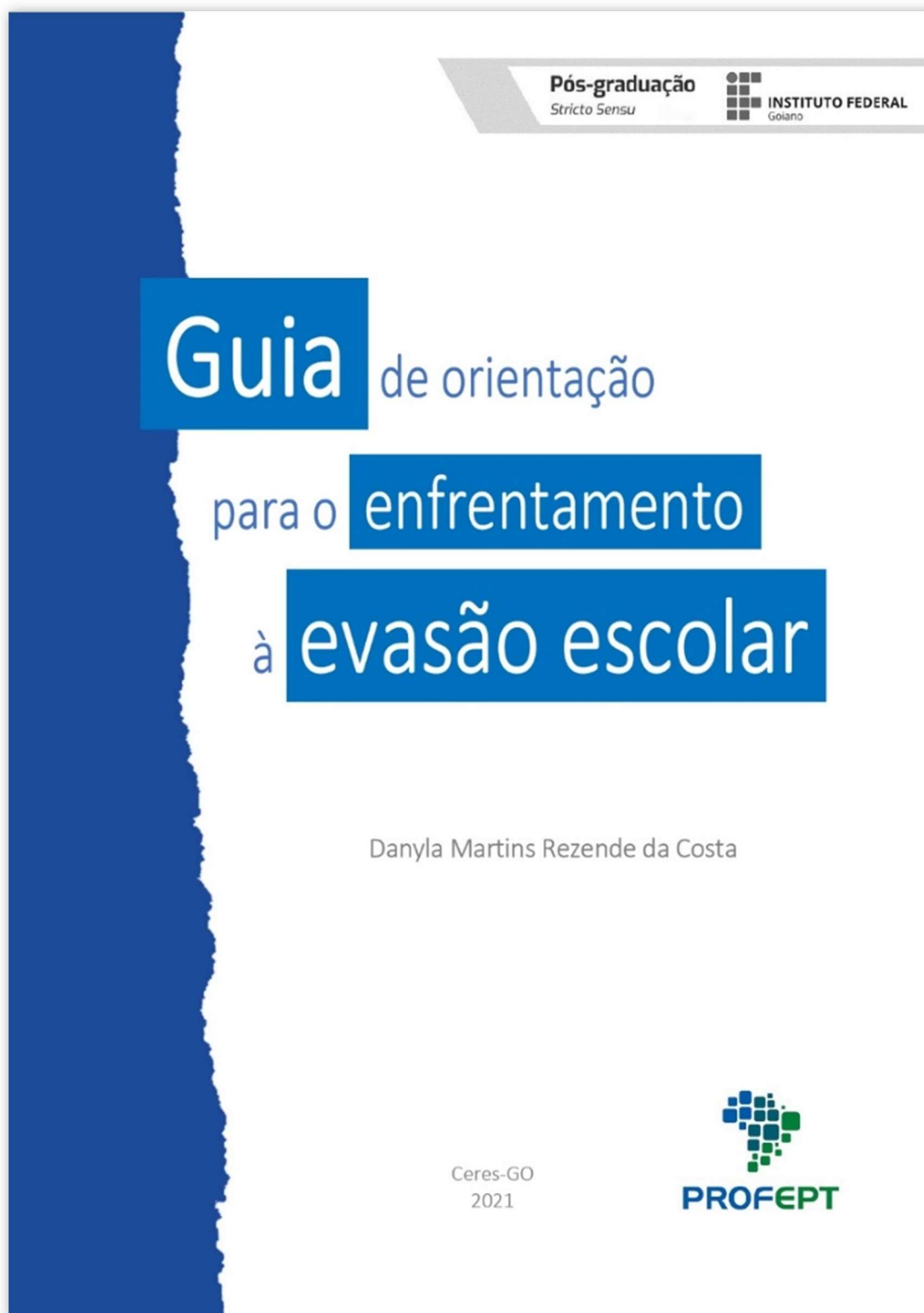
O guia que está sendo ilustrado pela Figura 1, possui 51 laudas, disponibilizado em formato PDF, como um *e-book*. Este produto foi licenciado com uma Licença *Internacional Creative Commons* versão 4.0 (CC BY-NC-SA 4.0)⁵, com atribuição não comercial, podendo

⁵ Licenças e instrumentos de direito de autor e de direitos conexos que permitem a cópia e compartilhamento com menos restrições que o tradicional "todos os direitos reservados". Trata-se de um conjunto de diretivas definido pela organização não governamental Creative Commons (CC). Estas diretivas fornecem a todos, desde criadores individuais até grandes empresas, uma forma padronizada de atribuir autorizações de direito de autor e de direitos conexos aos seus trabalhos criativos. Em conjunto, estes instrumentos e os seus utilizadores formam um corpo vasto e em crescimento de bens comuns digitais, cujo conteúdo pode ser copiado, distribuído, editado, remixado e utilizado para criar outros trabalhos, dentro dos limites da legislação de direito de autor e de direitos conexos, conforme for atribuído pelo autor (CREATIVE COMMONS, 2017, s./p.).

ser compartilhado originalmente ou com alterações, desde que referenciado o original, e que esta versão derivada também seja compartilhada sob as mesmas diretrizes legais, aqui descritas. Isso significa que o produto não tem quaisquer fins lucrativos, e, após ter sido avaliado e aprovado pela banca, este será depositado no repositório do IF Goiano e na Plataforma EduCAPES, e registrado como produto vinculado à essa dissertação.

O guia aborda o tema da evasão escolar por meio de algumas indagações, portanto, está estruturado da seguinte forma: i) O que é a CPE?; ii) A CPE no IF Goiano; iii) O que é evasão escolar?; iv) O que dizem as pesquisas sobre evasão escolar na EPT?; v) Quais as principais causas da evasão escolar que foram encontradas com a nossa pesquisa?; vi) Quais as consequências da evasão escolar?; vii) Como detectar sinais da evasão escolar?; viii) Em situação de dificuldade a quem o estudante pode recorrer?; ix) O que posso fazer para ajudar?; x) O que a instituição tem feito?; xi) O que ainda pode ser feito?; xii) Ações orientativas a CPE no enfrentamento à evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Figura 1 – Capa do produto educacional



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

5.2 Aplicação e avaliação do produto educacional

Após a elaboração do produto demos início a fase de aplicação e avaliação. Nesta etapa, convidamos a participarem os membros das Comissões de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos. Além destes, foram convidados todos(as) os(as) coordenadores(as) dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados nos dois *campi*. Devido a pandemia da COVID-19, este procedimento foi realizado por meio da ferramenta de *web* conferência *Google Meet*, a qual ocorreu no dia 24 de agosto de 2021. Primeiramente, fizemos a apresentação do produto educacional e, após a explanação, abrimos espaço para os participantes exporem suas opiniões, questionamentos, sugestões e críticas. Encerrada esta etapa, partimos para fase de avaliação do produto.

Na fase de avaliação, o documento contendo o produto educacional e um questionário *on-line* elaborado pela ferramenta *Google Forms* foram encaminhados aos respectivos *e-mails* dos convidados já citados anteriormente. O questionário eletrônico continha cinco perguntas, como segue: 1) Como você avalia a qualidade do produto educacional?; 2) Como você avalia a relevância do conteúdo abordado pelo produto educacional?; 3) Como você avalia a utilidade deste produto educacional para o propósito de auxiliar as Comissões de Permanência e Êxito?; 4) Como você avalia a linguagem utilizada neste produto educacional?; 5) Sua opinião é muito importante para nós. Utilize esse espaço para críticas, sugestões de melhoria e comentários sobre o produto apresentado. Quais aspectos poderiam ser melhorados?

A avaliação do produto educacional foi positiva, os participantes relataram sobre sua utilidade e relevância e destacaram que o produto proposto está bem explicativo em relação aos conceitos abordados, além de ter proporcionado um apanhado geral do que se trata a CPE e das ações que ainda precisam ser realizadas para conter a evasão. Destacaram ainda, que o produto poderá contribuir para nortear os trabalhos das CPEs no enfrentamento à evasão, podendo ser utilizado tanto nos *campi* de realização da pesquisa bem como nos demais *campi* do IF Goiano. Enfim, o produto mostrou-se adequado, útil e eficaz ao seu propósito, conforme havia sido planejado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar quais as motivações e expectativas dos estudantes ingressantes dos primeiros anos – dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Ceres e do Campus Morrinhos –, bem como verificar, junto aos estudantes evadidos, quais os fatores que os levaram a abandonarem o curso. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a - identificar os discentes matriculados no ano de 2020 e suas motivações e expectativas com a instituição e o curso escolhido; b - identificar os discentes evadidos no ano de 2018 e 2019 e quais os fatores e motivos que levaram ao abandono do curso; c - verificar como funciona a Comissão de Permanência e Êxito em ambos os *campi* e quais ações implementadas por estas comissões a fim de contribuir para a permanência e êxito dos estudantes; d - elaborar e propor um produto educacional que possa ser utilizado institucionalmente para minimizar a evasão escolar.

Tomando-se como base o delineamento e o planejamento da pesquisa, considerando os objetivos propostos, os resultados foram obtidos. A partir das análises dos dados coletados, verificou-se que para os estudantes ingressantes dos dois *campi* pesquisados, os principais fatores motivacionais apresentados para a escolha da instituição se deram em virtude do ensino médio gratuito de qualidade, pela pretensão de preparar para ingressar em um curso superior, pela influência da família e/ou de amigos e pelo renome e prestígio da instituição na região. Já para os estudantes evadidos, os principais motivos apontados foram o renome e tradição da instituição na região e a disponibilidade de refeitório gratuito aos estudantes. Em relação a escolha do curso, tanto os estudantes ingressantes quanto os evadidos, indicaram como principais fatores a identificação com a área técnica do curso e as perspectivas de mercado de trabalho.

No que se refere ao quesito expectativas, nota-se que, os estudantes ingressantes dos dois *campi*, possuem expectativas altas em relação à instituição, ao curso escolhido e em relação ao mercado de trabalho. Ou seja, eles demonstraram boas expectativas. Daí a importância de a instituição estar atenta a este aspecto, pois, conforme pesquisas já realizadas por Genari (2006), Martinelli (2014), Scacchetti, Oliveira e Rufini (2014), que tratam a respeito da motivação no contexto escolar, este é um fator que influencia na permanência e êxito, assim como na evasão escolar.

A pesquisa com os estudantes evadidos evidenciou que são vários os motivos que os levaram a evadirem, estando relacionados aos fatores individuais, internos e externos à

instituição. Verificou-se que estes fatores foram similares em ambos os *campi*. Dentre os fatores individuais, o de maior incidência relatado pelos estudantes evadidos do Campus Ceres foi o baixo desempenho no curso, a distância da família e as dificuldades financeiras. No Campus Morrinhos, o principal fator apontado foi o relacionado com as dificuldades financeiras, seguidas dos problemas familiares e das dificuldades de conciliar trabalho e estudo. Em relação aos fatores internos à instituição, tanto no Campus Ceres quanto no Campus Morrinhos, a dificuldade em conciliar todas as atividades propostas pela escola foi o mais apontado. Como fator externo à instituição, os estudantes evadidos citaram a distância da instituição e a dificuldade de acesso como sendo o fator predominante na causa da evasão, em ambos os *campi*.

Os resultados obtidos com este grupo de informantes corroboram com as pesquisas já realizadas sobre a evasão escolar em outras instituições da Rede Federal de EPT, que indicam estarem associados a um conjunto de fatores que influenciam nesse processo de abandono da escola. Sendo este, então, um processo cuja identificação dos fatores não é trivial. Portanto, é preciso um olhar atento da instituição nos sinais que o estudante transparece, antes de tomar a decisão de abandonar o curso.

Destaca-se que, apesar dos fatores externos terem um peso maior no processo de abandono do estudante da instituição, os fatores internos, como: i) o acolhimento aos estudantes ingressantes, ii) o acompanhamento do estudante ingressante ou veterano, iii) o auxílio aos estudantes em relação às dificuldades de aprendizagem e iv) às dificuldades financeiras, em especial, aos mais vulneráveis socioeconomicamente, v) o amparo nas questões psicológicas, vi) a orientação quanto às perspectivas e às possibilidades de atuação profissional na área do curso, e vii) a relação afetiva e amistosa entre professor e aluno; todos esses fatores internos, se tratados adequadamente, contribuem mais efetivamente para a permanência do estudante.

Uma outra constatação em relação aos evadidos diz respeito às dificuldades de aprendizagem, que, apesar de mais da metade deles afirmarem não possuir dificuldades com relação a este aspecto. As falas de alguns revelaram que essas dificuldades existem e que, na maioria das vezes, os estudantes não buscaram auxílio da instituição para saná-las, ou mesmo para amenizar as consequências delas. Esse é um ponto que merece especial atenção por parte da instituição, pois, conforme autores abordados nesta pesquisa e que tratam a respeito da evasão escolar, as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem impactam na permanência dos estudantes.

Observou-se, também, que o principal setor informado da comunicação da saída do estudante da instituição refere-se à secretaria de registros escolares. Isso se deve, pois, o

estudante necessita de sua documentação de transferência escolar para se matricular em outra instituição de ensino. Com isso, percebe-se a importância de procedimentos padronizados a serem adotados e seguidos pelas secretarias na abordagem ao estudante que se manifesta em evadir, a fim de mitigar a evasão escolar.

Sabe-se que a evasão escolar é um problema que, provavelmente, estará presente nas instituições de ensino ao longo de sua existência pois, conforme descrito no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal “[...] é praticamente impossível níveis zero de evasão e de retenção, sobretudo por razões que fogem completamente ao âmbito da política acadêmica. No entanto, é inerente uma política de trabalho sistematizado para que o problema seja delimitado e possa ter taxas aceitáveis” (BRASIL, 2014, p. 29). Nessa perspectiva, a evasão é um problema que deve ser compartilhado, enfrentado e trabalhado em conjunto por todos aqueles que fazem parte da instituição – professores, técnicos administrativos, gestores, estudantes, família e a sociedade como um todo. Enfim, com o envolvimento e a união de todos nas ações voltadas para o enfrentamento do fenômeno é que poderá surtir efeitos positivos, mais eficientes e duradouros, neste sentido.

No âmbito dos Institutos Federais, as Comissões de Permanência e Êxito têm como finalidade elaborar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) dos estudantes, assim como planejar, desenvolver, acompanhar e implementar ações que visem a minimizar a retenção e a evasão escolar. Conforme os resultados obtidos com a realização do grupo focal com a CPE do Campus Ceres e do Campus Morrinhos, foi possível perceber que, ambas as comissões, demonstraram preocupação com as questões relacionadas com a permanência e evasão escolar, e, nesse sentido, vêm desenvolvendo e implementando ações no combate à evasão escolar, a fim de contribuir com a permanência do estudante. Porém, o que se percebe ainda é que essas ações são executadas de forma pontuais, isolada, ou mesmo compartimentada em um ou noutro setor. Dessa forma, nota-se que algumas ações precisam ser aprimoradas e outras carecem ainda de serem implementadas. Sugere-se que as comissões realizem o envolvimento de todos os servidores e setores, principalmente os ligados ao departamento de ensino, nas ações de prevenção, acompanhamento e controle da evasão escolar, a fim de proporcionar assim uma maior efetividade na mitigação da evasão.

Outro dado relevante obtido, a partir das falas dos membros participantes das comissões, como também de uma pesquisa realizada no sítio institucional do Instituto Federal Goiano, refere-se à inexistência do Plano Estratégico de Permanência e Êxito. Conforme consta no Documento Orientador e na Nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC, uma das ações a serem realizadas pelas CPEs é a elaboração desse plano. Diante disso, pode-se inferir que a

ausência deste documento dificulta no desempenho dos trabalhos das comissões, haja visto que a composição da comissão é refeita periodicamente, e, com isso, é comum que ocorra substituição de alguns membros. Portanto, destaca-se a importância do PEPE para nortear os membros quanto aos trabalhos desempenhados pela CPE, bem como quanto à finalidade da comissão. Um outro ponto relevante no enfrentamento da evasão escolar é a capacitação, a orientação e a formação continuada, tanto dos membros das CPEs quanto dos demais atores inseridos no ambiente escolar, tais como: docentes, coordenadores de cursos, servidores que atuam no núcleo de apoio pedagógico, na secretaria de registros escolares, na assistência estudantil e na biblioteca. Além destes, periodicamente, devem ser promovidos momentos de reflexão, palestras e rodas de conversa com participação dos estudantes e de seus familiares, para que todos estejam cientes de como lidar, tratar e agir acerca da problemática da evasão escolar.

Neste sentido, o produto educacional desenvolvido em decorrência desta pesquisa tem como objetivo subsidiar a execução dos trabalhos das CPEs, apontar alguns caminhos, e propor ações para minimização da ocorrência desse fenômeno na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, seja no Instituto Federal Goiano ou em outras instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Ressalta-se que a pesquisa não teve a pretensão de ter abrangido todas as questões relacionadas a evasão escolar, entretanto, espera-se que ela possa servir como subsídio para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática em questão. Considerando as evidências obtidas e os aspectos peculiares associados a cada *campus* pesquisado – aspectos estes inerentes a cada localidade na qual encontra-se inserido –, sugere-se a ampliação deste estudo, como proposta para futuras pesquisas, sobre o tema da evasão escolar no EMI, a fim de abarcar os outros *campi do IF Goiano*, bem como outros Institutos Federais, ou mesmo, outras modalidades de ensino, no sentido de buscar compreender quais os fatores que ocasionam na evasão escolar e as medidas para minimizar e/ou contê-la.

Outra possibilidade de pesquisas futuras trata-se do desenvolvimento de uma ferramenta informatizada de gestão, com inteligência computacional aplicada (mineração de dados, aprendizagem de máquina etc.), para detecção de estudantes com potencial tendência à evasão. Para tal, esta ferramenta poderá ser alimentada com informações fornecidas pelos estudantes, por professores, por coordenadores, e pelos demais servidores envolvidos, de forma a cruzar estes dados (notas, faltas, assiduidade, preferências etc.) com o objetivo de fazer previsões em tempo real.

Por fim, espera-se que a realização de novas pesquisas, sob perspectivas diversas desta, contribua para que o tema esteja sempre presente no debate escolar e na busca de uma educação mais inclusiva, emancipatória e igualitária, conforme preconizado nos objetivos de criação dos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A. **A evasão escolar em uma unidade do IFSP no Curso Técnico em Informática Integrado na visão dos discentes evadidos**: um estudo de caso da parceria IFSP e SEE-SP. Dissertação (Mestrado Profissional em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) - Universidade de Araraquara, Araraquara, SP, Brasil: Biblioteca da Universidade de Araraquara, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5357285#. Acesso em: 8 nov. 2019.
- ARAÚJO, C. F. **A evasão na educação profissional de nível técnico**: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) - Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil: Biblioteca da UNITAU, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=88213#. Acesso em: 5 nov. 2019.
- ARAÚJO, C. F.; SANTOS, R. A. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar**, 2012. Trabalho apresentado ao *The 4th International Congress On University-Industry Cooperation*, Taubaté, SP, Brasil: Universidade de Taubaté, 2012. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf>. Acesso em 27 fev. 2020.
- ARAÚJO, R. M. L; COSTA, A. M. R. Lições da experimentação do Ensino Médio Integrado como projeto de emancipação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 115-130, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/download/9610/6824/27878>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- ARAÚJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>. Acesso em 10 mar. 2020.
- ARROYO, M. G. A escola possível é possível? *In*: ARROYO, M. G. (org.); PAIXÃO, L. P.; CAMPOS, R. C; BRANDÃO, C. R.; HADDAD, S. **Da escola carente à escola possível**. 6. ed. São Paulo, SP, Brasil: Edições Loyola, 2003. p. 11-54.
- BALTA, O. S. **Oportunidade versus evasão no ensino médio integrado na perspectiva dos estudantes**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MS, Brasil: Biblioteca da UEMS, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5072881#. Acesso em: 8 nov. 2019.

BASTOS, A. M. M. **A permanência e evasão dos estudantes nos cursos técnicos da modalidade integrada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, Campus de Irecê**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil: Biblioteca Central da UNEB, 2013. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=148591#. Acesso em: 5 nov. 2019.

BASTOS, O. G. A. **Análise da evasão escolar no ensino técnico: estudo do caso CEFET - RJ**. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil: Biblioteca da Escola de Engenharia e Informática da UFF, 2014. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=337872#. Acesso em: 5 nov. 2019.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. 13. ed. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes, 2012. p. 39-64.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. Tradução de Magali de Castro. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. 13. ed. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes, 2012. p. 217-227.

BRASIL. **Censo escolar da educação básica 2012: resumo técnico**. Brasília, DF, Brasil: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos_educacao_basica_2012.pdf. Acesso em: 9 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Brasil: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasil: Presidência da República, 1909. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959**. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1959. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4244.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Documento Orientador Para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF, Brasil: MEC/SETEC, 2014. Disponível em: https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. **Histórico da Educação Profissional,** Brasília, DF, Brasil: Ministério da Educação, 2019a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Publicado no Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil: Presidência da República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Brasil: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 2 out. 2019.

BRASIL. **Manual de Assistência Estudantil.** 4. ed. Goiânia, GO, Brasil: Instituto Federal Goiano, 2019b. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/nit/2-uncategorized/14007-manual-de-assistencia-estudantil.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 10 de julho de 2015.** Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanências e Êxito dos Estudantes. Brasília, DF, Brasil: MEC/SETEC, 2015. Disponível em: <http://ctur.ufrrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **O que é a Covid-19?** Brasília, DF, Brasil: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.** Goiânia, GO, Brasil: Instituto Federal Goiano, 2018a. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha.** Brasília, DF, Brasil: Ministério da Educação, 2018b. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha.** Brasília, DF, Brasil: Ministério da Educação, 2019c. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL. **Portal do IF Goiano**. Goiânia, GO, Brasil: Instituto Federal Goiano, 2021. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. **Raio-X da permanência**. Goiânia, GO, Brasil: Instituto Federal Goiano, 2019d. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/permanencia.html>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. **Regimento Interno do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos**. Morrinhos, GO, Brasil: Instituto Federal Goiano, 2016. Disponível em: https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/MHOS/Doc_Institucional/Regimento-Interno-Morrinhos.pdf. Acesso em 30 ago. 2021.

BRASIL. **Regulamento Geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Educação, 2019e. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento13julho>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF, Brasil: TCU/Seprog, 2012b. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, Brasil: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2012c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=11663&Itemid. Acesso em: 14 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016**. Trata da ética na pesquisa na área de ciências humanas e sociais: conquista dos pesquisadores. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes, 2016.

CARDOSO, T. C; HAMMES, I. L.; BOTH, J. T. A construção do ensino médio integrado: contribuições a partir de uma proposta de formação continuada no IFSUL - Câmpus Pelotas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. 1-26, 2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9684/pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CARVALHO, J. L. D. **Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio**: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Pinheiral. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, RJ, Brasil: Biblioteca da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6983253#. Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO, M. A. **Técnico agrícola no Brasil**: entre o proposto e o real. 1. ed. Curitiba, PR, Brasil: Appris, 2015.

CASTRO, A. M. O. **Um estudo sobre evasão no curso técnico de nível médio subsequente em mecânica no IFRN - Campus Mossoró**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil: Biblioteca Central da UERN, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5081921#. Acesso em: 08 nov. 2019.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo, SP, Brasil: Cortez, 2012. p. 83-106.

CREATIVE COMMONS. *Creative Commons Attribution 4.0 International license*. Mountain View, USA: 2017. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre, PR, Brasil: Artmed, 2007.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, ago. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 ago. 2020.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/viewFile/19144/11145>. Acesso em: 16 ago. 2021.

DEGANUT, R. G.; SILVA, T. Diagnóstico da evasão em cursos de educação profissional por intermédio do projeto político pedagógico. **Revista iPecege**, Piracicaba, v. 5, n. 1, p. 24-33, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://revista.ipecege.com/Revista/article/view/346/164>. Acesso em: 08 nov. 2019.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2019.

DOURADO, A. M. S. **Educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**: análise dos fatores intraescolares da evasão como base para criação do observatório pedagógico institucional no Campus de Irecê/Bahia. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil: Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura, 2016.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4241771#. Acesso em: 8 nov. 2019.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**. Tradução de Neide Luzia de Rezende. n. 119, p. 29-45, jul. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 25 ago. 2020.

FERRAZ, M. C. G. **Exclusão na escola no contexto das políticas afirmativas**: reprovação e evasão no IFBA-Barreiras-BA sob o olhar dos atores envolvidos no processo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil: Biblioteca Anísio Teixeira FACED, 2015. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2404397#. Acesso em: 8 nov. 2019.

FERREIRA, G. F. S. **Educação profissional no território de Identidade de Irecê Bahia**: análise das percepções dos professores sobre as causas da evasão de alunos do IFBA - Campus Irecê (2011/2012). Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil: Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia, 2013. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1238337#. Acesso em: 5 nov. 2019.

FERREIRA, N. S. A. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Paz e Terra, 1992. Disponível em:

<https://www.finom.edu.br/assets/uploads/cursos/categoriasdownloads/files/20190628210617.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, SP, Brasil: Editora UNESP, 2000.

FIGUEIREDO, K. N. R. W. A. **Evasão escolar**: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto Nacional. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil: Biblioteca Central UFSM, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2358225#. Acesso em: 5 nov. 2019.

FIGUEIREDO, N. G. S. **Análise dos fatores geradores de evasão no Curso Técnico em Telecomunicações do Cefet - RJ/Uned Petrópolis**: uma reflexão sobre qualidade em educação profissional. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil: Biblioteca da Escola de Engenharia e Informática da UFF, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/854/1/Dissert%20Nat%C3%A1lia%20Gomes%20da%20Silva%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 356-392, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Bw8WKpzdP3w8qn5zL68C3sq/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2019.

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/download/2027/1260/0>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FREDENHAGEM, S.; COMETTI, N.; BONFIM, C. J. L.; ARAÚJO, F. D. A voz da evasão. **Revista EIXO**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 2-19, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/51/46>. Acesso em: 12 out. 2019.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed., São Paulo, SP, Brasil: Cortez, 2012. p. 57-82.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo, SP, Brasil: Cortez, 2012. p. 21-56.

FRITSCH, R.; VITELLI, R. F. **Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho**: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas. Trabalho apresentado na 11ª Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED SUL, Curitiba, PR, Brasil, 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

GARCIA, A. C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, n. 13, ano VII, mai. 2018, MG, Brasil: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

GARCIA, J. C. **O ensino médio integrado no Instituto Federal Goiano**: a percepção de professores sobre os desafios e possibilidades para a consolidação da formação humana integral. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil: 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3849>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF, Brasil: Liber Livro, 2005.

GENARI, C. H. M. **Motivação no contexto escolar e desempenho acadêmico**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, Brasil: 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252887>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985**: um estudo sobre a política educacional. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil: 1990. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251894>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP, Brasil: Atlas, 2002.

GIROTTI, E. D. Pode a política pública mentir?: a base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, Brasil, v. 40, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/?lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2020.

GÓIS, L. S.; ROCHA, G. S. A atuação do gestor escolar no enfrentamento da evasão no Instituto Federal da Bahia - IFBA. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 5, n. 14, out. 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7433/8a0d8693dad7b150a07ea11919f00d60098b.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GOMES, H. S. C. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil: uma história de dualismos e racionalidade técnica. In: BATISTA, E. L. B.; MULLER, M. T. (org.). **A educação profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o Século XXI. Campinas, SP, Brasil: Editora Alínea, 2013. p. 59-81.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, 4. ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Civilização Brasileira, 1982.

HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 34, n. 99, p. 25-44, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BWWTW6DL7CsVWyrqcmQYVkB>. Acesso em: 4 nov. 2021.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil, 2012. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/739/1/2012Cristiane_Cabral_Johann.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

KAPLÚN, G. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**. n. 27, p. 46-60, São Paulo, SP, Brasil: mai./ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LENSKIJ, T. **Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil: UFRGS, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8738>. Acesso em: 10 set. 2020.

LEITE, P. S. C. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos**. In: 7º Congresso Ibero-americano em Investigação Qualitativa. 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em 15 mai. 2020.

LIMA, A. A. S. **O fenômeno da retenção escolar e a motivação na concepção dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos campi Amajari e Boa Vista Zona-Oeste-Instituto Federal de Roraima**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil: 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4625>. Acesso em: 5 mar. 2021.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: E.P.U., 2017.

MACHADO, C.; GANZELI, P. Gestão educacional e materialização do direito à educação: avanços e entraves. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 49-63, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/K5njTr4VXnGsc5V785jjCsf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jun. 2020.

MACHADO, L. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: **Ensino médio integrado**. Boletim n. 7, MEC/Secretaria de Educação a Distância. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, mai./jun. 2006. p. 51-68. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

MACHADO, M. R. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG (2002 A 2006)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil: BCE da UnB, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

MALDANER, J. J. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil: 2016. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20814/1/2016_JairJos%c3%a9Maldaner.pdf.

Acesso em: 2 nov. 2020.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história.** Jundiaí, SP, Brasil: Paco Editorial, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 8. ed. São Paulo, SP, Brasil: Atlas, 2017.

MARQUES, J. L. N. **Um estudo sobre a evasão no ensino médio integrado do Instituto Federal do Amapá Campus Laranjal do Jari.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil, 2017.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7576624#. Acesso em: 10 out. 2019.

MARTINELLI, S. C. Um estudo sobre desempenho escolar e motivação de crianças. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 201-216, jul./set. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/VmPpQcvbL5H94wrZ6Pqjyxb>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MEDEIROS, S. A. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na educação profissional e tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano, Morrinhos, GO, Brasil: 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1417>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil: Biblioteca Central da UFES, 2015. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2495317#. Acesso em: 10 out. 2019.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Revista Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/11/110>. Acesso em: 11 mai. 2020.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>.

Acesso em: 25 out. 2020.

MUNIZ, M. A. S. **Por que perdemos nossos alunos?:** um estudo da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil: Biblioteca João Herculino, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/9654>. Acesso em: 8 nov. 2019.

NARCISO, L. G. S. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Câmpus Arino:** exclusão da escola ou na escola?. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil: Biblioteca Universitária da UFSC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/159413/337100.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jan. 2021.

NEVES, C. D. **Ensino médio integrado e fracasso escolar:** um estudo a partir do curso profissionalizante em informática no Instituto Federal do Acre - Campus Rio Branco. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil: Biblioteca da UFRRJ, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1900032#. Acesso em: 10 out. 2019.

NOVAIS, L. F. **Educação profissional:** uma análise sobre a evasão e a permanência no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia - Campus Colorado do Oeste. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil: Biblioteca da UFRRJ, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1898136#. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, L. C. **Evasão escolar:** identificando causas e propondo intervenções. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS, Brasil: Biblioteca da Faculdades EST, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3966567#. Acesso em: 8 nov. 2019.

OLIVEIRA, R. E. **Evasão escolar no Campus Arraial do Cabo - IFRJ:** uma análise do curso técnico em informática integrado ao ensino médio. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil: 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7875422#. Acesso em: 8 mar. 2021.

PACHECO, E. M. **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo, SP, Brasil: Editora Moderna, 2011. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 11 mai. 2020.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista T&C**, Amazônia, ano VII, n. 16, p. 2-7, fev. 2009. Disponível em: http://tecamazonia.com.br/wp-content/uploads/2017/03/revista_tec_ed16.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

PADOIN, E.; AMORIM, M. L. **Permanência e abandono no ensino técnico integrado**: Instituto Federal de Santa Catarina. Curitiba, PR, Brasil: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015. Disponível em: http://www.necso.ufrj.br/vi_esocite_br-tecsoc/gts/1441118591_ARQUIVO_EgrePadoinARTIGOESOCITE.final.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo, Ática, 2005.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo, SP, Brasil: Casa do Psicólogo, 2010.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 303-312, dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yLDq54PMBGp7WSM3TqyrDQz>. Acesso em: 9 nov. 2021.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. Trabalho apresentando na 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, Caxambu, MG, Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.25reuniao.anped.org.br/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. Trabalho apresentando ao Seminário Sobre Ensino Médio, Secretaria de Educação do Pará, mai. 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, J. e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, PR, Brasil: Artmed, 2010. p. 42-56.

RAMOS NETO, J. O. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, n. 2, p. 7-24, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/download/8999/5857>. Acesso em: 03 mar. 2020.

RODRIGUES, M. A. S. F. **Evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio**: o curso técnico agropecuária no IF Goiano. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil: Biblioteca da PUC Goiás, 2019. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4216/2/Miriam%20Antonia%20Soares%20Filha%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

- SANTOS, M. F. P. **Evasão e reprovação escolar nos cursos integrados do IFBA Campus Eunápolis**. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores da Educação Básica) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brasil: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6237075#. Acesso em: 8 nov. 2019.
- SANTOS JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M. A. Evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 385-402, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/GMZgPdKRPFGHKcfRrZ6kXKf/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- SAVIANI, D. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 213-232, out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/LVvkxRZdYczChk9qcxCdNFG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 mai. 2021.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- SCACCHETTI, F. P.; OLIVEIRA, K. L.; RUFINI, S. E. Medida de motivação para aprendizagem no Ensino Técnico Profissional. **Avaliação Psicológica**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 297-305, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267747656_Medida_de_motivacao_para_aprendizagem_no_Ensino_Tecnico_Profissional. Acesso em: 11 ago. 2021.
- SILVA, A. M. **Evasão na educação profissional: perfil e motivações dos evadidos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, Brasil: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5277846#. Acesso em: 8 nov. 2019.
- SILVA, C. N. N.; CONCIANI, F.; AZEVEDO, M. A.; BONFIM, C. J. L.; VAZ JÚNIOR, O. J.; MIRANDA, E. K. S. S.; SOUZA, M. A. Dualidade estrutural no ensino técnico profissionalizante em Brasília (IFB): uma análise do discurso oficial de inclusão e as dificuldades de permanência dos alunos. **Revista EIXO**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 2-16, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/download/95/47>. Acesso em: 8 nov. 2019.
- SILVA, J.; DIAS, P. C.; SILVA, M. C. Evasão escolar em cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília: perfil socioeconômico de estudantes de cursos técnicos subsequentes do Campus Brasília. **Revista da ESES**, Santarém, p. 279-293, abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14409>. Acesso em: 11 out. 2019.

SILVA, T. O. C. **A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma proposta para diminuição da taxa de reprovação no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Ivaiporã.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2015. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/a-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil-uma-proposta-para-diminuicao-da-taxa-de-reprovacao-no-instituto-federal-do-parana-ifpr-campus-ivaipora/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

SILVAS, J. A. **Evasão escolar na educação profissional: trajetórias e motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio.** Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil: Biblioteca CEFET-MG, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6554346#. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVEIRA, F. R. **A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil: Biblioteca Central da Unicamp, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5045312#. Acesso em: 8 nov. 2019.

SILVEIRA, R. B. **O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil: 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5064706. Acesso em: 10 nov. 2019.

SIMÕES, C. A. **Juventude e educação técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-40288/juventude-e-educacao-tecnica--a-experiencia-na-formacao-de-jovens-trabalhadores-da-escola-estadual-prof-horacio-macedocefet-rj>. Acesso em: 10 set. 2020.

SOUSA, A. P.; JOSÉ FILHO, M. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 44, n. 7, jan. 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/1821Sousa.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

SOUZA, J. A. S. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional.** Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil: Biblioteca Central da UFJF, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=148591#. Acesso em: 5 nov. 2019.

VEIGA, C. R. **Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado: uma proposta de estratégia de prevenção para o CEFET/RJ.** Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil: Biblioteca da Escola de Engenharia e Informática da UFF, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3650795#. Acesso em: 8 nov. 2019.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário de Cuiabá: um processo de exclusão.** Trabalho apresentando na 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, Caxambu, MG, Brasil, 2001. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/T1142041450508.doc>. Acesso em: 29 out. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre, PR, Brasil: Bookman, 2010.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar.** Tradução Emani F. da F. Rosa. Porto Alegre, RS, Brasil: Artmed, 1998.

ZANIN, A. J. D. P. C. **Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica: olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil: Biblioteca Central da UTFPR, 2019. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4665>. Acesso em: 8 jun. 2020.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE - PAIS/RESPONSÁVEIS)

Seu(sua) filho(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO ESCOLAR: estudo de caso no Instituto Federal”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você nem seu(sua) filho(a) não serão penalizados(as) de forma alguma. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Danyla Martins Rezende da Costa, pelo telefone: (64) 99316-5838 ou pelo e-mail: danylamrcosta@hotmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano), situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia-GO, pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br ou pelos telefones: (62) 3605-3600 ou (62) 99926-3661. Dentre as atribuições do CEP/IF Goiano destacam-se a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e o acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa é motivada pela necessidade de ampliar os conhecimentos sobre as causas da evasão escolar na educação profissional, especificamente na modalidade de ensino médio integrado, pois conhecer as causas que levam a evasão poderá contribuir para que as instituições de ensino busquem novas estratégias de enfrentamento capazes de prevenir e ajudar a conter a ocorrência desse evento, e, conseqüentemente, com a melhoria da eficiência no uso de recursos públicos.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo identificar quais as motivações e expectativas dos estudantes ingressantes dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Ceres e do Campus Morrinhos ao ingressarem na instituição, bem como compreender quais os fatores que ocasionaram na evasão escolar.

O público-alvo são os discentes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado, ingressantes no ano de 2020, dos cursos de: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, ofertados pelo Campus Ceres; e dos cursos de: Agropecuária, Alimentos e Informática, ofertados pelo Campus Morrinhos, bem como os estudantes evadidos no ano de 2018 e 2019 desses respectivos cursos. Além destes, também participaram os membros da Comissão Local de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos.

Para a coleta de dados provenientes da participação de seu(sua) filho(a), se dará pela utilização de questionários eletrônicos, sendo que os dados coletados serão analisados e utilizados exclusivamente pela pesquisadora para a escrita da sua dissertação de mestrado.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta nenhum risco físico, químico, material ou biológico aos seus participantes, porém, é possível que haja pequenos riscos, tendo em vista que a aplicação de questionários possa vir a apresentar, para o participante, as seguintes situações de: desconforto, vergonha, ansiedade, incômodo pelo fato de estarem expondo suas opiniões e receio de ser identificado. Para tal, a pesquisadora adotará todas as medidas para minimizar os possíveis danos e desconfortos, sendo ainda garantido o sigilo e a privacidade dos participantes.

Apesar de pouco provável, porém, no caso em que ocorrer algum dano proveniente da aplicação do questionário, a pesquisadora estará apta a auxiliar o seu(sua) filho(a) bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo(a) para auxílio psicológico no próprio *campus*.

Como benefício oriundo desta pesquisa, podemos citar a aquisição de conhecimento que poderá contribuir para uma gestão mais proativa e eficiente do Instituto Federal Goiano, no sentido de antecipar ações e medidas de enfrentamento à evasão, influenciando assim positivamente na permanência e êxito dos estudantes na Instituição.

3. Forma de acompanhamento e assistência

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você e seu(sua) filho(a) terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso seu(sua) filho(a) apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado ao SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal), o qual tem por objetivo promover, coordenar e integrar ações e programas de prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores e dos(as) alunos(as). Quaisquer outros danos físicos ou materiais que porventura ocorram, a pesquisadora se compromete a saná-los.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você poderá ser esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para autorizar, ou não autorizar, a participação de seu(sua) filho(a), retirar seu consentimento ou interromper a referida participação a qualquer momento, sendo a participação voluntária, e, a recusa em autorizar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar a sua identidade, e de seu(sua) filho(a) com padrões profissionais de sigilo e, além disso, todos os dados coletados servirão apenas para fins da pesquisa. Seu nome, o nome do seu(sua) filho(a) ou o material que indique a participação do(a) seu(sua) filho(a) não será divulgado sem a sua expressa permissão. Você nem seu(sua) filho(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para que seu(sua) filho(a) possa participar deste estudo, você (pai, mãe ou responsável) ou seu(sua) filho(a) não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso o(a) participante sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, a pesquisadora garante indenizá-lo(a) por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, responsável pelo(a) _____, estou de acordo com a participação do meu(minha) filho(a) na pesquisa intitulada “A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO ESCOLAR: estudo de caso no Instituto Federal Goiano”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Morrinhos-GO, ____ de _____ de 2020.

Danyfa Martins Ryzole da Costa
Assinatura da responsável pela pesquisa

Assinatura do(a) pai, mãe ou responsável

APÊNDICE B

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE - ESTUDANTE DE MENOR)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO ESCOLAR: estudo de caso no Instituto Federal Goiano”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

A presente pesquisa é motivada pela necessidade de ampliar os conhecimentos sobre as causas da evasão escolar na educação profissional, especificamente na modalidade de ensino médio integrado, pois conhecer as causas que levam a evasão poderá contribuir para que as instituições de ensino busquem novas estratégias de enfrentamento capazes de prevenir e ajudar a conter a ocorrência desse evento, e, conseqüentemente, com a melhoria da eficiência no uso de recursos públicos. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo identificar quais as motivações e expectativas dos estudantes ingressantes dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Ceres e do Campus Morrinhos ao ingressarem na instituição, bem como compreender quais os fatores que ocasionaram na evasão escolar.

O público-alvo são os discentes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado, ingressantes no ano de 2020, dos cursos de: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, ofertados pelo Campus Ceres; e dos cursos de: Agropecuária, Alimentos e Informática, ofertados pelo Campus Morrinhos, bem como os estudantes evadidos no ano de 2018 e 2019 desses respectivos cursos. Além destes, também participaram os membros da Comissão Local de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos.

Para a coleta de dados provenientes de sua participação na pesquisa, se dará pela utilização de questionários eletrônicos, sendo que os dados coletados serão analisados e utilizados exclusivamente pela pesquisadora para a escrita da sua dissertação de mestrado.

Para participar deste estudo, o(a) responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo e não haverá benefícios diretos oriundos de sua participação, apenas os conhecimentos resultantes da realização desta pesquisa. Você será esclarecido(a) em qualquer dúvida que tiver e estará livre para participar ou recusar-se. O(a) responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade e a sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo.

Após o término da pesquisa, os dados e os resultados obtidos serão divulgados a todos(as) os(as) envolvidos(as). No que se refere aos documentos oriundos deste trabalho, a pesquisadora se compromete a armazená-los em local seguro por um período de cinco anos. Após esse período, os materiais impressos serão picotados e encaminhados para reciclagem e os digitais serão excluídos permanentemente.

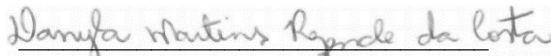
A presente pesquisa não apresenta nenhum risco físico, químico, material ou biológico aos seus participantes, porém, é possível que haja pequenos riscos, tendo em vista que a aplicação de questionários possa vir a apresentar, para o participante, as seguintes situações de: desconforto, vergonha, ansiedade, incômodo pelo fato de estarem expondo suas opiniões e receio de ser identificado. Para tal, a pesquisadora adotará todas as medidas para minimizar os possíveis danos e desconfortos, sendo ainda garantido o sigilo e a privacidade dos participantes.

Apesar de pouco provável, porém, no caso em que ocorrer algum dano proveniente da aplicação do questionário, a pesquisadora estará apta a auxiliar você bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo(a) para auxílio psicológico no próprio *campus*. Além disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Como benefício oriundo desta pesquisa, podemos citar a aquisição de conhecimento que poderá contribuir para uma gestão mais proativa e eficiente do Instituto Federal Goiano, no sentido de antecipar ações e medidas de enfrentamento à evasão, influenciando assim positivamente na permanência e êxito dos estudantes na Instituição. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será divulgado sem a permissão sua e do(a) seu(sua) responsável. Dessa forma, a pesquisadora evidencia e reitera que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa que envolvam seres humanos, serão seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do Instituto Federal Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa.

Assim sendo, eu, _____, estudante proveniente do curso _____, fui esclarecido(a) quanto aos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações, e o(a) meu(minha) responsável poderá mudar a decisão de minha participação, se assim o desejar. Tendo o consentimento do(a) meu(minha) responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Declaro ainda que recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Morrinhos-GO, ____ de _____ de 2020.


Assinatura da responsável pela pesquisa

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE – ESTUDANTE DE MAIOR E SERVIDOR)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO ESCOLAR: estudo de caso no Instituto Federal Goiano”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Danyla Martins Rezende da Costa, pelo telefone: (64) 99316-5838 ou pelo e-mail: danylamrcosta@hotmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano), situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia-GO, pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br ou pelos telefones: (62) 3605-3600 ou (62) 99926-3661. Dentre as atribuições do CEP/IF Goiano destacam-se a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e o acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa é motivada pela necessidade de ampliar os conhecimentos sobre as causas da evasão escolar na educação profissional, especificamente na modalidade de ensino médio integrado, pois conhecer as causas que levam a evasão poderá contribuir para que as instituições de ensino busquem novas estratégias de enfrentamento capazes de prevenir e ajudar a conter a ocorrência desse evento, e, conseqüentemente, com a melhoria da eficiência no uso de recursos públicos.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo identificar quais as motivações e expectativas dos estudantes ingressantes dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Ceres e do Campus Morrinhos ao ingressarem na instituição, bem como compreender quais os fatores que ocasionaram na evasão escolar.

O público-alvo são os discentes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado, ingressantes no ano de 2020, dos cursos de: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, ofertados pelo Campus Ceres; e dos cursos de: Agropecuária, Alimentos e Informática, ofertados pelo Campus Morrinhos, bem como os estudantes evadidos no ano de 2018 e 2019 desses respectivos cursos. Além destes, também participaram os membros da Comissão Local de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos.

Para a coleta de dados provenientes de sua participação, se dará pela utilização de questionários eletrônicos, sendo que os dados coletados serão analisados e utilizados exclusivamente pela pesquisadora para a escrita da sua dissertação de mestrado.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta nenhum risco físico, químico, material ou biológico aos seus participantes, porém, é possível que haja pequenos riscos, tendo em vista que a aplicação de questionários possa vir a apresentar, para o participante, as seguintes situações de: desconforto, vergonha, ansiedade, incômodo pelo fato de estarem expondo suas opiniões e receio de ser identificado. Para tal, a pesquisadora adotará todas as medidas para minimizar os possíveis danos e desconfortos, sendo ainda garantido o sigilo e a privacidade dos participantes.

Apesar de pouco provável, porém, no caso em que ocorrer algum dano proveniente da aplicação do questionário, a pesquisadora estará apta a auxiliá-lo(a) bem como, caso seja necessário, encaminhá-lo(a) para auxílio psicológico no próprio *campus*.

Como benefício oriundo desta pesquisa, podemos citar a aquisição de conhecimento que poderá contribuir para uma gestão mais proativa e eficiente do Instituto Federal Goiano, no sentido de antecipar ações e medidas de enfrentamento à evasão, influenciando assim positivamente na permanência e êxito dos estudantes na Instituição.

3. Forma de acompanhamento e assistência

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado ao SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal), o qual tem por objetivo promover, coordenar e integrar ações e programas de prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores e dos(as) alunos(as). Quaisquer outros danos físicos ou materiais que porventura ocorram, a pesquisadora se compromete a saná-los.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você poderá ser esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para aceitar ou não, retirar seu consentimento ou interromper a referida participação a qualquer momento, sendo a participação voluntária, e, a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e, além disso, todos os dados coletados servirão apenas para fins da pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será divulgado sem a sua expressa permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso o(a) participante sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, a pesquisadora garante indenizá-lo(a) por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Assim sendo, eu _____, estudante proveniente do curso _____, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “A PERSPECTIVA DO DISCENTE E OS FATORES DE EVASÃO ESCOLAR: estudo de caso no Instituto Federal”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Morrinhos-GO, ____ de _____ de 2020.



Assinatura da responsável pela pesquisa

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES INGRESSANTES

Qual seu nome completo (estudante):

Qual o seu curso:

1. Qual o motivo que o(a) levou a escolher o Instituto Federal Goiano?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Pelo renome e tradição da instituição na região.
- b. Pela possibilidade de cursar um ensino médio gratuito de qualidade.
- c. Pela pretensão de preparar para ingressar em um curso superior.
- d. Pela influência da família e/ou de amigos.
- e. Por conveniência, por conta da localização da instituição.
- f. Por não existir outra opção.
- g. Pela disponibilidade de refeitório gratuito.
- h. Pelos serviços oferecidos pelo setor de apoio à saúde (médico, psicólogo, dentista, nutricionista e enfermeiro).
- i. Outro motivo (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “i. Outro motivo” na questão 1, explique aqui qual seria esse outro motivo:

2. Qual o motivo que o(a) levou a escolher este curso?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Pela identificação com a área técnica do curso (gosto da área).
- b. Por causa das perspectivas de mercado de trabalho (conseguir um bom emprego).
- c. Pela influência da família e/ou amigos.
- d. Por não existir outra opção de curso.
- e. Porque era o menos concorrido (com relação as vagas).
- f. Outro motivo (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “f. Outro motivo” na questão 2, explique aqui qual seria esse outro motivo:

3. Qual sua expectativa com relação ao Instituto Federal Goiano?

(INSTRUÇÃO: Marque somente uma alternativa.)

- a. Muito alta.
- b. Alta.
- c. Média.
- d. Baixa.
- e. Nenhuma.

4. Qual sua expectativa com relação ao curso escolhido?

(INSTRUÇÃO: Marque somente uma alternativa.)

- a. Muito alta.
- b. Alta.
- c. Média.
- d. Baixa.
- e. Nenhuma.

5. Qual sua expectativa com relação ao mercado de trabalho considerando o curso escolhido?

(INSTRUÇÃO: Marque somente uma alternativa.)

- a. Muito alta.
- b. Alta.
- c. Média.
- d. Baixa.
- e. Nenhuma.

6. Quais as suas expectativas em seguir na área do curso (estudando ou trabalhando)?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Nenhuma, quero apenas cursar o ensino médio.
- b. Pretendo apenas finalizar o ensino médio e seguir em outra área, pois não me identifiquei com o curso.
- c. Pretendo finalizar o ensino médio e trabalhar na mesma área de meu curso.
- d. Pretendo dar continuidade nos estudos, cursando o ensino superior na mesma área.
- e. Outra (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “e. Outra” na questão 6, explique aqui qual seria essa outra expectativa:

Agradeço pelo seu empenho e colaboração!

APÊNDICE E

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES EVADIDOS

Qual seu nome completo (estudante):

Qual o curso que estava matriculado(a):

1. Qual o motivo que o(a) levou a escolher o Instituto Federal Goiano, na época de sua inscrição ao processo seletivo?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Pelo renome e tradição da instituição na região.
- b. Pela possibilidade de cursar um ensino médio gratuito de qualidade.
- c. Pela pretensão de preparar para ingressar em um curso superior.
- d. Pela influência da família e/ou de amigos.
- e. Por conveniência, por conta da localização da instituição.
- f. Por não existir outra opção.
- g. Pela disponibilidade de refeitório gratuito.
- h. Pelos serviços oferecidos pelo setor de apoio à saúde (médico, psicólogo, dentista, nutricionista e enfermeiro).
- i. Outro motivo (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “i. Outro motivo” na questão 1, explique aqui qual seria esse outro motivo:

2. Qual o motivo que o(a) levou a escolher este curso, na época de sua inscrição ao processo seletivo?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Pela identificação com a área técnica do curso (gosto da área).
- b. Por causa das perspectivas de mercado de trabalho (conseguir um bom emprego).
- c. Pela influência da família e/ou amigos.
- d. Por não existir outra opção de curso.
- e. Porque era o menos concorrido (com relação as vagas).
- f. Outro motivo (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “f. Outro motivo” na questão 2, explique aqui qual seria esse outro motivo:

3. Qual(is) o(s) motivo(s) que o(a) levou a abandonar o curso?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Problemas familiares.
- b. Distância da família.
- c. Mudança de cidade e/ou região.
- d. Dificuldades financeiras.
- e. Dificuldade de conciliar trabalho e estudo.
- f. Falta de incentivo de meus pais/responsáveis.
- g. Distância da instituição e dificuldade de acesso (transporte, locomoção).
- h. Desconhecimento prévio do curso (não adaptação).
- i. O curso não atendeu minhas expectativas.
- j. Curso em tempo integral (permanecer o dia todo na Instituição).
- k. Dificuldades com a metodologia ou a didática dos professores.

- l. Dificuldades com alguma disciplina específica.
- m. Dificuldades com o sistema de avaliação adotado pela instituição (trimestral).
- n. Baixo desempenho no curso (notas baixas).
- o. Dificuldades em conciliar todas as atividades propostas pela escola (rotina de estudos, atividades práticas, trabalhos e tarefas escolares).
- p. Falta de conhecimentos de conteúdos do ensino fundamental e que são básicos para o ensino médio.
- q. Falta de integração entre a teoria e a prática nas disciplinas.
- r. Poucas aulas práticas.
- s. Muitas aulas teóricas.
- t. Dificuldades de relacionamento com os colegas e/ ou professores.
- u. Outro motivo (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “u. Outro motivo” na questão 3, explique aqui qual seria esse outro motivo:

4. Quanto à aprendizagem, você tinha dificuldade em assimilar o conteúdo?

- a. Não.
- b. Sim (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “b. Sim” na questão 4, explique aqui quais foram essas dificuldades:

5. Você buscou auxílio do IF Goiano para ajudá-lo(a) em suas dificuldades? Se sim, quem você procurou?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Não busquei auxílio do IF Goiano.
- b. Busquei auxílio com Professores.
- c. Busquei auxílio com o Coordenador de Curso.
- c. Busquei auxílio na Direção de Ensino/Direção Geral.
- e. Busquei auxílio no Núcleo Pedagógico.
- f. Busquei auxílio na Assistência Estudantil.
- g. Busquei auxílio no Núcleo de Apoio à Saúde (Médico, Psicólogo).
- h. Outro tipo de ajuda (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “h. Outro tipo de ajuda” na questão 5, explique aqui qual seria esse outro tipo de ajuda:

6. A decisão de sair do IF Goiano partiu de quem?

(INSTRUÇÃO: Marque somente uma alternativa.)

- a. A decisão foi somente minha.
- b. A decisão foi dos meus pais/responsáveis.
- c. A decisão foi tomada em conjunto com meus pais/responsáveis.
- d. Outra situação (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “d. Outra situação” na questão 6, explique aqui qual seria essa outra situação:

7. Ao tomar a decisão da saída do curso você informou a quem no *campus*?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Servidores da Secretaria Escolar.
- b. Servidores do Setor Pedagógico.
- c. Servidores do Setor de Assistência Estudantil.
- d. Professor.
- e. Coordenador de Curso.
- f. Diretor de Ensino e ou/Direção Geral.
- g. Não informei a ninguém.
- h. Outro (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “h. Outro” na questão 7, explique aqui qual seria esse outro:

8. Foi feita alguma abordagem por parte da instituição para tentar convencer você de não sair?

- a. Não.
- b. Sim (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “b. Sim” na questão 8, explique aqui qual foi o tipo de abordagem e quem o(a) abordou?

9. Quanto à estrutura física do IF Goiano e as condições necessárias para realização das aulas, você considera:

(INSTRUÇÃO: Marque somente uma alternativa.)

- a. Excelente.
- b. Boa.
- c. Regular.
- d. Ruim.
- e. Prefiro não opinar.

Caso queira, faça aqui seu comentário pessoal a respeito da questão 9:

10. Quanto ao trabalho desempenhado pelos professores, você considera:

(INSTRUÇÃO: Marque somente uma alternativa.)

- a. Excelente.
- b. Boa.
- c. Regular.
- d. Ruim.
- e. Prefiro não opinar.

Caso queira, faça aqui seu comentário pessoal a respeito da questão 10:

11. Você indicaria o curso que abandonou no IF Goiano para alguém?

- a. Sim.
- b. Não.

Caso queira, faça aqui seu comentário pessoal a respeito da questão 11:

12. Você se arrepende de ter abandonado o curso?

- a. Sim.
- b. Não.

Comente aqui o porquê da resposta da questão 12:

13. Quando deixou o IF Goiano, você se matriculou em outra escola para continuar os estudos?

(INSTRUÇÃO: Marque somente uma alternativa.)

- a. Sim. Matriculei em uma escola pública.
- b. Sim. Matriculei em uma escola particular.
- c. Não. Parei de estudar.

14. O que poderia ter contribuído para manter você estudando no Instituto Federal Goiano?

(INSTRUÇÃO: Mais de uma alternativa poderá ser marcada, se for necessário.)

- a. Ter conseguido acesso à residência estudantil ou ajuda de custo para moradia.
- b. Ter conseguido transporte escolar gratuito ou ajuda de custo para o transporte.
- c. Ter participado de projeto de pesquisa com bolsa.
- d. Ter conseguido um estágio remunerado.
- e. Ter conseguido um emprego que conciliasse com os estudos.
- f. Outro motivo (explique melhor a escolha desta opção abaixo):

Se marcou a opção “f. Outro motivo” na questão 14, explique aqui qual seria esse outro motivo:

Agradeço pelo seu empenho e colaboração!

APÊNDICE F

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL REALIZADO COM OS MEMBROS DA COMISSÃO LOCAL DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

- 1- Como se deu o ingresso de vocês na Comissão Local de Permanência e Êxito - CPE de seu *campus*? (Vocês foram convidados? Vocês pediram para participar?)
- 2- Na visão de vocês, qual a importância do Plano Estratégico de Permanência e Êxito - PEPE para o cotidiano do *campus*? Algum de vocês participaram da construção do PEPE?
- 3- Como é desenvolvido o trabalho da CPE? (Qual a periodicidade das reuniões? Quais as ações que estão sendo desenvolvidas para diagnosticar possíveis causas da evasão e medidas para minimizar a evasão?)
- 4- Tem sido feito algum trabalho para envolver a comunidade (docentes, TAEs e discentes) para participar, direta ou indiretamente, das ações da CPE?
- 5- Quais as causas da evasão que vocês percebem com maior frequência no *campus*, não somente como membro da CPE, mas também como profissional da educação?
- 6- Quais as principais dificuldades que vocês encontram no desempenho dos trabalhos inerentes à CPE?
- 7- Se existisse uma cartilha contendo um protocolo com orientações aos servidores sobre como lidar com a questão da evasão, na visão de vocês, poderia ajudar na abordagem aos alunos propensos a evadir?

ANEXO A - AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS EM CADA *CAMPUS* NO ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS E PROPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS DE SUPERAÇÃO E MONITORAMENTO DA EVASÃO E RETENÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IF GOIANO DO NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO E DE GRADUAÇÃO POR *CAMPUS*

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS IPORÁ					
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	PROBLEMAS FAMILIARES E/OU PESSOAIS	DIFICULDADES FINANCEIRAS	TRANSPORTE	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO E EXCESSO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE AULAS
Horários de atendimento individual de apoio aos discentes.	Atendimento do Núcleo de Apoio Pedagógico.	Acompanhamento de alunos por meio da Equipe da Assistência Estudantil, Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).	Programa de auxílio permanência.	Programa de auxílio permanência.	Revisão de Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) Técnicos Integrados do Ensino Médio visando a redução da carga horária das disciplinas bem como da adoção do Currículo Integrado para 2019.
Monitorias.	Orientação da psicóloga na organização dos estudos.	Visitas a alunos que apresentam problemas que podem estar ligados a questões familiares.	Bolsas para projetos de pesquisa e extensão.		Organização do Horário de Aulas de forma a concentrar as aulas em determinados períodos/dias da semana para disponibilizar períodos livres para estudos e outras atividades.
Nivelamento para estudantes ingressantes.					
Projetos de Ensino.					
Acompanhamento do NAP, NAPNE e Psicóloga.					

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS IPORÁ		
METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS	DIFICULDADES EM ASSIMILAR OS CONTEÚDOS ATUAIS POR CAUSA DA FORMAÇÃO ESCOLAR ANTERIOR	FALTA DE HÁBITO E/OU DISCIPLINA PARA O ESTUDO
Necessidade de investimento em palestras para os servidores docentes por parte do <i>campus</i> .	Planejar projetos de ensino que possam minimizar as dificuldades de aprendizagem dos ingressantes nos cursos superiores e técnicos.	Promover momentos que despertem o interesse dos alunos pelos estudos e pela satisfação de estar na Instituição.
Necessidade de cursos de aperfeiçoamento de curta duração para os servidores docentes por parte da Reitoria.	Projetos de nivelamento presencial e na modalidade EaD.	
Orientação e acompanhamento pedagógico pelo NAP e Coordenações de Curso.		
Planejamento coletivo na Semana de Planejamento Pedagógico.		

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS URUTAÍ					
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS E COMPLEXIDADE DO CONTEÚDO	DESMOTVAÇÃO PARA OS ESTUDOS/FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL	DIFICULDADE DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DIFICULDADES FINANCEIRAS E PROBLEMAS COM TRANSPORTE	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO E EXIGÊNCIA DE PRÉ-REQUISITOS (CURSOS SUPERIORES)
Monitoramento e acompanhamento psicológico dos alunos com dificuldade de aprendizagem.	Orientação pedagógica e psicológica.	Avaliação docente pelo discente.	Promoção de eventos técnico-científicos, oportunidades de estágio e intercâmbios.	Oferta de bolsas e auxílios através da Assistência Estudantil e de bolsas de produtividade acadêmica (monitorias, estágios, ensino, pesquisa e extensão).	Revisão sistemática dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.
Monitorias.		Orientação pedagógica através do NAP.			
Projetos de Ensino.		Incentivo à formação pedagógica.			
Horários de atendimento dos docentes aos discentes.					

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS URUTAÍ				
METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS E COMPLEXIDADE DE CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	DESMOTVAÇÃO PARA OS ESTUDOS E FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL	• DIFICULDADE DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL • DIFICULDADES FINANCEIRAS • TRANSPORTE
Ampliar a atuação do NAP na orientação pedagógica baseada no perfil dos estudantes.	Formulação dos PPCs.	Adotar políticas de acolhimento e programas de nivelamento dos alunos.	Participação de docentes e profissionais da área na divulgação dos processos seletivos para ingresso no IF Goiano.	Ampliação da oferta de bolsas e auxílios aos estudantes.
Promover reuniões periódicas entre os NAPs e docentes a fim de discutir e ajustar metodologia de ensino de integração curricular.	Integração curricular.	Projetos de ensino que promovam o esporte, cultura e lazer.	Adequação dos PPCs à realidade do mercado de trabalho e das opções de atuação dos egressos.	Diminuição da carga horária presencial dos cursos.
	Utilização do ambiente virtual de aprendizagem - EaD.		Incentivo à participação em vistas técnicas e congressos específicos a área de formação do aluno.	
	Ampliar a participação do NAP e da Assistência Estudantil no processo de criação e reformulação dos PPCs.		Palestras periódicas com profissionais da área.	

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS CAMPOS BELOS

METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS E COMPLEXIDADE DE CONTEÚDO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	DESMOTIVAÇÃO PARA OS ESTUDOS E FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL	• DIFICULDADE DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL • DIFICULDADES FINANCEIRAS • TRANSPORTE
Palestras nas reuniões pedagógicas com o objetivo de discutir e ajustar a metodologia de ensino para atender as especificidades e dificuldades dos discentes.	Projeto de ensino.	Participação de docentes e profissionais da área na divulgação dos processos seletivos para ingresso no IF Goiano.	Oferta de bolsas monitoria, permanência e alimentação.
Formação pedagógica.	Nivelamento.	Visitas técnicas.	Oferta de bolsas monitoria, permanência e alimentação.
	Monitoria.		Parceria junto a administração pública municipal para oferta de transporte escolar.
	Atendimento.		

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS CAMPOS BELOS

METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS E COMPLEXIDADE DE CONTEÚDO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	DESMOTIVAÇÃO PARA OS ESTUDOS E FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL	• DIFICULDADE DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL • DIFICULDADES FINANCEIRAS • TRANSPORTE
Diálogo/Respeito.	Projetos de nivelamento.	Palestras de apresentação dos cursos pelos professores, por áreas.	Buscar parcerias junto aos órgãos públicos.
			Edital de bolsa permanência.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS CERES				
DESESTÍMULO PELA ÁREA DE FORMAÇÃO	NECESSIDADE DE TRABALHAR	FALTA DE DISCIPLINA PARA ESTUDO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	PROBLEMAS PESSOAIS E FAMILIARES
Eventos nos dias dos profissionais com palestras acadêmicas e de profissionais do mercado.	Diminuição da quantidade de atividades extra-classe.	Aumento no número de bolsas em projetos de extensão e pesquisa.	Programa de nivelamento na forma de Projeto de Ensino.	Acentuação dos trabalhos de acompanhamento pelo NAP e NAPNE, com aumento do número de estudantes atendidos.
Desenvolvimento de projetos integradores.	Reorganização das matrizes, diminuindo a carga horária e aumentando horários livres para participação em projetos com possibilidade de remuneração.	Implantação de edital de projetos de ensino com remuneração e incentivo aos estudos.	Ampliação de vagas no programa de monitoria.	Melhoria na comunicação entre a Assistência Estudantil e o Ensino.
Maior interação entre o setor de estágios e as coordenações de curso.	Aumento no número de bolsas em projetos.	Maior acompanhamento de estudantes fora de sala de aula.	Incentivo à importância do atendimento individualizado por parte dos docentes.	Participação da Assistência Estudantil nas reuniões com estudantes e conselhos de classe.
Reorganização das Visitas Técnicas, valorizando o envolvimento de mais disciplinas.			Utilização da avaliação docente pelos discentes para abordagem nas reuniões pedagógicas e reunião com o próprio docente avaliado.	

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS CERES				
DESESTÍMULO PELA ÁREA DE FORMAÇÃO	NECESSIDADE DE TRABALHAR	FALTA DE DISCIPLINA PARA ESTUDO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	PROBLEMAS PESSOAIS E FAMILIARES
Medida de intervenção: divulgar as possibilidades de atuação profissional.	Medida de intervenção: Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos com grande público trabalhador.	Medida de intervenção: Desenvolver atividades e ações de conscientização do estudante sobre a importância de incluir o estudo na rotina diária.	Medida de intervenção: Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, grupos de estudos, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo.	Medida de intervenção: Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos.
Ações: - Promover ações/eventos quanto ao dia do profissional; - Incentivar a participação em eventos técnicos; - Incentivar a implantação da Empresa Júnior, empresas incubadas, fábrica de software, FAEG Jovem; - Desenvolvimento de projetos integradores.	Ações: - Orientar e acompanhar os docentes para que elaborem atividades para serem feitas em horário de aula; - Adequação da matriz curricular para inserção de “tempo livre” no horário de aula.	Ações: - Ampliar e incentivar o número de projetos/programas de ensino, pesquisa e extensão; - Elaboração de horários e métodos de estudos individuais.	Ações: - Desenvolvimento dos programas de nivelamento; - Continuidade do programa de monitoria; - Implantar programa de tutoria.	Ações: - Aumentar interação entre a escola e família; - Presença da Assistência Estudantil nas atividades acadêmicas; - Ampliar a comunicação entre a Assistência Estudantil e o Ensino; - Participação da Assistente Social e do Psicólogo nos Conselhos de Classe.
Recursos Necessários: - Envolvimento dos docentes da área de atuação; - Parceria com FAEG, CNA e demais instituições.	Recursos Necessários: - Envolvimento do CAPTG juntamente aos coordenadores de cursos.	Recursos Necessários: - Bolsas de ensino, pesquisa e extensão; - Reuniões e palestras com público-alvo.	Recursos Necessários: - Bolsas de monitoria; - Estudantes veteranos; - Docentes.	Recursos Necessários: - Assistente Social; - Psicólogo; - Pedagogo.
Prazo: Contínuo.	Prazo: Contínuo.	Prazo: Contínuo.	Prazo: Contínuo.	Prazo: Contínuo.
Responsável: Coordenadores de curso.	Responsável: CAPTG e coordenadores de cursos.	Responsável: CAPTG, GAE, NAP e Coordenadores de Cursos.	Responsável: CAPTG, NAP, NAPNE, estudantes veteranos e Coordenadores de cursos.	Responsável: GAE, GE, NAP e NAPNE.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS CRISTALINA

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS E COMPLEXIDADE DO CONTEÚDO	DESMOTIVAÇÃO PARA OS ESTUDOS/FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL
Acompanhamento do aluno pelo grupo NAPNE.	Atendimento individualizado dos alunos pelos professores, através dos horários de atendimento ao discente.	Adaptação das formas de avaliação conforme as dificuldades de cada aluno.	Engajamento dos alunos em atividades extra-classe.

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS CRISTALINA

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS E COMPLEXIDADE DO CONTEÚDO	DESMOTIVAÇÃO PARA OS ESTUDOS/FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL
Palestras com profissionais da área de aprendizagem, expondo métodos de ensino direcionados para alunos com dificuldades de aprendizagem.	Projetos de ensino.	Palestras e aulas interativas em grupo.	Edital de bolsa permanência.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS HIDROLÂNDIA

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS E COMPLEXIDADE DO CONTEÚDO	DIFICULDADES FINANCEIRAS	TRANSPORTE
Horários de atendimento individual de apoio aos discentes em contra-turno.	Avaliação docente pelo discente.	Programa de auxílio permanência.	Programa de auxílio transporte.
Monitorias.	Orientação pedagógica através do NAP.	Bolsas para projetos de pesquisa e extensão.	
Projetos de Ensino e Integradores.			
Acompanhamento do NAP.			

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS HIDROLÂNDIA

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	TRANSPORTE	DIFICULDADE FINANCEIRA
Realizar avaliações psico-pedagógicas para identificação de problemas na aprendizagem.	Ofertar cursos e palestras aos docentes com o intuito de fortalecer a parte pedagógica.	Ofícios solicitando linha de ônibus até o <i>campus</i> .	Solicitar mais bolsas permanência.
Executar projetos de ensino visando o nivelamento da base dos estudantes.		Ofícios solicitando asfalto até o <i>campus</i> .	Ofertar lanches e almoços aos estudantes.
		Aumentar o quantitativo de auxílio.	

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS IPAMERI					
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	COMPLEXIDADE DO CONTEÚDO E METODOLOGIA DAS AULAS	DESMOTIVAÇÃO PARA OS ESTUDOS/FALTA DE HÁBITO PARA O ESTUDO	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO COM O CURSO	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO; E EXIGÊNCIA DE PRÉ-REQUISITOS (CURSOS SUPERIORES)
		Momentos de formação na semana pedagógica e nas reuniões.		Promoção de dinâmicas que levem os alunos a interagir e oportunizar situações que promovam a empatia entre eles.	Revisão sistemática dos PPCs.
		O uso de metodologias interativas na sala de aula.		Dinâmicas com os alunos veteranos para incentivar e acolher os novos estudantes.	Integração curricular.
		Oficina sobre o “Kahoot” em 2018.		Jogos integradores (Organização: alunos dos 3º anos).	
				Ações de ambientação para os alunos ingressantes nos primeiros anos (períodos) do ensino técnico e profissional.	
				Horário de atendimento e apoio com os docentes.	
				Atendimento individual/pequenos grupos em matemática (conteúdo do ensino fundamental) no contra turno com a pedagoga: área - orientação educacional.	
				Acompanhamento do NAP, NAPNE.	
				Atendimento/apoio no CAE (Comissão de Assistência Estudantil) de orientação no sentido ajudar o(a) estudante a melhorar a autoestima com relação aos estudos.	
				Orientação educacional com foco em planos de estudos mensal e semanal, dicas de organização e otimização das informações, técnicas de estudo de alta e média potencialidade, construção de mapas e esquemas mentais, dicas de aplicativos e sites que auxiliam na aprendizagem.	
				Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.	

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 PELO - CAMPUS IPAMERI					
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	COMPLEXIDADE DO CONTEÚDO E METODOLOGIA DAS AULAS	DESMOTIVAÇÃO PARA OS ESTUDOS/FALTA DE HÁBITO PARA O ESTUDO	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO COM O CURSO	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO; E EXIGÊNCIA DE PRÉ-REQUISITOS (CURSOS SUPERIORES)
Aulas e atividades de nivelamento no início do ano letivo.	Semana de ambientação para os ingressantes nos cursos.	Horário de atendimento com o professor no contra turno.	Orientação educacional com foco em planos de estudos mensal e semanal, dicas de organização e otimização das informações, técnicas de estudo de alta e média potencialidade, construção de mapas e esquemas mentais, dicas de aplicativos e sites que auxiliam na aprendizagem.	Espaço da profissão: para alunos de 9º ano das escolas da cidade de Ipameri.	Revisão sistemática dos PPCs.
Orientação educacional com foco em planos de estudos mensal e semanal, dicas de organização e otimização das informações, técnicas de estudo de alta e média potencialidade, construção de mapas e esquemas mentais, dicas de aplicativos e sites que auxiliam na aprendizagem.			Projetos de ensino, pesquisa e extensão.		
Estimular e ensinar os(as) estudantes a montarem grupos de estudo e a criarem o hábito de utilizar a sala de estudos da instituição.			Estimular e ensinar os(as) estudantes a montarem grupos de estudo e a criarem o hábito de utilizar a sala de estudos da instituição.		
Atendimento do professor ao estudante no contra turno.			Palestra com convidados que exercem exitosamente a profissão ligada ao curso oferecido pelo Campus Avançado Ipameri.		

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS MORRINHOS					
METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	PROBLEMAS FAMILIARES E/OU PESSOAIS	DIFICULDADES FINANCEIRAS	TRANSPORTE	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO
Avaliação pelo Discente.			Oferta de Bolsas Transporte.	Oferta de Bolsas Transporte.	Redução do tempo na escola por meio do uso do EaD.
Incentivo ao Curso de Formação.			Oferta de Bolsas Permanência.		Horário de entrada e saída diferenciado.
			Oferta de Residência Estudantil.		
			Alimentação Gratuita para todos os Estudantes.		

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS MORRINHOS		
METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS	DIFICULDADES FINANCEIRAS	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA
Ampliar as reuniões pedagógicas por área.	Ampliação da Oferta de Bolsas.	Ampliar o uso do EaD, reduzindo uma tarde na semana.
Ampliar a atuação do NAP na orientação pedagógica baseada no perfil dos estudantes.		

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS POSSE					
METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS	DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO À ROTINA ESCOLAR	DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO ANTERIOR AO INGRESSO NO IF GOIANO	DIFICULDADES FINANCEIRAS	TRANSPORTE	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO
	Palestras que auxiliam o aluno na organização do tempo de estudo.	Monitoria.			
	Projetos de Ensino.	Horário de atendimento.			
		Reformulação de PPC.			

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS POSSE		
METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS	DIFICULDADES FINANCEIRAS	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA
Palestras que auxiliam o aluno na organização do tempo de estudo.		Reformulação de PPC.
Projetos de Ensino.		
Monitoria.		
Horário de atendimento.		

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS TRINDADE				
COMPLEXIDADE DOS CONTEÚDOS	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	PROBLEMAS FAMILIARES E PESSOAIS	TRANSPORTE	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO
Revisão constante dos Projetos Pedagógicos de Curso.	Oferta de horários de apoio.	Acompanhamento com alunos e familiares por meio da Assistência Estudantil e NAPNE.	Programa de auxílio permanência.	Redução da carga horária de acordo com o mínimo exigido pela CNE.
Debates em reuniões pedagógicas.	Oferta de monitoria.	Encaminhamento assistencial para atendimento especializado pela Assistência Estudantil.		Aulas predominantemente em um turno.

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS TRINDADE		
METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS	RELACIONAMENTO COM OS PROFESSORES	PROBLEMA COM TRANSPORTE E DIFICULDADE FINANCEIRA
Necessidade de investimento em palestras para os servidores docentes por parte do <i>campus</i> .	Necessidade de investimento em palestras para os servidores docentes por parte do <i>campus</i> .	Buscar ampliar os recursos do auxílio permanência.
Necessidade cursos de aperfeiçoamento de curta duração para os servidores docentes por parte da reitoria.	Buscar a realização da transformação de um ensino mais humanizado.	Realizar convênios com as prefeituras da região.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS RIO VERDE

DIFICULDADE DE CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E COMPLEXIDADE DOS CONTEÚDOS	METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS RELAÇÃO DOCENTE-ESTUDANTE	DIFICULDADE FINANCEIRA E COM TRANSPORTE	PROBLEMAS FAMILIARES E/OU PESSOAIS	FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL
Aulas predominantemente em um turno.	Oferta de horários de apoio.	Realização de palestras, reuniões pedagógicas e eventos para os servidores por parte do <i>campus</i> e reitoria.	Programa de auxílio permanência.	Acompanhamento com alunos e familiares por meio da Assistência Estudantil e NAPNE.	Projetos promovidos pela DIREX.
	Oferta de monitoria.			Encaminhamento assistencial para atendimento especializado pela Assistência Estudantil.	

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS RIO VERDE

DIFICULDADE DE CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E COMPLEXIDADE DOS CONTEÚDOS	METODOLOGIA E/OU DIDÁTICA DAS AULAS RELAÇÃO DOCENTE-ESTUDANTE	DIFICULDADE FINANCEIRA E COM TRANSPORTE	PROBLEMAS FAMILIARES E/OU PESSOAIS	FALTA DE PERSPECTIVA PROFISSIONAL
Buscar ampliar os recursos do auxílio permanência.	Oferta de horários de apoio.	Necessidade de investimento em palestras para os servidores docentes por parte do <i>campus</i> .	Investir no Programa de auxílio permanência.		Disponibilizar internet para acesso a diferentes canais.
Realizar convênios com as prefeituras da região e empresas.	Disponibilizar horário de atendimento por parte do professor.	Necessidade cursos de aperfeiçoamento de curta duração para os servidores docentes por parte da reitoria.			Ofertar cursos de acordo com os arranjos produtivos locais.
		Utilizar métodos diferentes.			

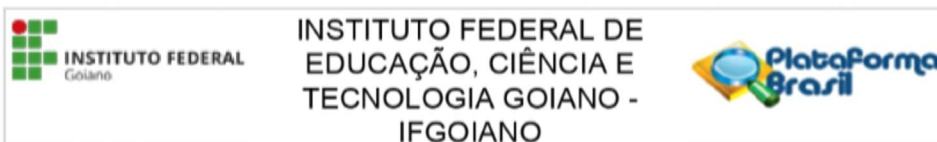
AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS REALIZADAS PELO CAMPUS CATALÃO

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E COMPLEXIDADE DOS CONTEÚDOS	PROBLEMAS FAMILIARES E/OU PESSOAIS
Horários de atendimento individual de apoio aos discentes.	Encaminhamento para psicólogos.
Monitorias;	
Revisitação de PPCs;	
Projetos de Ensino;	

PROPOSTA DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DA PERMANÊNCIA/2018 - CAMPUS CATALÃO

CARGA HORÁRIA EXCESSIVA DO CURSO	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E COMPLEXIDADE DOS CONTEÚDOS	DIFICULDADES FINANCEIRAS E TRANSPORTE	FALTA DE HÁBITO/ DISCIPLINA PARA O ESTUDO	PROBLEMAS FAMILIARES E/OU PESSOAIS
Revisão de Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) Técnicos Integrados do Ensino Médio.	Tutoria.	Programa de auxílio permanência com atenção a situações mais graves.	Acompanhamento do NAP.	Acompanhamento de alunos por meio da Equipe da Assistência Estudantil e Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).
	Nivelamento para estudantes.	Bolsas para projetos de pesquisa e extensão.	Incentivo a monitorias e atendimentos.	
			Contato direto com os pais.	

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: FATORES DE EVASÃO ESCOLAR E SUA CORRELAÇÃO COM A EXPECTATIVA DO DISCENTE: Um estudo de caso no Instituto Federal Goiano

Pesquisador: DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 28651420.6.0000.0036

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.200.086

Apresentação do Projeto:

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

Objetivo da Pesquisa:

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Tema e Objeto da Pesquisa

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

- Relevância Social e objetivos da pesquisa

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

- Metodologia, incluindo local, população e amostra, métodos de coleta

Metodologia

Endereço: Rua 88, n°280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

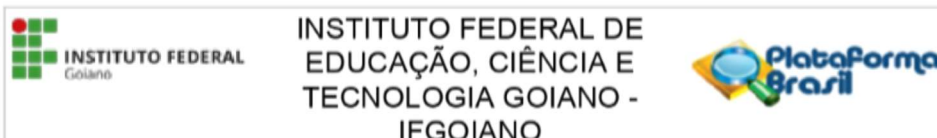
UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.200.086

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

Local, população e amostra

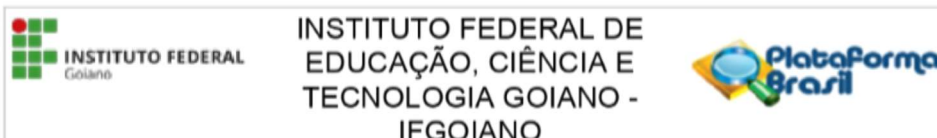
"Não houve alteração mediante parecer anterior"

Métodos de coleta

Relata-se: "Para a coleta de dados serão utilizados: a pesquisa bibliográfica em livros impressos e digitais, artigos científicos, dissertações e teses; a pesquisa documental nos documentos internos e na legislação vigente, normas e regulamentos institucionais; e a pesquisa de campo, com abordagem direta aos sujeitos participantes, por meio de questionários semiestruturados que serão aplicados aos alunos ingressantes e evadidos e a realização de grupos focais com os membros das Comissões de Permanência e Êxito. [...] Ainda no âmbito da pesquisa documental, será realizada, junto a seção de registros escolares de cada campus, onde se pretende extrair informações que constam nas fichas utilizadas pela secretaria de registros escolares, cujo preenchimento obrigatório é realizado pelos responsáveis dos discentes. O objetivo é a obtenção de informações iniciais, tais como: a origem e o perfil socioeconômico do aluno, quais os motivos que o levou a escolher a instituição

e o respectivo curso, se foi influenciado por outra pessoa, entre outras informações. Portanto, a extração dos dados que constam nas fichas e a análise desses dados coletados nesta primeira etapa ocorrerá somente após a aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do Instituto Federal Goiano. Por fim, a pesquisa de campo visa levantar os dados dos participantes da pesquisa. Sendo assim, os dados serão coletados por meio de questionários semiestruturados e grupos focais, resguardada a confidencialidade e a impessoalidade do processo, podendo o mesmo desistir da colaboração a qualquer momento, sem quaisquer penalidades ou punições, conforme consta no Termo de Assentimento Livre Esclarecido - TALE e no Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE, que constam como Anexos A, B e C neste projeto. [...] Assim sendo, pretende-se aplicar aos alunos dois questionários semiestruturados que ocorrerão em momentos distintos. Primeiro, será aplicado um questionário aos alunos ingressantes dos cursos já relacionados anteriormente, logo após a aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do Instituto Federal Goiano, e mediante a assinatura do Termo de

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.200.086

Consentimento Livre Esclarecido - TCLE e do Termo de Assentimento Livre Esclarecido - TALE. Sendo que este primeiro questionário tem o intuito de verificar no momento da entrada desses alunos quais suas expectativas em relação ao curso e à instituição, sendo disponibilizado ao sujeito participante em formato impresso, ou, através de formulário eletrônico pela ferramenta Google Forms. Em um segundo momento, serão abordados os alunos que porventura venham a evadir, com o intuito de que preencham um segundo questionário, buscando verificar se houve frustração de sua expectativa e se isso influenciou em sua evasão, verificando assim se há alguma correlação entre a expectativa e as causas de evasão. Esta fase tratará somente com os sujeitos que porventura tenham preenchido os termos TCLE (pelos pais ou responsáveis) e TALE (pelos alunos) para participação na pesquisa. Como estratégia facilitadora, este segundo questionário será disponibilizado em dois formatos: em formato impresso e, para os casos dos alunos evadidos que tenham como origem regiões distantes, ou durante o período de isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, terão a opção de participarem da pesquisa por meio de um formulário eletrônico idêntico ao impresso, disponibilizados através da plataforma de administração de pesquisas Google Forms. Esta etapa está prevista para ocorrer a partir do segundo semestre de 2020, entre os meses de agosto a dezembro que, historicamente, é quando o fluxo de evasão dos alunos é maior. Para tal, para que a amostra seja representativa, pretende-se abordar pelo menos 30% dos alunos evadidos, até o final do respectivo ano letivo, porém, serão concentrados esforços no sentido de ampliar este percentual ao máximo possível. Outro método de coleta de dados a ser utilizado será a realização de grupos focais que poderá ocorrer por meio de reuniões realizadas via Google Meet, com os membros das Comissões de Permanência e Êxito.[...] Enfim, ressalta-se que somente ocorrerão coleta e análise dos dados assim que o projeto for aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP.

Parecer: Atende a legislação.

- Avaliação do processo de obtenção do TCLE

Relata-se: "Os sujeitos selecionados para a realização dessa pesquisa serão os alunos do primeiro ano do Ensino Médio Integrado, ingressantes no ano de 2020, dos cursos de: Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, ofertados pelo Campus Ceres; e dos cursos de: Agropecuária, Alimentos e Informática, ofertados pelo Campus Morrinhos. Além destes, também

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO -
IFGOIANO**



Continuação do Parecer: 4.200.086

serão recrutados os membros da Comissão de Permanência e Êxito do Campus Ceres e do Campus Morrinhos. O processo de recrutamento ocorrerá por meio de reuniões pré-agendadas, com presença preferencialmente do (a) coordenador (a) de cada um dos cursos e, na impossibilidade deste (a), de pelo menos um (a) professor (a) responsável pela turma. Assim, neste primeiro contato da pesquisadora com os possíveis sujeitos envolvidos na pesquisa consistirá na explicação dos objetivos da pesquisa e de todos os procedimentos que serão realizados durante o processo, sendo entregue a cada um: o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE que consta no Anexo A, que deverá ser preenchido e assinado pelos pais ou responsáveis, no caso de alunos menores; e o Termo de Assentimento Livre Esclarecido - TALE que consta no Anexo B, que deverá ser preenchido e assinado pelos alunos para que também declare sua vontade em participar da pesquisa; ambos devidamente assinados pela pesquisadora, conforme exigido na legislação que trata sobre a ética nesse tipo de estudo. Assim sendo, os alunos levarão para casa duas vias de cada termo, juntamente com as orientações e explicações acerca da pesquisa e terão um prazo de 10 dias para decidirem sobre a participação ou não da pesquisa. No caso de aceite em participar da pesquisa, os sujeitos envolvidos deverão preencher e assinar os termos TCLE e TALE, em duas vias, conforme definido anteriormente, sendo que uma via de cada termo ficará com o participante e a outra com a pesquisadora. Da mesma forma, os membros da Comissão de Permanência e Êxito também serão convidados a participarem da pesquisa por meio de uma visita, agendada via e-mail. No momento dessa visita, eles terão todas as informações acerca da pesquisa. Caso aceitem participar, receberão impresso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE que consta no Anexo C, para ser assinado em duas vias para cada integrante da Comissão de Permanência e Êxito, sendo que uma via ficará com o participante e a outra com a pesquisadora. Como alternativa de contingência, por conta da pandemia de Covid-19 e pela necessidade de isolamento social para não transmitir a doença, o processo de recrutamento poderá ocorrer por meio de ligações aos responsáveis dos alunos. Este primeiro contato consistirá na explicação dos objetivos da pesquisa e de todos os procedimentos que serão realizados durante o processo, e também tem como finalidade obter os endereços de e-mails dos responsáveis para que assim possa ser encaminhado o link com o respectivo formulário eletrônico pela ferramenta Google Forms, contendo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE que consta no Anexo A, para que o mesmo dê o seu consentimento na participação de seu(sua) filho(a) na referida pesquisa. Após o consentimento dos responsáveis pelos alunos, será encaminhado ao e-mail dos alunos o Termo de Assentimento Livre Esclarecido - TALE que consta no Anexo B, para que o mesmo declare sua vontade em participar da pesquisa,

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO -
IFGOIANO



Continuação do Parecer: 4.200.086

da mesma forma, conforme exigido na legislação que trata sobre a ética nesse tipo de estudo. De forma idêntica, os membros da Comissão de Permanência e Êxito serão convidados a participarem da pesquisa por meio de ligações e também via e-mail. E, após este contato, será encaminhado via e-mail o link para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE que consta no Anexo C, para que o mesmo possa dar seu aceite em participar da pesquisa. Contudo, se houver necessidade e como último recurso a ser utilizado, essas autorizações (TCLE e TALE) poderão ocorrer de forma remota, por meio de manifestação em contato telefônico ou mensagem de WhatsApp com a pesquisadora, conforme nota que trata sobre "Orientações embasam a coleta de dados remotos para participantes menores de idade", divulgada no site do IF Goiano em 03/07/2020".

Parecer: Atende a legislação.

- Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

- Critérios de Inclusão e Exclusão

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

- Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

- Resultados do Estudo

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

- Divulgação dos Resultados

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

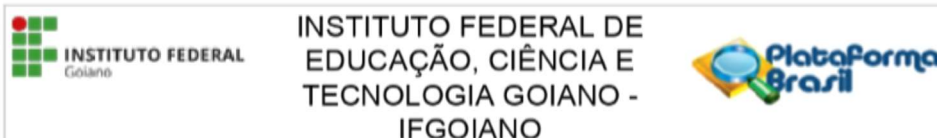
UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgotiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.200.086

- Cronograma

Parecer: Atende a legislação

- Orçamento

Parecer: Atende a legislação

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

"Não houve alteração mediante parecer anterior"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado Pesquisador, o CEP IF Goiano aprova a emenda de seu projeto. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma nova emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira uma notificação na plataforma, anexando o relatório final. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o documento "ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADE DOS CEP DURANTE A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19)", publicado dia 09 de maio de 2020:

"3.2. Em observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2 (Covid19), é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho

3.3. Em virtude disso, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, recomenda-se que os CEP e toda a comunidade científica adotem, para a condução dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, as orientações da Conep, observando, ainda, no que couber, as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)"

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO -
IFGOIANO



Continuação do Parecer: 4.200.086

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1596497_E1.pdf	16/07/2020 12:11:56		Aceito
Outros	Justificativa_da_Emenda_do_Projeto_v2.pdf	16/07/2020 12:07:59	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Detalhado_v2_com_Emenda.pdf	16/07/2020 12:06:13	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Orçamento	Orcamento_v2_com_Emenda.pdf	16/07/2020 12:04:38	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Cronograma	Cronograma_v2_com_Emenda.pdf	16/07/2020 12:03:52	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Servidor.pdf	31/01/2020 21:51:21	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Outros	Questionario_2_Aluno_Evadido.pdf	31/01/2020 21:28:40	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Outros	Questionario_1_Aluno_Ingressante.pdf	31/01/2020 21:28:25	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Outros	Roteiro_CPE.pdf	31/01/2020 18:52:08	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Alunos.pdf	31/01/2020 18:51:38	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Pais_e_Responsaveis.pdf	31/01/2020 18:51:07	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Marco.pdf	31/01/2020 10:46:12	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Danyla.pdf	31/01/2020 10:09:41	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_dos_pesquisadores.pdf	31/01/2020 09:29:33	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuencia_Campus_Ceres.pdf	31/01/2020 09:29:06	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito

Endereço: Rua 88, n°280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

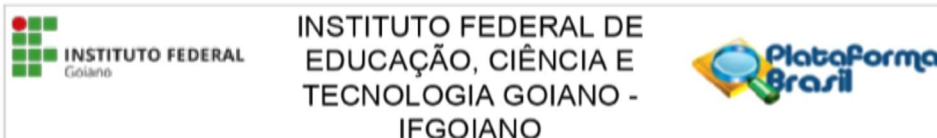
UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.200.086

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuencia_Campus_Morrinhos.pdf	31/01/2020 09:28:54	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	31/01/2020 09:27:21	DANYLA MARTINS REZENDE DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 07 de Agosto de 2020

Assinado por:
Luiza Ferreira Rezende de Medeiros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, nº280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgotano.edu.br

ANEXO C - PORTARIAS DE NOMEAÇÃO DAS COMISSÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DO CAMPUS CERES E DO CAMPUS MORRINHOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PORTARIA 075, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 170, publicada no Diário Oficial da União de 03/02/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão local responsável pela elaboração de planos estratégicos de ações de permanência e êxitos dos estudantes no Campus Ceres.

Adriano Honorato Braga	SIAPE	2127264
Manoel Marçal Rodrigues Neto	SIAPE	1626478
Míriam Lúcia Reis Macedo Pereira	SIAPE	1103546
Beatriz Nogueira da Cunha	SIAPE	1846050
Waldeliza Fernandes da Cunha	SIAPE	1486389
Maria do Socorro Viana do Nascimento	SIAPE	1727624
Marcela Dias França	SIAPE	2128692
Tiago Gebrimi	SIAPE	1809066
Renato Souza Rodovalho	SIAPE	1729658
Nilva Aparecida Pacheco	SIAPE	1993202
Elton John da Silva Santiago	SIAPE	3149100
DISCENTES		
Lorena Correia Varão		2018103200240417
José Wemerson Soares da Silva		2017103220510112
Rennan Silva de Almeida		2018103100510331

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

(Assinado Eletronicamente)
Cleiton Mateus Sousa
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por:

- Cleiton Mateus Sousa, DIRETOR GERAL - CD2 - DG-CE, em 26/03/2020 11:57:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/03/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 124693
Código de Autenticação: 26a9eede66



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PORTARIA Nº. 096 DE 26 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS MORRINHOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria IF Goiano nº. 103, de 17 de janeiro de 2020, publicada no DOU de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) **Dayana Silva Batista Soares**, Diretora de Ensino, matrícula SIAPE 2930680; **Rodrigo Borges de Andrade**, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE: 1688947; **Ana Paula Stort Fernandes**, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE 1094156; **Carla de Moura Martins**, Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE 2044556; **Estefani Emanuele Alves do Nascimento Silva**, Assistente de Alunos, Matrícula SIAPE 2104496; **Laianny Barbosa do Prado**, Auxiliar em Administração, Matrícula SIAPE: 2160076; **Silvia Rosa**, Pedagoga, Matrícula SIAPE 1637996; para constituírem, sob a presidência da primeira, a Comissão de Permanência Estudantil do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos.

Art. 2º - Revoga-se a Portaria Nº. 392 de 08 de outubro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Assinado Eletronicamente
 Luciano Carlos Ribeiro da Silva
 Campus Morrinhos

Documento assinado eletronicamente por:

- Luciano Carlos Ribeiro da Silva, DIRETOR GERAL - CD2 - DGC-MO, em 26/03/2020 15:08:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/03/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 125328
 Código de Autenticação: 85a21ad63d



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
 Campus Morrinhos
 Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, None, MORRINHOS / GO, CEP 75650-000
 (64) 3413-7900